

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

BRUNO SANTOS CONDE

**DEPOIS DOS JESUÍTAS:
A ECONOMIA COLONIAL DO ESPÍRITO
SANTO (1750-1800)**

**VITÓRIA
2011**

BRUNO SANTOS CONDE

**DEPOIS DOS JESUÍTAS:
A ECONOMIA COLONIAL DO ESPÍRITO
SANTO (1750-1800)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito final para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof^a Dra. Adriana Pereira Campos.

VITÓRIA

2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Conde, Bruno Santos, 1984-
C745d Depois dos jesuítas : a economia colonial do Espírito Santo
(1750-1800) / Bruno Santos Conde. – 2011.
172 f. : il.

Orientadora: Adriana Pereira Campos.
Co-Orientador: Antônio Carlos Jucá de Sampaio.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Economia - Espírito Santo (Estado) - 1750-1800. 2.
Jesuítas. I. Campos, Adriana Pereira. II. Sampaio, Antonio
Carlos Jucá de. III. Universidade Federal do Espírito Santo.
Centro de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 93/99

BRUNO SANTOS CONDE

**DEPOIS DOS JESUÍTAS:
A ECONOMIA COLONIAL DO ESPÍRITO
SANTO (1750-1800)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito final para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em _____ de _____ de 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Adriana Pereira Campos
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora

Prof. Dr. Júlio Cesar Bentivoglio
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dra. Patrícia Maria da Silva Merlo
Centro Universitário Vila Velha

Prof. Dr. Antônio Carlos Jucá de Sampaio
Universidade Federal do Rio de Janeiro

A todos que, de maneira consciente ou não,
fizeram parte de minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar esta parte do trabalho agradecendo ao meu mais fiel amigo, o qual está acima de tudo e me deu forças quando pensei que não mais as teria. Agradeço aos de colegas de trabalho, tantas vezes mais convictos do que quanto ao meu potencial. Impossível se esquecer dos amigos da graduação, fontes de carisma e conhecimento que me tornaram um apaixonado pela História. Foi naquele tempo, nas aulas de História Moderna, que conheci a professora Adriana Pereira Campos. Dentro de pouco tempo, tornei-me seu aluno de Iniciação Científica, depois monitor. Com ela aprendi todos os princípios de ética e integridade necessários a um profissional. Sua paixão pela pesquisa histórica, bem como a sua habilidade em desempenhar a função de historiadora/orientadora faz com que nos apeguemos ainda mais ao nosso ofício. Exemplo não somente de professora, mas também pessoa: sem a sua orientação, não sei se chegaria até aqui. Grato também sou a Kátia, amiga historiadora que nunca se esqueceu deste cariáquiense. Minha noiva Veronica, em breve minha esposa, também é dona de cada uma das linhas aqui escritas. Foi para produzir este trabalho que abri mão de diversos momentos em sua preciosa companhia. Agradeço aos professores que aceitaram o convite para compor minhas bancas de qualificação e defesa. Com os olhos marejados, agradeço aos meus pais Luiz Carlos e Eliane, pessoas humildes que pouco puderam estudar, mas sábias a ponto de entender que a educação pode proporcionar coisas incríveis. Ambos fizeram todo o possível para garantir a mim e a meus irmãos (Patrícia, Junior e Jhonatan) as condições básicas de estudo. Hoje, um ex-aluno de escola pública conclui o trabalho que pode lhe dar o título de mestre. Ninguém tem maior participação nesta obra do que meus pais, e isso eu nunca vou esquecer.

“Muita sabedoria unida a uma santidade moderada é preferível a muita santidade com pouca sabedoria.”

Inácio de Loyola

RESUMO

A presente dissertação corresponde a um esforço no sentido de caracterizar a realidade econômica do Espírito Santo durante a segunda metade do século XVIII, em especial nos anos posteriores à expulsão dos jesuítas, ocorrida em 1759. Tal expulsão foi o principal desdobramento de todo um processo de mudança em curso na administração do império português, o qual também resultou na renovação do interesse lusitano por regiões da colônia até então relegadas a um segundo plano. Naquele contexto, a coroa implementou diversas ações para ampliar o poder sobre suas vastas possessões e, ao mesmo tempo, torná-las mais lucrativas. Desse modo, tenta-se elucidar neste trabalho o modo como o Espírito Santo lidou com duas dinâmicas interligadas: o regresso dos jesuítas, tão importantes do ponto de vista da catequese, da economia e até da ocupação territorial; bem como a renovação do interesse português pela capitania, algo que modificou o caráter da inserção local na estrutura econômica colonial. O ano de 1750 foi escolhido como baliza inicial por marcar a chegada ao poder do marquês de Pombal, indivíduo que personificou a maioria das transformações do império no período. A finalização em 1800 está ligada à posse de Silva Pontes como governador da capitania espírito-santense. Sua chegada concretizou muitos elementos do processo em curso desde 1750, mas inaugurou também uma nova época local, cujas marcas moldaram um contexto diferenciado em relação à segunda metade do Setecentos. As fontes do Arquivo Histórico Ultramarino, bem como inventários *post-mortem*, cartas avulsas e extensa bibliografia, serviram como base para compor as idéias aqui defendidas.

Palavras-chave: Espírito Santo. Economia colonial. Jesuítas. Expulsão dos jesuítas. Setecentos.

ABSTRACT

This work develops an effort in a way to characterize the economical reality of Espírito Santo during the second half of the eighteenth century, especially after the Jesuits expulsion, in 1759. This event was the main consequence of a whole process of changing within the administration of the Portuguese Empire, which also resulted in a renewal of the Portuguese interest on the colonial regions, as they were relegated to a second plan. In this context, the Portuguese crown implemented a series of actions to enhance the power on their vast possessions and, at the same time, to enlarge their profits. Thus, this work attempts to elucidate the way that Espírito Santo dealt with two interconnected dynamics: the return of the Jesuits, whose work were so important if taken by their educational, economical and territorial occupation role, as well as the renewal of the Portuguese interest on the capitania, something that changed the character of its inception on the economical colony structure. Their arrival engendered a lot of elements of the process in course since 1750, but also started a new local era, which marks have shaped a different context from the one related to the second half of the Eighteenth Century. The historical sources of the Arquivo Histórico Ultramarino, as well as the *post-mortem* inventories, letters and extended bibliography served as bases to develop the ideas that are defended in this work.

Key-words: Espírito Santo; Colonial economy; Jesuits; Jesuits Expulsion; Eighteenth Century.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	- Distribuição dos valores das lavouras inventariadas	92
Gráfico 2	- Origem dos escravos inventariados	99
Gráfico 3	- Distribuição etária da escravaria do engenho do campo	140
Gráfico 4	- Distribuição etária da escravaria do engenho velho	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos engenhos entre as capitanias (1570-1629)	23
Tabela 2 - Lavouras inventariadas (1790-1800)	85
Tabela 3 - Riquezas inventariadas de acordo com o monte-mor	86
Tabela 4 - Monte-mor dos proprietários de engenhos (1790-1821)	89
Tabela 5 - Escravarias nos inventários (1790-1800)	95
Tabela 6 - Escravarias e suas idades médias	100
Tabela 7 - Arrematações dos contratos reais no espírito santo em réis (1752)	101

LISTA DE MAPAS E QUADROS

Mapa 1	- Ocupação da costa sul do Espírito Santo em meados do século XVII	58
Mapa 2	- Demonstração do Espírito Santo (faixas central e norte) em meados do século XVII	59
Quadro 1	- Produtos da loja de Cândida Rosa	112
Quadro 2	- Exportações da Vila de Vitória no ano de 1790	117

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O ESPÍRITO SANTO COLONIAL: BASES TEÓRICAS PARA A SUA INTERPRETAÇÃO	19
1.1 SOBRE O CAPITAL MERCANTIL: DA EUROPA À AMÉRICA	19
1.2 NO ESPÍRITO SANTO: OS ESFORÇOS DOS PIONEIROS	27
1.3 NOVA COROA, NOVOS GRUPOS	33
1.4 AS ENTRADAS	41
1.5 OURO NO SERTÃO.....	44
1.6 A CAPITANIA DA COROA	50
2 OS JESUÍTAS NO ESPÍRITO SANTO	56
2.1 IGREJA E COROA: DA EUROPA À AMÉRICA	60
2.2 O SUSTENTO DA COMPANHIA DE JESUS	66
2.3 NO ESPÍRITO SANTO: CHEGAM OS JESUÍTAS	70
2.4 CONSOLIDANDO ALDEIAS.....	73
2.5 O SEISCENTOS: TEMPO DE EXPANSÃO.....	77
3 NEGÓCIOS DO LUGAR: BENS E ESTRUTURA PRODUTIVA NO ESPÍRITO SANTO SETECENTISTA	85
3.1 NEGÓCIOS RURAIS	89
3.2 O BRAÇO CATIVO	97
3.3 MÚLTIPLOS NEGÓCIOS	105
3.4 FINALIZANDO	113
4 O ESPÍRITO SANTO E SEUS ESPAÇOS ECONÔMICOS	116
4.1 DADOS SOBRE A ECONOMIA LOCAL	116
4.2 DE ALGODÃO A ALIMENTOS	122
4.3 CONHECENDO O NOSSO MOSAICO	129
CONCLUSÕES	147
REFERÊNCIAS	152

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tenta elucidar a realidade econômica do Espírito Santo durante a segunda metade do século XVIII, em especial nos anos posteriores à expulsão dos jesuítas, em 1759. Nesta dissertação denomino tal período como um *tempo de mudança*, do qual o Espírito Santo participou ativamente, jogando por terra a idéia de que a capitania vivia isolada, fechada frente às dinâmicas vividas pelo restante da colônia. A verdade é que em Portugal havia todo um movimento no sentido de ampliar o poder do Estado sobre as suas vastas possessões e, ao mesmo tempo, torná-las mais vantajosas à coroa, resultando disso uma série de processos interligados que serão mais bem discutidos no decorrer do trabalho.

Do ponto de vista das capitanias a expulsão dos jesuítas foi o desdobramento mais realçado naquele contexto. Em sua *História do Estado do Espírito Santo* escreveu José Teixeira de Oliveira acerca da expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses: “o Espírito Santo perdeu a poderosa força que, havia mais de dois séculos, vinha colaborando no seu desenvolvimento”.¹ Também se ocupando da questão, Mário Aristides Freire indica que, com tal medida, a capitania perdia o seu “melhor e mais seguro fator de progresso”.² De fato, os prejuízos resultantes de tal determinação da coroa portuguesa não devem ter sido pequenos.

Tais opiniões não se deram ao acaso, afinal algumas das principais localidades da capitania no século XVIII tinham se originado a partir da presença jesuítica: Nova Almeida, Benevente, Guarapari, entre outras. Mais do que isso, eram as fazendas antes pertencentes aos padres da Companhia as que mais chamavam a atenção dos viajantes até o século XIX. Sobre a fazenda de Araçatiba, chegou a opinar o príncipe Maximiliano: “foi a maior fazenda que encontrei durante a minha viagem”.³ A amenização da conturbada relação entre colonos e índios, a qual quase pôs a

¹ OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. p. 217.

² FREIRE, Mário Aristides; ACHIAMÉ, Fernando; NEVES, Reinaldo Santos. **A capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)**. 2. ed. Vitória, ES: Flor&cultura: Cultural-ES, 2006. p. 196.

³ MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Nacional, 1940. p. 146.

perder tudo o que havia sido construído pelos portugueses até a década de 1540, também teve participação dos jesuítas a partir de 1549.⁴

A sua expulsão também motivou relatos e pesquisas em outras regiões do Brasil. Para ficarmos somente no caso da Bahia, registra Fábio L. Santos que a expulsão dos jesuítas foi resultado de toda uma dinâmica anterior, vindo “apenas coroar um processo cujas linhas gerais já tinham sido desenhadas”.⁵ O fato é que tal acontecimento envolve motivações e conseqüências não somente de cunho econômico, mas também de caráter religioso, político e educacional. Como imaginar que a escassa e irregular oferta de ensino da colônia perderia seu principal, ou quase único, bastião? Como viveriam os colonos e índios, deixados à própria sorte em sertões e regiões longínquas, aonde os padres regulares não chegavam?

Como se observa, as questões não são poucas. Mas é preciso pensar a expulsão inserida numa dinâmica maior, na qual o império português de um modo geral se modificou. Durante todo o século XVIII, principalmente a partir da segunda metade, houve uma renovação do interesse português por regiões não tão lucrativas em relação aos mais opulentos centros (Minas, Rio de Janeiro etc.). O Espírito Santo pode ser enquadrado nesse grupo de capitânicas a partir de então mais valorizadas, o que pode ser ilustrado pelo documento no qual o governador da Bahia informa sobre a escolha de um administrador para a capitania espírito-santense:

Sendo-me devido um particular cuidado o reanimar a quase extinta capitania do Espírito santo, confiada até agora a ignorantes e poucos zelosos capitães-mores, fui servido nomear para a mesma um *governador* particular, que vos fica sempre subalterno, e escolher um nome de conhecimento das luzes e préstimo na pessoa do capitão-de-fragata Antônio Pires da Silva Pontes.⁶

⁴ SALETTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização no Espírito Santo**. 2. ed. - Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998. p. 87-88.

⁵ SANTOS, Fabrício Lyrio. A expulsão dos jesuítas da Bahia: aspectos econômicos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Associação Nacional de História, v. 28, n. 55, p. 171-195, jan/jun 2008. p. 192. Cf. AMANTINO, Márcia. A expulsão dos jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro e o confisco de seus bens. **RIHGB**, Rio de Janeiro, 170^a, n. 443, p. 169-192, abr./jun. 2009.

⁶ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 05 doc. 46; FREIRE, Mário Aristides; ACHIAMÉ, Fernando; NEVES, Reinaldo Santos. **A capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)**. 2. ed. Vitória, ES: Flor&cultura: Cultural-ES, 2006. p. 206.

Pensando nessa complexidade, o presente trabalho discute o modo como, numa mesma conjuntura, ocorreu a expulsão dos jesuítas e a ampliação do interesse da coroa pela América, com especial atenção, nestas páginas, ao caso do Espírito Santo. Tal como demonstra o documento acima citado, havia a crença e o anseio da reanimação da capitania, a ponto de ter sido escolhido para o governo local *um nome de conhecimento das luzes*. Mais do que isso, cumpre observar também quais medidas imperiais tiveram maior influência sobre o destino local, a ponto de alterar o quadro então existente. Deixando sempre claro que todo o ocorrido naqueles tempos teve que se assentar no ambiente de saída dos jesuítas.

No Espírito Santo, o Setecentos herdara a desorganização econômica e administrativa da eufórica e malsucedida corrida do ouro seiscentista vivenciada nos limites locais. As *entradas*, em busca de metais preciosos e esmeraldas, realizavam-se na capitania desde pelo menos 1570⁷, mas não lograram encontrar as tão sonhadas riquezas. Entretanto, claro deve estar que a pista das diversas entradas ao sertão do Espírito Santo não estava tão equivocada, afinal o ouro foi encontrado exatamente numa faixa de terra então pertencente à capitania, no fim do século XVII. Assim, o século seguinte se inicia com o fim da corrida do ouro para os espírito-santenses, mas não para a coroa.

A descoberta de minas auríferas a oeste, no atual estado de Minas Gerais, no fim do Seiscentos, durante muito tempo foi interpretada pelos pesquisadores como mais um fator decisivo para o *fracasso* da capitania.⁸ A série de medidas oriundas de Portugal no sentido de limitar a interiorização local e, assim, resguardar as minas foi tomada pela bibliografia e enraizada no senso comum como principal entrave ao desenvolvimento do Espírito Santo no século XVIII. Seguindo nessa linha de pensamento, a própria coroa teria agravado o quadro de dificuldades locais quando expulsou os jesuítas de seus domínios em 1759. Assim, criou-se a impressão de que a capitania, em função das dificuldades para estabelecer sua estrutura

⁷ TAPAJÓS, Vicente Costa Cantos. **História administrativa do Brasil**: a política administrativa de D. João III. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília: FUNCEP, 1983-1984. v. 2. p. 113 a 115.

⁸ Cf. OLIVEIRA, 2008; BITTENCOURT, Gabriel. **Formação Econômica do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

produtiva, vivia isolada, voltada basicamente para a subsistência, num cenário que se alteraria somente no século XIX, com a disseminação da produção cafeeira.

Entretanto, essas explicações parecem um pouco rasas para a compreensão da formação da economia colonial do Espírito Santo. Nesse sentido, urge caracterizar a estrutura econômica que sustentava, mesmo que precariamente, a sociedade local e ajudava a compor a realidade aqui constituída. Para alcançar os objetivos propostos, serão utilizadas como guias algumas interrogações que se julgam pertinentes, dentre as quais: em que bases se assentavam a economia local? Quais os principais itens produzidos nas propriedades? Onde se situava a maior parte dos negócios? Qual a destinação da produção? Qual o papel da escravidão na realidade do lugar? Além destas, várias foram as outras questões levantadas no decorrer da análise.

O ano de 1750 foi escolhido como baliza inicial por marcar a chegada ao poder do marquês de Pombal, indivíduo que personificou a maioria das transformações do império no período. A finalização em 1800 está ligada à posse de Silva Pontes como governador da capitania espírito-santense. Sua chegada concretizou muitos elementos do processo em curso desde 1750, mas inaugurou também uma nova época local, cujas marcas moldaram um contexto diferenciado em relação à segunda metade do Setecentos. As fontes do Arquivo Histórico Ultramarino, bem como inventários *post-mortem*, cartas avulsas e extensa bibliografia, serviram como base para compor as idéias aqui defendidas.

Para compreender o caráter e o peso das mudanças vivenciadas pelo Espírito Santo no período, foi produzido um capítulo inicial no qual a idéia de capital mercantil é discutida em sua importância para o processo de exploração da América portuguesa. Mais do que isso, tal capítulo também aborda a formação da estrutura econômica espírito-santense, frisando as dificuldades dos colonos e os diferentes processos integrantes dessa dinâmica.

No segundo capítulo, aborda-se a presença dos jesuítas no Brasil, com especial enfoque para o caso do Espírito Santo. Além de seu importante papel para a catequese, será analisado aqui o patrimônio material da Companhia de Jesus na capitania, notadamente suas fazendas. Estas, espalhadas pelo território e com

produção diversificada, estavam entre os principais vultos da economia espírito-santense. Com a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e seus domínios em 1759, as suas grandes propriedades se fragmentaram, passando para as mãos de vários donos e alterando a configuração produtiva local.

Pensando no contexto de mudanças no império português e na colônia durante o século XVIII, os dois últimos capítulos foram orquestrados de modo a conhecer como as mesmas se processaram na capitania. Nesse sentido, no terceiro capítulo o enfoque recai sobre o caráter mais específico dos negócios locais, visando compreender a estrutura produtiva do lugar. Com base na análise de inventários *post-mortem* da segunda metade do século XVIII, foi possível conhecer alguns dos proprietários do Espírito Santo, bem como diversos aspectos derivados de tais registros, quais sejam: principais atividades econômicas, a diversidade de bens para a composição das posses e seus respectivos pesos monetários, importância da escravidão para a produção e para a riqueza local, caráter e localização das moradas dos seres mais abastados, entre outros pontos.

No último capítulo, em que pese as dificuldades resultantes da pouca disponibilidade de fontes, a produção local é tratada de um modo mais geral. Com base em relatos acerca das exportações e das arrematações de dízimos, foi possível conhecer os principais gêneros aqui produzidos durante a segunda metade do Setecentos. Somando-se aos registros em questão, as fontes do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) tiveram a importância de elucidar que a nossa produção não visava unicamente à subsistência da população local. Se não éramos das capitanias mais esplendorosas comercialmente, também não pode ser negado que entre a segunda metade do século XVIII e os primeiros anos do século XIX o porto do Rio de Janeiro, principalmente, recebia embarcações partidas do Espírito Santo, as quais levavam milho, arroz, aguardente, algodão, entre outros. Aquela foi a época em que várias barreiras foram rompidas, sendo solucionados notáveis entraves ao desenvolvimento econômico do Espírito Santo.

De qualquer maneira, mesmo antes de tal período, e embora tivesse suas dificuldades econômicas, o Espírito Santo sempre apresentou em seu território as marcas básicas da estrutura colonial brasileira. Aqui, a propriedade, a escravidão, o

anseio por obter cargos e títulos da coroa, entre outros símbolos, estavam claramente presentes, guardadas as peculiaridades locais que geravam aproximações e afastamentos em relação ao restante da América portuguesa.

É lícito frisar que cada pesquisa relativa ao passado espírito-santense tem o mérito de desbravar uma selva que durante muito tempo foi relegada a um segundo plano frente aos estudos acerca das chamadas *regiões escravistas agroexportadoras*.⁹ Determinados centros inegavelmente tiveram maior peso econômico na composição do cenário colonial, visto que tinham um contato mais intenso com a metrópole, além de se destacar pelas suas exportações. Ainda assim, essa notoriedade não deve ser tomada como suficiente para ofuscar ou mesmo eliminar o papel dos demais lugares, voltados principalmente para o abastecimento interno.¹⁰ Locais como o Espírito Santo compunham o complexo e complementar conjunto formado pelas capitanias da América portuguesa, tendo grande parte de sua história ainda por contar.

⁹ São exemplos desse tipo de vertente: PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 17. ed. - São Paulo: Brasiliense, 1981; MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**: contribuição a revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 7a ed. - São Paulo: Brasiliense, 1988; FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 17. ed. - São Paulo: Nacional, 1980; SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil (1500/1820)**. 8ª ed. São Paulo: Nacional, 1978.

¹⁰ Combatendo as análises com foco nas zonas agroexportadoras, há um interessante artigo cujo foco reside no caso de São Paulo: BLAJ, Ilana. Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo Colonial. **Revista de história**, São Paulo, n. 142-143, dez. 2000. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php>>. Acesso em 24 dez. 2010

1 O ESPÍRITO SANTO COLONIAL: BASES TEÓRICAS PARA A SUA INTERPRETAÇÃO

1.1 SOBRE O CAPITAL MERCANTIL: DA EUROPA À AMÉRICA

O século XV foi palco de uma grande expansão dos chamados *circuitos mercantis* para além do espaço europeu. O comércio se intensificou bastante a partir das grandes conquistas ultramarinas e trouxe novidades. Fernand Braudel¹¹ aponta que os habituais circuitos comerciais, com movimentos de ida e volta, passaram a dividir espaço com os circuitos triangulares e com o comércio de entrepostos, nos quais a Holanda se especializou durante o século XVII.

Karl Marx argumenta que na época colonial, longo período de transição do feudalismo para o capitalismo, possuir uma forte rede de circuitos mercantis era condição necessária ao desenvolvimento industrial dos reinos europeus, pois garantia mercados consumidores para as manufaturas produzidas. Daí a importância do sistema colonial, o qual gerava mercados monopolizados e, logo, a acumulação acelerada das nações mercantis que transformam esses lucros em capital industrial em solo europeu.¹² Nesse sentido, José Roberto do Amaral Lapa apresenta o sistema colonial como um instrumento que viabilizou os projetos das nações européias no sentido de sua sobrevivência e expansão, ao fazer com que as relações econômicas entre as diferentes regiões do planeta se expandissem de forma jamais vista.¹³

O capital mercantil, que é o capital resultante das relações comerciais, marcou a economia colonial, mediando a produção e seus mercados. Mas essa mediação não se resume meramente ao transporte e venda de produtos entre as diferentes áreas, podendo tal capital converter-se em usurário (empréstimos) ou em instrumentos como as letras de câmbio. Referindo-se aos diferentes usos do capital mercantil, Fernand Braudel frisa as intensas ligações entre as fortes redes de mercadores

¹¹ BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. v. 2. p. 117-118.

¹² MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 867.

¹³ LAPA, Jose Roberto do Amaral. **O sistema colonial**. São Paulo: Ática, 1991. p. 11, 22-23.

judeus e a península ibérica, fato que resultou numa “[...] grande participação dos recursos dessas redes para as primeiras grandezas coloniais da América [...]”, notadamente para a produção açucareira.¹⁴

Como o comércio de vendas diretas nem sempre era possível nessas transações envolvendo o mundo colonial, utilizavam-se bastante as *letras de câmbio*, as quais também funcionavam como uma alternativa à proibição católica da concessão de empréstimos a juros. Marx foi um dos que observou esse fato, demonstrando o quanto o sistema de crédito tomou conta da Europa durante a colonização, embora já existisse antes disso.¹⁵ Foi a partir do século XVI que as letras de câmbio inundaram a Europa. Com esse instrumento os mercadores pagavam antecipadamente aos produtores o valor da sua produção e assumiam os riscos do negócio, passando a usufruir dos lucros advindos após a chegada das mercadorias em seu destino. Os agentes dos mercadores eram fundamentais nesse processo, pois tinham a responsabilidade de receber dos compradores ou de negociar com os produtores.¹⁶

Vemos a materialização disso na produção açucareira brasileira. Stuart Schwartz¹⁷ aponta que importante parcela dos fundos aplicados na atividade açucareira provinha de investidores estrangeiros, flamengos e italianos, ou da própria metrópole. Boa parte das exportações não passava pela mão dos comerciantes locais, mas era vendida diretamente, por consignação, o que era mais lucrativo para os senhores de engenho. Entretanto, nem todos os senhores de engenho estavam ligados a tal forma de negócio, sendo predominante a participação daqueles que eram também comerciantes ou tinham ligações com grandes mercadores. Os pequenos produtores, por sua vez, por não terem sua produção tão intimamente ligada aos circuitos mercantis, dependiam dos comerciantes locais para escoar seus produtos.

¹⁴ BRAUDEL, 2009, v. 2, p. 133-134.

¹⁵ MARX, 2003, v. 2, p. 869.

¹⁶ BRAUDEL, op. cit., p. 119, nota 14.

¹⁷ SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 144-5.

Sobre a importância da produção colonial para o municiamento dos circuitos mercantis, o fato é que a maior parte dos lucros não fica para os exploradores (senhores de engenho, mineradores etc.), mas sim para aqueles que operavam no mercado europeu. Braudel cita os casos do açúcar atlântico, que ganha grande importância na Europa do XVII, e dos metais preciosos. Em ambos, quem fica com o lucro são os mercadores, os arrematantes e os soberanos.¹⁸ Assim, embora tenha sua dinâmica interna com poder de influência sobre os circuitos mercantis, a produção colonial deve ser observada também à luz das vicissitudes do capital mercantil, sendo a participação estrangeira muito importante na configuração dos negócios.

Braudel aponta como um dos fatores concorrentes para tal participação estrangeira no comércio as lutas políticas e religiosas da Europa. Tais lutas expulsaram numerosos indivíduos, os quais se tornaram minoria em seus locais de destino. Com isso, obtiveram espaço para assumir a liderança numa prática mal vista pela maioria da sociedade: a atividade mercantil.¹⁹ Ilustrando esse quadro, Frédéric Mauro acentua a notabilidade da participação dos judeus e cristãos-novos na montagem da economia colonial portuguesa, situando-a como fundamental para a estrutura comercial portuguesa,²⁰ tal como citado anteriormente.

Desde o século XIV, com a chegada da dinastia de Avis ao poder em Portugal, ocorreu a aproximação entre a coroa lusitana e o “mundo dos negócios”. Associando-se a pequenos nobres, burgueses e artesãos, os monarcas foram fundamentais no processo de expansão ultramarina.²¹ Em resumo, havia uma clara ligação entre o poder real as redes mercantis, fato que contribuiu para que, entre os séculos XV e XVI, Portugal se tornasse um centro difusor de mercadorias africanas,

¹⁸ BRAUDEL, 2009, v. 2, p. 119.

¹⁹ Ibid., p. 165-8.

²⁰ MAURO, Frédéric. Portugal e o Brasil: a estrutura política e econômica do império, 1580-1750. In: **História da América Latina**: a América Latina colonial. 2 ed. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. p. 447-476. p. 448.

²¹ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Conquista e colonização da América portuguesa – 1500/1750. In: LINHARES, Maria Yedda Leite. **História geral do Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 15-78. p. 17.

asiáticas e americanas, auferindo grandes lucros com o desenvolvimento de atividades comerciais.²²

Estudos realizados nos últimos anos vêm demonstrando a importância dos indivíduos chegados na América portuguesa durante o século XVI para a montagem da estrutura produtiva colonial.²³ Comumente denominados como *conquistadores*, eles foram responsáveis por garantir o domínio lusitano sobre o território frente às ameaças estrangeiras (principalmente francesas) e aos confrontos com os nativos, convertendo-se na primeira elite senhorial da colônia.²⁴ A coroa certamente sabia da importância da atuação dessas pessoas, recompensando com a distribuição de cargos e funções políticas, militares e eclesiásticas os indivíduos e grupos associados ao processo de expansão ultramarina portuguesa.

A coroa também os agraciava com privilégios comerciais que fortaleciam bastante tais grupos no cenário colonial e moldavam o que Maria de Fátima Gouvêa chama de *economia política de privilégios*.²⁵ Do ponto de vista mercantil, havia então um mercado imperfeito, regulado pela política de privilégios do sistema de *mercês*.²⁶ Esse fenômeno, chamado por Fragoso de *economia do bem comum*, incluía também o domínio sobre a política local, representada pelas câmaras, geralmente ocupadas pelas famílias dos conquistadores. Em resumo, os privilégios adquiridos, somados à predominância na administração local, resultavam em monopólios sobre determinados produtos ou regiões, além de interferir nos valores dos fretes, nos

²² Ibid., p. 24.

²³ Cf. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: _____; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda (Org.) **O Antigo Regime nos trópicos**: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 29-73. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos. In: _____; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. (Org.). **Conquistadores e negociantes**: histórias de elites no Antigo regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 225-263.

²⁴ FRAGOSO, op. cit., p. 36, nota 23.

²⁵ GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: _____; 2001. p. 285-313, p. 287-8.

²⁶ O sistema de *mercês* consistia na concessão de terras e/ou de privilégios pela coroa como forma de reconhecimento aos bons serviços de determinados indivíduos. Tal prática teve origem durante a Reconquista, sendo muito difundida no império português e gerando altos gastos da coroa com tenças e moradias.

preços, na obtenção de crédito, entre outros aspectos.²⁷ Desse modo, as vantagens recebidas da coroa foram muito importantes para o fortalecimento econômico dessa primeira elite da América portuguesa, os chamados conquistadores.

Mas era preciso combinar os privilégios advindos das mercês a outras estratégias como forma de estabelecer a exploração da colônia. Para constituir lavouras, construir engenhos, dispor de mão-de-obra, formar rotas para o escoamento da produção etc., foram necessários, além dos favorecimentos reais, a acumulação e a arregimentação de capitais. O grau de sucesso nessa tarefa de busca por capitais era fundamental para o destino de uma Capitania. Tal como apontou Antonio Carlos Jucá de Sampaio, o que definiria a evolução de uma capitania no decorrer da história colonial seria o caráter de sua inserção nos eixos mercantis do império colonial português.²⁸

O exemplo do Rio de Janeiro é muito ilustrativo nesse aspecto. Do total de 3 engenhos em 1583, salta para 60 em 1629, chegando à impressionante marca de 180 na década de 1680.²⁹ Embora o bom preço pago pelo açúcar no mercado internacional durante esse período tenha contribuído para tal expansão³⁰, Fragoso³¹ aponta que isso não seria possível sem os esforços da elite em formação para a obtenção de recursos e créditos. O capital gerado pelo tráfico de escravos, cada vez mais forte na Capitania durante o Setecentos, bem como o apresamento de nativos e a exploração da sua força de trabalho, além da aplicação dos recursos acumulados com a *plantation* na construção de engenhos foram alguns dos fatores que permitiram a expansão fluminense. Também não deve ser desprezada a importância do já citado capital estrangeiro, notadamente o de cristãos-novos e judeus instalados na Holanda, como fomento à colonização.³²

²⁷ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A economia do bem comum e a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no império português (séculos XVI e XVII). **Dimensões** – Revista de História da Ufes, Vitória, vol. 13, p. 14-27, jul/dez 2000. p. 19.

²⁸ SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c. 1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 62.

²⁹ FRAGOSO, 2001. p. 31.

³⁰ FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 61; SCHWARTZ, 1988. p. 33-35.

³¹ FRAGOSO, 2001, p. 34, 39-41.

³² BRAUDEL, 2009, v. 2, p. 133-134.

Todos esses processos fortaleceram o Rio de Janeiro, levando a capitania a acumular capital e tornar-se, no século XVIII, a principal *encruzilhada do império*³³ português. Aproveitando-se das oportunidades mercantis geradas pela descoberta do ouro nas Gerais os negociantes de *grosso trato*³⁴ fluminenses abasteciam aquela região com produtos variados, capitais a juros, escravos etc. Mais do que isso, a importância de seu poderio mercantil torna a cidade carioca no principal porto de escoamento da produção aurífera e porta de entrada para a maioria dos produtos vindos do reino e das demais regiões do império.³⁵ Digno de nota nessa escalada da notoriedade carioca foi a transferência da sede do vice-reinado de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763.

Faziam parte daquele grupo formador da primeira elite brasileira fidalgos da pequena nobreza (já que os grandes se interessavam mais pelo comércio como oriente), funcionários da burocracia, extratos burgueses e até mesmo cristãos-novos.³⁶ Fragoso conta que tais grupos eram dependentes das rendas geradas pelos benefícios reais e pelas suas atividades na América. Apesar de não serem mercadores na Europa, tais indivíduos não tinham uma grande aversão ao comércio, combinando de forma recorrente, a exploração agrícola à atividade mercantil.³⁷

Deve estar claro que a atividade mercantil desses indivíduos nem de perto se resumia à compra e venda de produtos, ou seja, às *trocas* propriamente ditas. Em estudo de caso relativo ao Rio Grande do Sul, Helen Osório³⁸ se vale do já citado trabalho de Braudel³⁹ para apontar as variadas formas de atuação econômica daqueles que estavam no topo da sociedade mercantil em Portugal. Tal diversificação tendia a se reproduzir na América, onde a elite traficava escravos,

³³ Cf. SAMPAIO, op. cit., nota 28.

³⁴ Cf. FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 - 1830)**. 2. ed. rev. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

³⁵ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro** (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. p. 28.

³⁶ SILVA, 1996, p. 30.

³⁷ FRAGOSO, 2001, p. 41.

³⁸ OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII). In: FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO (Org.). 2001, p. 285-313, p. 109.

³⁹ Cf. BRAUDEL, 2009. v. 2.

emprestava dinheiro, negociava produtos do reino, distribuía alimentos, arrematava contratos reais etc.

A arrematação de contratos, uma das práticas citadas acima, era daquelas formas de expressão do chamado *mercado imperfeito* apresentado anteriormente. Ceder a particulares as prerrogativas de cobrar impostos e direitos, negociar produtos ou abastecer tropas era uma prática comum no Antigo Regime europeu e foi transferida para a América. Isso poupava, para a coroa, o trabalho de cobrar impostos em territórios muito vastos, levando-a a economizar ao deixar de montar um amplo aparelho burocrático responsável por tal tarefa. Tais acordos eram firmados por meio de contratos arrematados em leilões.⁴⁰

Ocorre que tais contratos funcionavam, para os arrematantes, não somente como fontes de rendimentos, mas também como instrumentos de acumulação e influência, gerando uma espécie de oligarquia de contratadores. Discutindo esse fato, Osório argumenta que os arrematantes se repetiam em seguidos leilões. Além disso, os preços das arrematações por várias vezes não sofriam reajustes, mesmo com o aumento da produção, o que gera indícios do peso do jogo de influências sobre a configuração dos contratos.⁴¹

O caso da América portuguesa é bastante significativo pelo fato de, mesmo havendo uma importante participação do comércio na composição dos rendimentos da elite, grande parte do capital acumulado com a atividade mercantil era investida na agricultura. Ou seja, o capital mercantil não chegava a constituir uma esfera própria de atuação, separada da agrícola.⁴² Durante a maior parte da colonização, notadamente nos dois primeiros séculos, a vida agrária era o grande alvo daqueles que conseguiam acumular algum capital. Isso se explica pelo fato de estar na *nobreza da terra* a maior carga de poder político e de influência da época.⁴³

⁴⁰ OSÓRIO, 2001, p. 110.

⁴¹ Ibid., p. 110.

⁴² SAMPAIO, 2003. p. 76.

⁴³ Chama-se de *nobreza da terra* aqueles elementos “[...] que, por oposição ao grupo mercantil, assentavam nas sesmarias recebidas, destinadas a engenhos ou fazendas de criatório, e no número de escravos possuídos os esteios de seu prestígio social [...]”. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser Nobre na Colônia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2005, p. 131.

Somente no decorrer do século XVIII, com o *boom* de oportunidades da exploração aurífera, consolidou-se no Brasil um grupo mercantil com uma esfera de acumulação própria, não dependente da atividade agrícola. Mas é preciso certa dose de cautela ao observar essa questão. Essa *não dependência* não é sinônima de desligamento, afinal a produção rural continuou sendo uma importante via de acumulação mercantil, pois fornecia mercadorias para exportação e para o abastecimento interno.⁴⁴ A principal mudança a partir do Setecentos estava no fato do capital acumulado com a atividade mercantil deixar de ser majoritariamente transferido para os negócios ligados à terra como estratégia para ganho de poder político e econômico.

Sampaio⁴⁵ discute essa transformação, demonstrando as estratégias da elite mercantil para adquirir maior autonomia frente à nobreza da terra e avançar em termos de poder político. O processo em questão envolve diversos elementos e interesses não somente dos comerciantes, mas também da coroa. Acontece que o poder real, notadamente no decorrer do século XVIII, estava interessado em diminuir a autonomia das antigas elites locais, principalmente no que tange à atuação das câmaras. Nesse sentido, a coroa protagonizou uma aproximação aos negociantes como forma de contrabalancear o peso da nobreza da terra. Paralelamente a isso, a elite mercantil passava a se ver como grupo, lutando por seus interesses e disputando o poder da câmara, algo que acabava coadunando com os anseios da coroa. Até mesmo os padrões de casamentos se alteram. Se nos séculos anteriores as famílias mercantis buscavam matrimônios com as elites antigas como meio de ascensão política, a partir do Setecentos os casamentos tenderam a se fechar nas próprias *linhagens mercantis*.⁴⁶

Obviamente que essas estratégias e reivindicações da comunidade mercantil carioca não teriam surtido efeito sem o poder econômico alcançado pelo grupo no século XVIII. As atividades que permitiram tal acumulação foram variadas, envolvendo empréstimos a juros, comércio de cabotagem, tráfico negreiro, entre outros, tal como fora indicado anteriormente. A disponibilidade de capitais e o grau

⁴⁴ SAMPAIO, 2003, p. 133.

⁴⁵ SAMPAIO, 2007, p. 231, 242.

⁴⁶ Ibid., p. 231, 242, 248.

de ligação aos circuitos mercantis, como vimos, eram fatores fundamentais para o destino da capitania. Nas próximas páginas, o enfoque recairá sobre o Espírito Santo como forma de observar a maneira como ocorreu o desenvolvimento histórico local em meio à complexidade descrita até aqui.

1.2 NO ESPÍRITO SANTO: OS ESFORÇOS DOS PIONEIROS

Conhecemos importantes elementos sobre as redes mercantis no Espírito Santo através da obra de Enaile F. Carvalho⁴⁷, recentemente publicada. Ela demonstra que, longe de ser apenas uma área periférica, empobrecida, e com produção para a subsistência da própria capitania, o Espírito Santo detinha, com as devidas especificidades, os elementos básicos nos quais se assentavam a formação do capital mercantil na América portuguesa: a propriedade senhorial, a escravidão, a busca por prestígio e honrarias como estratégia econômica etc.

No recorte estudado pela autora (1790-1821), o ambiente no qual atuavam as redes mercantis no Espírito Santo passava por uma recuperação em relação às décadas anteriores. Entre o fim do século XVIII e início do século XIX as exportações de diversos gêneros se ampliaram, a arrecadação dos dízimos aumentou, enquanto engenhos e engenhocas garantiam a produção açucareira, sempre vista como símbolo de altivez de uma capitania. Sinal dos novos tempos, negociantes se uniam para reivindicar concessões junto à coroa, o que demonstra o fortalecimento do grupo no ambiente colonial.⁴⁸

Mas de qual cenário a capitania se recuperava na transição do setecentos para o oitocentos? Quais os traços da economia local no período antecedente ao analisado por Carvalho? Para dirimir essas questões, nas próximas páginas se empreende a difícil tarefa de contar esta história. A escassez de registros relativos ao passado espírito-santense dificulta os esforços, mas não os aniquila. A intenção é fornecer algumas bases interpretativas para a formação econômica do Espírito Santo. Mais do que meramente agrupar escritos e elaborar um resumo sobre a capitania no

⁴⁷ CARVALHO, Enaile Flauzina. **Redes mercantis**: a participação do Espírito Santo no complexo econômico colonial (1790 a 1821). Vitória: Secult, 2010.

⁴⁸ Ibid., p. 75-80.

período colonial, os escritos a seguir discutem os dados disponíveis, comparando o destino local ao das capitanias vizinhas, desmistificando determinados pontos e pondo em questão alguns estereótipos associados à história local.

Durante o último quarto do século XVI cessaram os grandes confrontos com os índios nas proximidades da Vila de Vitória, principal povoação e centro econômico do Espírito Santo. Os intensos ataques indígenas, aliás, se disseminaram no fim da década de 1540, rompendo o sempre tenso equilíbrio entre nativos e colonizadores. Nara Saletto⁴⁹ resume a questão: “[...] após uma década de permanência, os colonos quase foram expulsos sob ataques dos tupiniquins e dos goitacás, cada qual por um lado. Do que haviam construído, incluindo alguns engenhos, pouco restou [...]”. As hostilidades ocorreram quase sem cessar durante anos, sendo mais intensos os embates de 1557 e 1568.

Mas essa não fora uma realidade somente do Espírito Santo. Na Bahia, os seguidos confrontos com os indígenas atingiram seu auge em 1538, levando à fuga generalizada dos colonos.⁵⁰ Muitos deles foram para a capitania de Ilhéus, onde um primeiro momento de submissão dos nativos e prosperidade da lavoura deu lugar a hostilidades que praticamente a aniquilaram entre as décadas de 1540 e 1550.⁵¹ O mesmo pode se dizer da Paraíba do Sul, de Itamaracá e de outras capitanias. O fato é que o caráter das relações entre colonos e indígenas era um fator crucial para o êxito ou o fracasso da tarefa da colonização. Os portugueses precisavam garantir a posse sobre o território conquistado e ao mesmo tempo promover o processo produtivo. E nesse processo o índio era um elemento central, seja como aliado, inimigo de guerra ou mão-de-obra escrava.⁵²

No caso do Espírito Santo, a montagem inicial da estrutura produtiva (plantação de lavouras, construção de engenhos, abertura de estradas etc.) não se concretizou sem a participação da mão-de-obra indígena. Relatos como o do padre Afonso

⁴⁹ SALETTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização no Espírito Santo**. 2. ed. - Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998. p. 87-88.

⁵⁰ CALMON, Pedro. **Historia da Bahia: (das origens à actualidade)**. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1927. p. 45.

⁵¹ CAMPOS, João da Silva. **Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus**. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981. p. 20-21.

⁵² SAMPAIO, 2003. p. 58-59.

Brás⁵³ sobre a condição dos índios fornecem uma idéia dessa importância: “[...] *hazemos cada dia la doctrina a los esclavos desta villa, que son muchos [...]*”⁵⁴ Eram escravos índios os que Brás doutrinava no Espírito Santo, o que sugere o papel dessa força de trabalho cenário local. Reforçando tal argumento, Leonardo Nunes⁵⁵ critica alguns costumes dos colonos, tais como o de “[...] ter muitos índios injustamente cativos [...]”. Fragoso expõe em seu texto o quanto o apresamento de nativos foi importante para a acumulação da primeira elite portuguesa em toda a América, não sendo o Espírito Santo uma exceção.⁵⁶

Na medida em que a produção se estabilizava, havia uma tendência mais ou menos comum entre as capitanias no sentido de expandir a produção. Isso violava ainda mais o senso de territorialidade das tribos indígenas, além de aumentar a exploração sobre a sua força de trabalho.⁵⁷ Como consequência, após dez anos de relativa cooperação, a década de 1540 viu a resistência nativa varrer a costa como uma onda: Bahia, São Tomé, Porto Seguro, Espírito Santo e outras capitanias sofreram este processo.⁵⁸ Os aproximadamente vinte anos de devastadores conflitos revelam um rompimento do equilíbrio entre colonos e nativos no Espírito Santo, sendo sua causa provável o aumento da exploração sobre os índios.

Diante dos problemas vivenciados por várias capitanias, a coroa empreendeu importantes ajustes no que tange ao funcionamento da colônia, tal como a criação do posto de governador-geral. O objetivo com tal feito era centralizar política e administrativamente a colônia, mas sem abolir o regime de capitanias hereditárias.⁵⁹ No Regimento elaborado para conceder suporte jurídico a tal cargo, o rei declarava que o governo-geral tinha como função coordenar a colonização, fortalecendo as

⁵³ A forma de escrita dos nomes dos jesuítas muitas vezes varia entre as fontes. Para fins deste trabalho, será utilizada aqui a forma grafada por Serafim Leite, o qual possui vários estudos sobre o tema, além de obras publicadas, algumas das quais servirão como subsídio à presente análise.

⁵⁴ BRÁS, Afonso. Carta aos padres e irmãos de Coimbra (1551). In: LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**: 1538-1553. São Paulo, 1954. p. 274-275.

⁵⁵ NUNES, Leonardo. Carta aos padres e irmãos de Coimbra (1550). In: LEITE, 1954, p. 202.

⁵⁶ FRAGOSO, 2001. p. 39.

⁵⁷ JOHNSON, H. B. A colonização portuguesa do Brasil, 1500-1580. In: BETHELL, Leslie. (Org.). **História da América Latina**: a América Latina colonial. 2 ed. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. 241-282. p. 259-260.

⁵⁸ Cf. CAMPOS, 1981; CALMON, 1927; SALETTO, 1998.

⁵⁹ Sobre a importância do cargo para a configuração da América portuguesa, cf. WEHLING, Arno; WEHLING, Maria Jose C. de M. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

capitanias contra as ações adversas, destacando-se particularmente a luta contra os gentios “insubmissos”.⁶⁰ Os três primeiros governadores-gerais foram Tomé de Sousa (1549-1553), Duarte da Costa (1553-1558) e Mem de Sá (1558-1572).

O aprimoramento do aparato burocrático e administrativo a partir de então deveria ser acompanhado de uma política indígena praticável, visto que a questão econômica gerava uma contradição: os índios eram necessários à produção açucareira, mas a sua escravização era a principal causa dos confrontos. Nesse sentido, coube aos jesuítas intermediar esse processo. Membros da Companhia de Jesus, ordem religiosa designada como mais notável responsável pela catequização no ultramar, os jesuítas tinham como principal objetivo propagar a fé cristã, convertendo os infiéis. Chegando ao Brasil em 1549, esforçaram-se em especial para rearticular o modo de incorporação dos indígenas à ordem colonial.⁶¹ Mas isso será abordado com maior afinco numa parte posterior deste trabalho.

Somando-se aos ajustes da coroa e à amenização dos confrontos com os nativos, digna de nota é a conjuntura de bons preços pagos pelo açúcar entre a segunda metade de século XVI e a primeira do XVII, algo que incentivou a construção de engenhos por todo o Brasil, inserindo-se o Espírito Santo nesse contexto.⁶² Assim, o momento propício à economia local no fim do século XVI permitiu a entrada de novos sesmeiros e o estabelecimento de unidades produtivas nas terras recém redistribuídas por Vasco Fernandes Coutinho Filho, donatário da capitania desde a morte de seu pai, de mesmo nome, em 1561.⁶³

Certo é que ao fim do século XVI Pernambuco e Bahia estavam muito à frente dos demais centros quanto à produção açucareira, concentrando a quase a totalidade

⁶⁰ REGIMENTO passado a Tomé de Sousa. 1548. Disponível em:

<<http://variasvariaveis.sites.uol.com.br/tome.html>>. Acesso em 14 jan. 2009.

⁶¹ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 81.

⁶² FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 61.

⁶³ RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias para servir à História até o ano de 1817 e breve notícia estatística da capitania do Espírito Santo, porção integrante do reino do Brasil, escriptas em 1818 e publicadas em 1840 por hum capixaba**. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840. Disponível em: <www.ape.es.gov.br>. Acesso em 15 jan. 2010. p. 06.

dos 115 engenhos do Brasil.⁶⁴ Ainda assim, o Espírito Santo teve algumas importantes unidades produtivas de açúcar no período colonial. Em 1584 havia na capitania seis engenhos de açúcar⁶⁵, dado que se aproximava ao patamar de 1545⁶⁶ quanto ao número de engenhos, mas aparentemente com uma maior produtividade. De acordo com João Lucio de Azevedo⁶⁷, a produção açucareira capixaba estava então em terceiro lugar entre as capitanias. Somente para efeito de comparação, nessa mesma época o Rio de Janeiro contava com apenas três engenhos.⁶⁸ A Tabela 1, sobre a distribuição dos engenhos entre as capitanias entre 1570 e 1629, demonstra o quadro do Espírito Santo em relação às demais regiões.

TABELA 1-DISTRIBUIÇÃO DOS ENGENHOS ENTRE AS CAPITANIAS (1570-1629)

Capitania	Origem da informação/ano			
	Gândavo (1570)	Cardim (1584)	Jácome Monteiro (1610) e Campos Moreno (1612)	Cadena (1629)
Pará, Ceará, Maranhão, Rio grande			1	
Paraíba			12	24
Itamaracá	1		10	18
Pernambuco	23	66	90	150
Sergipe			1	
Bahia	18	36	50	80
Ilhéus	8	3	5	4
Porto Seguro	5	1	1	
Espírito Santo	1	6	8	8
Rio de Janeiro		3	14	60

⁶⁴ SCHWARTZ, 1988, p. 33-35.

⁶⁵ CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1939. p. 304.

⁶⁶ De acordo com relatório de Ambrósio de Meira (funcionário da coroa responsável pela arrecadação dos dízimos) de setembro de 1545, havia no Espírito Santo sete engenhos, estando quatro em pleno funcionamento. O dízimo esperado pela coroa até janeiro de 1546 era de 300 arrobas de açúcar. Também em janeiro, dois dos engenhos ainda inativos iniciariam a sua produção, ampliando a arrecadação real sobre o produto. MEIRA, Ambrósio de. Relatório para o rei de Portugal escrito em 1545, apud OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. p. 52.

⁶⁷ AZEVEDO, Jose Lucio de. **Épocas de Portugal econômico: esboços de história**. 3. ed. - Lisboa: Clássica, 1973. p. 254-255.

⁶⁸ SAMPAIO, 2003, p. 62.

Capitania	Origem da informação/ano			
	Gândavo (1570)	Cardim (1584)	Jácome Monteiro (1610) e Campos Moreno (1612)	Cadena (1629)
São Vicente, Santo Amaro				2
Totais	60	115	192	346

Fontes: CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil**. GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado de terra do Brasil, 1576**. MORENO, Diogo de Campos. **Livro que dá razão do Estado do Brasil, 1612**; MAURO, Frédéric. Portugal e o Brasil: a estrutura política e econômica do império, 1580-1750. In: **História da América Latina**.

Infelizmente as fontes se resumem a rápidos comentários quanto aos demais traços da economia local. Aos olhos daqueles que relatavam o estado da capitania a quantidade de engenhos era o principal definidor do sucesso ou fracasso da economia. Observando a questão, Johnson a explica com o argumento de que o crescimento do número de engenhos de açúcar numa capitania era importante, pois, de acordo com o pensamento da época, sem os engenhos poucos motivos tinham os colonizadores para vir ou ficar.⁶⁹ Ainda assim, sabe-se que nessa virada de século era notável no Espírito Santo a produção de gado, algodão⁷⁰, mandioca, pescado, bem como a extração do pau-brasil.⁷¹ No que tange à população, havia em 1585 cerca de 180 vizinhos europeus, o que equivalia a pouco mais de 1000 pessoas.⁷²

O Espírito Santo de um modo geral passava por um momento de maior estabilidade por volta do fim do século XVI. Se é certo que faltam dados detalhados sobre a produção local, também é verdade que os relatos ganharam um tom otimista durante as duas últimas décadas do Quinhentos. Amenizados os desentendimentos com os nativos, os colonos expandiam a produção açucareira em associação com grupos recém chegados à Capitania. Enfim, novos ventos sopravam sobre a Capitania na virada do século.

⁶⁹ JOHNSON, 1998. p. 278.

⁷⁰ CARDIM, 1939, p. 304.

⁷¹ SALVADOR, Jose Gonçalves. **Os magnatas do tráfico negreiro (séculos XVI e XVII)**. São Paulo: Pioneira: Ed. USP, 1981. p. 119.

⁷² BITTENCOURT, Gabriel. **Formação Econômica do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987. p. 34.

1.3 NOVA COROA, NOVOS GRUPOS

Enquanto o Espírito Santo se recuperava das dificultosas primeiras décadas da colonização, entre o fim do século XVI e as primeiras décadas do século XVII, vigorava na Europa o fenômeno conhecido como *união das coroas ibéricas* (1580-1640), na qual Portugal e Espanha estiveram sob a égide de um só governante.⁷³ O quase silêncio da bibliografia local acerca do tema sugere a idéia de que tal processo teve poucas implicações sobre o Espírito Santo. Entretanto, não é isso que se observa a partir do exame mais apurado do tema, tal como se demonstra a seguir.

Em 1578, com a morte de D. Sebastião, lendário monarca e último da dinastia de Avis, iniciou-se uma disputa sucessória que envolvia vários candidatos ao trono. Filipe II, rei da Espanha e um dos pretendentes ao posto, invadiu Portugal com seu exército para assegurar a sua coroação em 1580. As cortes ratificaram o anseio de Filipe II e o escolheram o novo monarca de Portugal no mesmo ano. Apesar de ter ocorrido uma invasão das forças espanholas sobre Portugal, não deve se revestir tal fenômeno com um caráter de conquista. A luta travada foi efêmera e em nenhum momento houve uma mobilização expressiva dos grupos preponderantes da sociedade portuguesa no sentido de impedir a união das coroas.⁷⁴

Grande parte do processo teve ares de acordo, o qual agradava nobreza, setores ligados à Igreja, inclusive a Companhia de Jesus, bem como grandes comerciantes. De acordo com Marques, nobreza e clero o apoiaram porque se achavam geralmente desprovidos de fundos.⁷⁵ Os setores ligados às atividades mercantis, por sua vez, via na união a chance de estreitar laços comerciais com a Espanha, notadamente no que tange ao tráfico de escravos africanos, aos fretes de

⁷³ Cf. PREVIDELLI, Maria de Fátima Silva do Carmo; SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. Notas interpretativas sobre a administração colonial portuguesa no Brasil. **Economia política do desenvolvimento**, Maceió, vol. 3, n. 8, p. 101-121, maio/ago. 2010. p. 114-115.

⁷⁴ WRIGHT, Antonia Fernanda P. de Almeida; MELLO, Astrogildo Rodrigues. O Brasil no período dos Filipes. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; AB'SÁBER, Aziz Nacib. **A época colonial**. 7. ed. - São Paulo: DIFEL, 1985. p. 176-189. p. 177.

⁷⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal**: desde os tempos mais antigos até o governo do Sr. Pinheiro de Azevedo. 5. ed. Lisboa: Palas, 1978. v. 1. p. 425.

embarcações e ao acesso à prata da América.⁷⁶ Como se observa, considerando os aspectos econômicos, os grupos dirigentes de Portugal eram favoráveis à unificação das coroas.

Para os espanhóis, a união ibérica representou um grande marco na orientação do reino em direção ao Atlântico, visto que até então os maiores feitos da era filipina tinham se concentrado no mediterrâneo, tal como descreve Braudel em obra clássica.⁷⁷ Entretanto, a vastidão e a contigüidade das possessões lusitanas e espanholas na América geraram grandes dificuldades para os Filipes.⁷⁸

Bem que a Espanha tentou preservar o monopólio do comércio com a América espanhola como prerrogativa exclusiva dos espanhóis cristãos, vendando-o aos estrangeiros. Mas tal anseio, que visava impedir o extravio dos metais produzidos no continente, esbarrava na incapacidade espanhola de prover o mercado americano de todo o necessário.⁷⁹ Daí a necessidade de se fazer concessões a comerciantes de outras origens, fato que beneficiou inúmeros portugueses instalados na América.⁸⁰ Isso também abriu espaço para o contrabando, realizado notadamente através de Buenos Aires, o que enriqueceu indivíduos instalados nas capitâncias brasileiras, notadamente no Rio de Janeiro.⁸¹

Tal como salienta José Gonçalves Salvador⁸², muitos desses contrabandistas instalados na América eram cristãos-novos, o que pode explicar o fato das visitas inquisitoriais ao Brasil terem se tornado uma realidade durante a união ibérica.⁸³

⁷⁶ WRIGHT; MELLO, 1985. p. 178.

⁷⁷ Cf. BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II**. Lisboa: Martins Fontes, 1983. 2v.

⁷⁸ O período de sessenta anos concernente à união ibérica abrangeu o reinado de três Filipes, os quais foram: Filipe II (I de Portugal), Filipe III e, em parte, o de Filipe IV. Durante o governo deste último ocorreu a restauração do trono português, levando ao poder D. João, da dinastia de Bragança.

⁷⁹ WRIGHT; MELLO, op. cit., p. 179, nota 76.

⁸⁰ A união das coroas ibéricas gerou interessantes oportunidades comerciais, das quais a capitania do Rio de Janeiro foi a que mais usufruiu, abastecendo com escravos, produtos trazidos da África e alimentos regiões como Buenos Aires e outras ligadas à bacia do Prata. Cf. LOBO, 1978, p. 28; SAMPAIO, 2003, p. 63.

⁸¹ POSSAMAI, Paulo César. **O Cotidiano da Guerra: A Vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)**. 2002. 350 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo. p. 27-28.

⁸² SALVADOR, 1981. p. 142.

⁸³ O Tribunal do Santo Ofício não estava fixado na América portuguesa. No Brasil ocorriam apenas visitas, as quais certamente não resultavam em perseguições tão intensas quanto às ocorridas na

Necessário frisar que a relação dos inquisidores gerais com os monarcas espanhóis era direta, tendo o Santo Ofício apoiado a chegada de Filipe II ao trono português e lutado contra a restauração em 1640.⁸⁴ É por isso que Luiz Felipe de Alencastro insiste com a idéia de que as ações do Santo Ofício no período não devem ser tratadas como “atitudes filipinas despropositadas”.⁸⁵ Além das questões ligadas ao contrabando, os espanhóis viam os cristãos-novos e judeus radicados no Brasil como passíveis de associar-se a inimigos políticos do rei ou aos súditos infiéis e hereges.⁸⁶ Desse modo, além do sentido religioso, as visitasões do Santo Ofício teriam a função de averiguar a conduta daqueles indivíduos que, através de suas atividades mercantis, eram vistos como danosos à coroa espanhola.

Sabe-se que os cristãos-novos tiveram grande parcela de participação na montagem da economia colonial na América portuguesa. O Brasil tornara-se um excelente refúgio para judeus e cristãos-novos (portugueses e espanhóis), pois, ao contrário da América espanhola, a Inquisição não era aqui representada. Além disso, propiciava facilidades para a obtenção de riquezas através de atividades agrícolas e comerciais, legais ou não.⁸⁷ Charles Boxer⁸⁸ argumenta sobre a questão e indica que na América portuguesa os judeus estavam menos ameaçados do que em outros lugares. Mas a partir da união ibérica, a inquisição passou a se fazer presente no Brasil através das citadas visitasões. Os processos inquisitoriais então abertos acabaram identificando essas figuras e pontuando a sua importância nas capitânicas.

Como fora indicado, a integração dos dois impérios coloniais viabilizou o desenvolvimento de um ativo comércio no qual a circulação da prata desempenhou papel central. Mais do que isso, ampliou-se tanto a circulação de pessoas entre as diferentes partes da América quanto a entrada de indivíduos vindos do reino,

Península ou mesmo na América espanhola, que possuíam um tribunal fixo. Ainda assim, a primeira dessas visitasões em terras brasileiras ocorreu somente em 1591, após a união das coroas ibéricas.

⁸⁴ STELLA, Roseli Santaella. **Instituições e governo espanhol no Brasil (1580-1640)**. 2000. Disponível em: <http://www.larramendi.es/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=1000185>. Acesso em 25 nov. 2010. p. 146.

⁸⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 204.

⁸⁶ STELLA, op. cit., p. 147, nota 84.

⁸⁷ Ibid., p. 146-147.

⁸⁸ BOXER, C. R. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional: Ed. Univ. S. Paulo, 1973. p. 49.

embora certa dose de rivalidade local entre lusos e castelhanos persistissem. É isso que se observa no caso dos paulistas que atingiram o Peru através da proibida passagem terrestre via Buenos Aires.⁸⁹ O contrário também é verdadeiro, tal como se observa em São Vicente durante o século XVII. Lá, muitos espanhóis se tornaram influentes na vida local, tornando-se alguns deles *homens bons*.⁹⁰ Padres, comerciantes e indivíduos perseguidos pelo tribunal do Santo Ofício compunham esse contingente que migrava entre as Américas.

Direcionando o olhar para o Espírito Santo no período, tem-se como uma de suas principais marcas a entrada de novos atores no cenário local no contexto da transição do século XVI para o XVII. Esse movimento foi muito importante para que a produção açucareira tivesse novo impulso na capitania. Vieram mercadores, negociantes e colonos, muitos dos quais cristãos-novos e/ou de origem espanhola.⁹¹ Um rápido exame sobre as origens e as atividades desempenhadas por alguns desses indivíduos fornecem a noção da ligação entre a união das coroas ibéricas e o destino da capitania no período.

Para o Espírito Santo migraram homens de negócio como Marcos Fernandes Monsanto, o qual investiu na construção de engenhos no sul da capitania. Ele ocupava importante cargo político em Madri e atuava não somente na produção açucareira, mas também no comércio.⁹² De origem castelhana, Monsanto teve dois engenhos funcionando na capitania, os quais foram construídos na última década do século XVI, sendo um deles em Guarapari e outro na Vila do Espírito Santo (Vila Velha). Leonardo Fróis, mercador cristão-novo com negócios diversos em Lisboa, Pernambuco e ligação ao tráfico de escravos africanos, também investiu na montagem de um engenho no Espírito Santo no princípio do século XVII.⁹³

⁸⁹ WRIGHT; MELLO, 1985. p. 180.

⁹⁰ FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: séculos XVI-XVII-XVIII**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989. p. 89.

⁹¹ SALVADOR, Jose Gonçalves. **A capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700): a presença dos cristãos-novos**. Vitória: UFES: Departamento Estadual de Cultura, 1994. p. 67.

⁹² *Ibid.*, p. 76-77.

⁹³ GUIMARÃES, Janaina. **Todos mercadores e cristãos-novos**. Disponível em: <<http://www.revista.tempodeconquista.nom.br>>. Acesso em 14 mai. 2010.

Ambos, Monsanto e Fróis, estiveram envolvidos na devassa ordenada pelo rei Filipe II em 1617, na qual se mirava os descaminhos da alfândega do Espírito Santo. Testemunhas ouvidas pelo capitão-mor Gaspar Alves de Siqueira acusaram o almoxarife Jorge Pinto e o provedor da fazenda Marcos de Azeredo (também de origem cristã-nova) de não cobrarem as devidas taxas dos navios que chegavam à capitania com produtos para os dois homens de negócios em questão, sendo tais embarcações em número de três ou mais por ano.⁹⁴ Tal fato realça a importância econômica que os indivíduos chegados na capitania naquele período poderiam adquirir. Eles possuíam engenhos, terras e recebiam mercadorias sem passar pelo crivo da teia de fiscalização dos funcionários da coroa. O ocorrido também se reveste de traços da economia política de privilégios, idéia explicitada anteriormente, que imprime inúmeras dimensões e jogos de influência às relações que deveriam ser meramente de troca.

Também veio da Espanha D. Diogo Ximenes de Vargas, homem de negócio que, tal como os demais citados, teve engenho no Espírito Santo.⁹⁵ No mesmo contexto, Manoel de Medeiros, Henrique Roiz Barcelos e Diogo Fernandes de México, todos cristãos-novos, se associaram para a montagem do engenho denominado Santo Antônio, cujo funcionamento já estava registrado em 1587. Da mesma maneira, Diogo Roiz d'Évora, também cristão-novo, passou a tocar um engenho na Ribeira Taquari em 1579.⁹⁶

De acordo com os levantamentos de José Gonçalves Salvador⁹⁷, a maioria desses engenhos foi constituída a partir da década de 1580, o que aproxima o ambiente gerado pela unificação das coroas ibéricas aos rumos das atividades econômicas desenvolvidas no Espírito Santo, notadamente no que tange ao comércio e à produção açucareira. Os indivíduos citados geralmente combinavam as duas atividades, tal como no caso de Monsanto e Fróis, representando aquela diversificação de negócios típica da elite colonial, tal como discutido no início do

⁹⁴ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 docs. 04,05.

⁹⁵ SALVADOR, 1981, p. 78.

⁹⁶ Id., 1994, p. 75-77.

⁹⁷ Cf. Ibid., p. 60-82.

capítulo.⁹⁸ Esses grupos certamente contribuíram para o cenário exposto na Tabela 1. Se o Espírito Santo não tinha o poderio de Bahia e Pernambuco, era a terceira força colonial em número de engenhos, o que não deixa de ser significativo.

O século XVII se iniciou com a catequese jesuítica se expandindo no Espírito Santo⁹⁹ ao mesmo tempo em que o processo de conquista do território persistia rumo ao sul e ganhava outra frente: o oeste. Nesse sentido, viu-se uma vertiginosa ampliação do número de *entradas* entre o fim do século XVI e início do século XVII em direção àquela região onde seriam encontradas as minas auríferas no fim do Seiscentos. Isso também ocorreu de forma mais ou menos semelhante nas capitanias vizinhas, principalmente em São Vicente e no Rio de Janeiro. Além dessa questão das entradas na virada de século, havia ainda outras semelhanças entre o contexto do Espírito Santo e o existente nessas duas capitanias do sul (São Vicente e Rio de Janeiro).¹⁰⁰ Em ambas, os grandes confrontos com nativos, a ponto de por em risco a ocupação portuguesa, cessaram e a catequese, importante instrumento para a aproximação ao gentio, se ampliou.¹⁰¹

Com isso, São Vicente consolidou a exploração de seu território e expandiu sua agricultura comercial, com destaque para o cultivo de trigo.¹⁰² O fato é que o acelerado crescimento da economia açucareira nordestina gerava oportunidades nas *zonas secundárias*, tais como a criação de gado e o plantio de gêneros de abastecimento, atividades intensificadas na capitania no início do século XVII.¹⁰³ O Rio de Janeiro, por sua vez, saltou de seus três engenhos na década de 1580 para mais de sessenta em 1629, num processo já descrito neste trabalho.

⁹⁸ Cf. SALVADOR, 1994.

⁹⁹ Cf. BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **A obra dos jesuítas no Espírito Santo**: (sinopse histórica). Viana, 1979. p. 41-50.

¹⁰⁰ Entre 1574 e 1577, pela primeira vez a coroa portuguesa empreendeu a divisão entre as capitanias do norte e as do sul. Inicialmente a região sul englobava Rio de Janeiro, São Vicente, Espírito Santo, Ilhéus e Porto Seguro. Com a retomada dos esforços para a subdivisão da administração do Brasil em 1608, entretanto, a região sul então delimitada correspondia somente às três primeiras capitanias.

¹⁰¹ Cf. SAMPAIO, 2003; MONTEIRO, John M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

¹⁰² BLAJ, Ilana. Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo Colonial. **Revista de história**, São Paulo, n. 142-143, dez. 2000. Disponível em <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php>>. Acesso em 24 dez. 2010; ELLIS JUNIOR, Alfredo. **A evolução da economia paulista e suas causas**. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.

¹⁰³ MONTEIRO, op. cit., p. 99-100, nota 101.

Até a década de 1620 havia um tom otimista nos escritos sobre a economia do Espírito Santo. Quanto aos fatos concretos, iniciara-se naquela década a importação direta de escravos africanos para a capitania.¹⁰⁴ Por pelo menos duas vezes, em 1625 e 1627, os holandeses fizeram assaltos à capitania, que possuía uma receita superior a de Itamaracá, Ilhéus e outras.¹⁰⁵ Mas a economia local persistia frágil perante as intempéries que vez ou outra emergiam, tais como a ausência de donatários¹⁰⁶ e as oscilações no preço do açúcar.¹⁰⁷

Desse modo, após a década de 1630, iniciou-se aquele que foi talvez o período de maior dificuldade para o Espírito Santo. Faltavam barcos para o comércio e a receita era cinco vezes menor que as despesas.¹⁰⁸ A queda contínua dos preços do açúcar entre 1620 e 1634, o que voltou a ocorrer após 1651, certamente interfere nesse destino.¹⁰⁹ Faltavam também donatários desde 1627, quando faleceu Francisco de Aguiar Coutinho. Seu herdeiro, Ambrósio de Aguiar Coutinho, tomou posse apenas em 1643, mas provavelmente nunca veio ao Brasil, delegando a tarefa da administração a capitães-mores.¹¹⁰

O governo dos capitães persistiu por longa data, até que em 1674 a capitania foi vendida a Francisco Gil de Araújo, rico fazendeiro da Bahia. Em carta ao rei escrita no ano seguinte ele resume o estado da capitania após décadas sem a presença de um donatário: “o mais miserável que se possa imaginar; tudo causado por alguns capitães que a governaram”.¹¹¹ E de fato as quase cinco décadas entre a morte de Francisco de Aguiar Coutinho e a chegada de Araújo foram bastante difíceis para o cenário local.

O Espírito Santo, que ocupava posição de proeminência em relação ao Rio de Janeiro por volta da década de 1580, não conseguiu fortalecer sua economia tal como ocorreu com os vizinhos do sul. Aquelas condições semelhantes entre as

¹⁰⁴ SALETTO, 1998, p. 104.

¹⁰⁵ OLIVEIRA, 2008, p. 132, 139.

¹⁰⁶ LEAL, João Eurípedes Franklin. História do Espírito Santo: uma reflexão, um caminho. In: OLIVEIRA, 2008, p. 503-521, p. 515.

¹⁰⁷ FERLINI, 1988, p. 165.

¹⁰⁸ LEAL, op. cit., p. 505, nota 106.

¹⁰⁹ FERLINI, op. cit., p. 65-69, nota 107.

¹¹⁰ OLIVEIRA, op. cit., p. 141, nota 105.

¹¹¹ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 doc. 71.

capitanias se processaram de formas diferenciadas, produzindo destinos também diversos. O Espírito Santo não se voltou para uma produção maciça de alimentos visando à venda em outras capitanias, a exemplo de São Vicente, nem conseguiu capitalizar a sua economia a ponto de expandir sua produção açucareira tanto quanto o Rio de Janeiro. Como se observa na Tabela 1, em 1629 o Espírito Santo persistia com 8 engenhos, enquanto outras capitanias começavam a se destacar, tal como a da Paraíba, com 24 engenhos, e a de Itamaracá, com 18 engenhos.

Tanto em São Vicente, quanto no Rio de Janeiro, aquelas famílias pioneiras da colonização, os chamados *conquistadores*, foram cruciais para a definição dos rumos tomados pela economia durante o século XVII. Mas no Espírito Santo foram indivíduos recém chegados, ou mesmo que nem se instalavam na capitania, que tiveram predominância nesse processo e não as famílias dos primeiros colonos.¹¹² Obviamente, a elite há mais tempo instalada no Espírito Santo não havia desaparecido no século XVII. Se não lhes pertencia a maioria dos engenhos, elas certamente estavam ligadas a outras atividades, sejam elas agrícolas ou não.

Sendo guiada em grande parte por cristãos-novos e espanhóis, a economia do Espírito Santo teve que enfrentar alguns empecilhos que certamente contribuíram para aquele cenário encontrado por Francisco Gil de Araújo em 1674. Entre esses empecilhos há as visitas do Santo Ofício à capitania. Se no fim do século XVI as visitas não abalaram os negócios dos cristãos-novos no Espírito Santo, o mesmo não se pode dizer do século XVII. Em 1628, por exemplo, tiveram seus nomes denunciados os cristãos-novos Aires Nunes d'Ávila e Manoel Fernandes Delvas, ambos mercadores. Mais tarde aconteceu o mesmo com Brás Gomes de Siqueira, negociante, e Luiz de Matos Coutinho, traficante de escravos e senhor de engenho. Outros tantos chegavam e partiam ao sinal de presença dos Visitadores nas capitanias do nordeste.¹¹³

Numa estrutura produtiva que tanto dependia dos recursos desses indivíduos, as visitas certamente tinham um efeito negativo no contexto local. O mesmo se

¹¹² Cf. SALVADOR, 1981.

¹¹³ MOTT, Luiz. O Santo Ofício na capitania do Espírito Santo. **Dimensões** - Revista de história da UFES, Vitória, n. 11, p. 63-98, 2000.

pode dizer do fim da União Ibérica em 1640. Separadas as coroas de Portugal e Espanha, alterou-se aquele ambiente que permitiu a entrada de atores e capitais espanhóis no Espírito Santo. Nesse sentido, em correspondência escrita em 1642, Manuel Correia de Figueiredo, provedor-mor da fazenda, informa ao rei sobre o seqüestro dos bens de Marcos Fernandes Monsanto e D. Diogo Ximenes de Vargas, ambos castelhanos e proprietários de grandes engenhos, que se mantiveram fiéis ao rei espanhol mesmo após a restauração portuguesa.¹¹⁴ É difícil identificar o que seria exatamente essa lealdade ao rei espanhol de Monsanto e Ximenes. De qualquer modo, havia uma rivalidade que os envolvia em rugas com determinados grupos locais, o que pode ter contribuído para o seqüestro de seus bens.¹¹⁵

1.4 AS ENTRADAS

As entradas, teoricamente em busca de metais preciosos e esmeraldas, se multiplicaram a partir da década de 1570, ainda antes da unificação das coroas ibéricas. De Lisboa vinham incentivos a tais jornadas, na mesma época em que a coroa se esforçava para subdividir a administração do Brasil. Filiando-se a isso, Antonio Salema foi enviado em 1574 como o primeiro governador para cuidar da região sul do Brasil, o qual facilitou e realizou várias dessas jornadas rumo ao sertão, em especial partindo das capitanias do Rio de Janeiro, São Vicente e Espírito Santo.¹¹⁶ Com a chegada de um monarca espanhol ao poder em 1580 se acentuou ainda mais essa tendência de penetração em direção ao interior, uma das principais marcas da colonização espanhola.¹¹⁷

Nessa intensificação das entradas reside mais um traço da influência da união ibérica sobre o Espírito Santo, onde várias jornadas ao sertão foram empreendidas. Conforme indicado neste trabalho, no plano local essas jornadas já eram recorrentes desde o século anterior, tendo como principal resultado o descimento de índios para o aldeamento e para o trabalho nas propriedades capixabas. No século XVII,

¹¹⁴ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 doc. 17 A.

¹¹⁵ Cf. Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 docs. 04,05.

¹¹⁶ TAPAJÓS, Vicente Costa Cantos. **História administrativa do Brasil**: a política administrativa de D. João III. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília: FUNCEP, 1983-1984. v. 2. p. 113-115.

¹¹⁷ Sobre a interiorização do Brasil durante a união ibérica, cf. ELLIS JUNIOR, Alfredo. **O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1934.

entretanto, as entradas empreendidas se tornaram mais grandiosas, contando com padres, índios, escravões e outras figuras tidas como necessárias à tarefa de encontrar índios e as minas de esmeraldas tão comuns no imaginário dos colonos.¹¹⁸

O maior incremento dessas jornadas ocorreu justamente num momento de dificuldades para a economia local, a partir da década de 1630, parecendo figurar as mesmas também como subterfúgio para os problemas econômicos. Diante das dificuldades para o estabelecimento de uma estrutura produtiva mais sólida, a busca pelas lendárias esmeraldas foi uma alternativa que resultou em diversos empreendimentos concretos. Nesse sentido, vêm-se famílias investindo recursos próprios nas jornadas¹¹⁹, oficiais da câmara captando donativos para a realização de entradas em 1668¹²⁰, capitães-mores se desentendendo com sertanistas enviados pelo governador-geral¹²¹ etc.

A própria coroa também interferia nessa busca. Em 1660 João Correia de Sá foi nomeado pelo rei “governador da descoberta das minas no Espírito Santo”.¹²² Também se aventurou no mesmo posto Agostinho Barbalho Bezerra em 1666, o qual teve rugas com o capitão-mor.¹²³ Quase duas décadas depois, Garcia Rodrigues Paes recebeu o posto de “capitão-mor das entradas e descobrimento das minas de esmeraldas”.¹²⁴ E se poucas eram as pedras encontradas nessas ocasiões, o mesmo não se pode dizer quanto ao número de índios. Tratando do tema, John Monteiro¹²⁵ é enfático ao afirmar que essas jornadas em busca das minas sempre resultavam em apresamento de índios, tendo, portanto, a importância de disponibilizar nativos para a catequese e para o trabalho, principalmente nas lavouras.

Como vimos, na transição do Quinhentos para o Seiscentos predominavam os indivíduos recém-chegados à capitania na dianteira da economia, com especial

¹¹⁸ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 doc. 26.

¹¹⁹ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 doc. 26.

¹²⁰ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 doc. 63 A.

¹²¹ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 docs. 58 e 59.

¹²² Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 doc. 50.

¹²³ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 docs. 58 e 59.

¹²⁴ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 doc 81.

¹²⁵ MONTEIRO, 1994, p. 58-59.

destaque para cristãos-novos e espanhóis. Exceção à regra parece ter sido a família Azeredo, cuja notória trajetória no Espírito Santo foi inaugurada por Belchior de Azeredo, ainda no tempo do primeiro donatário. Celebrado por Estácio e Mem de Sá, Belchior se destacou por ocupar vários cargos na administração local, inclusive o de capitão-mor, e por prestar importantes serviços à coroa, tais como o combate a índios inimigos e a defesa contra as ameaças de invasões estrangeiras.¹²⁶ Miguel e Marcos de Azeredo, seus sobrinhos, também se destacaram na realidade local, tanto do ponto de vista econômico, quanto no da administração capixaba.¹²⁷

Há notícias sobre o funcionamento de dois engenhos pertencentes a membros da família em 1584 e em 1609.¹²⁸ Mas não é pelo açúcar que os Azeredo mais são mencionados nas fontes durante o século XVII. Ao invés disso, Marcos de Azeredo e seus filhos Antônio e Domingos vez ou outra aparecem envolvidos às inúmeras entradas ao sertão do Espírito Santo realizadas naquele século, sempre em busca das minas de esmeraldas. A prática não era nova na família, visto que Belchior fez várias guerras às *tribos inimigas*, chegando a descer mais de duzentos índios do interior em 1573.¹²⁹

Comprovando a idéia aqui apresentada, consta, em 1646, uma reclamação dos filhos de Marcos de Azeredo ao rei sobre a intromissão do Capitão-Mor Antônio do Canto de Almeida na jornada empreendida por eles naquele ano, filiando a tal intromissão o insucesso da tarefa.¹³⁰ O acervo do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) fornece outras mostras dessa mobilização da família Azeredo, como o investimento de recursos próprios nas entradas¹³¹, além dos repetidos desentendimentos com outros indivíduos envolvidos nas jornadas, tais como oficiais da câmara¹³² e capitães-mores¹³³ etc.

¹²⁶ OLIVEIRA, 2008, p. 101-102.

¹²⁷ BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antonio Henrique da Cunha. **Dicionário das famílias brasileiras**. São Paulo: Arvore da Terra, 2001.

¹²⁸ SALVADOR, 1981, p. 74-75.

¹²⁹ LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. v. 1. p. 232.

¹³⁰ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 doc. 26.

¹³¹ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 doc. 26.

¹³² Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 doc. 63 A.

¹³³ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 docs. 58 e 59.

Mas não somente a família Azeredo alimentava o anseio de encontrar ouro. O próprio Francisco Gil de Araújo, ao comprar a capitania, ostentava a possibilidade de encontrar esmeraldas e metais preciosos em seu sertão.¹³⁴ Em 1675, ao relatar o péssimo estado local, ele sinaliza ao rei sobre o seu interesse de também organizar jornadas.¹³⁵ É certo que havia a intenção de soerguer a capitania, mas a grande meta de Araújo era encontrar metais preciosos, o que não ocorreu.

Em resumo, durante o século XVII a principal aposta econômica dos grupos dominantes locais foi a busca pelas minas. Mais do que mero sonho pelo eldorado, formaram-se empreendimentos organizados que envolviam membros das mais antigas famílias da terra, a coroa, os donatários, os capitães-mores e indivíduos da corte. Desse modo, as entradas foram investimentos que, no caso do Espírito Santo, ocuparam grande espaço em meio às demais atividades, extrapolando o período da união ibérica e sendo constantes durante praticamente todo o Setecentos. De fato, a pista das diversas entradas ao sertão do Espírito Santo não estava tão equivocada, afinal o ouro foi encontrado exatamente numa faixa de terra então pertencente à capitania, no fim do século XVII.

1.5 OURO NO SERTÃO

Uma das experiências coloniais mais marcantes na América portuguesa foi aquela que se iniciou com a descoberta das preciosas minas de ouro na região que hoje conhecemos como Minas Gerais. Homens de diversas origens sociais e das diferentes partes do império português migraram para aquela região, embora a riqueza lá gerada tenha resultado em rumos distintos para os membros da sociedade colonial.¹³⁶ Algumas capitanias perderam parte de sua população por conta do intenso interesse pelo precioso metal, mas viram também seu mercado consumidor se ampliar, sendo a do Rio de Janeiro a mais beneficiada.

¹³⁴ FREIRE, Mário Aristides. Bandeiras e bandeirantes no Espírito Santo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, ano 17, n. 7, p. 03-11, 1934. p. 10.

¹³⁵ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 doc. 71.

¹³⁶ Cf. BOXER, Charles R. **A idade do ouro do Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. São Paulo: Nacional, 1963. p. 75.

Sabe-se que a coroa portuguesa, desde a chegada à América, incentivara as entradas ao sertão em busca do ouro, o que também vale para o reinado dos Filipes. Após a descoberta do referido metal, o rei e seu aparato burocrático direcionaram uma atenção ainda maior para a parte americana de seu império, visando ampliar o controle administrativo e financeiro sobre sua possessão, além de fomentá-la com um maior aparato militar.¹³⁷ Consolidando um processo inaugurado no século XVII, o Brasil se tornou, a partir do Setecentos, “o fulcro de todo o sistema português”, com importância econômica e política fundamental para Portugal.¹³⁸

As divergências quanto ao local e a data mais exata da descoberta do ouro estão ligadas, provavelmente, ao fato do mesmo ter sido encontrado quase que simultaneamente em diversas regiões do que é hoje o Estado de Minas Gerais, por diferentes grupos de paulistas entre 1693 e 1695.¹³⁹ As minas geraram diversas dificuldades para a administração local e para a Coroa. Apesar de pertencerem ao território do Espírito Santo, elas se encontravam muito distantes do litoral, impossibilitando uma efetiva autoridade da donataria sobre as mesmas. Por São Vicente, Rio de Janeiro e Bahia se acessavam livremente as regiões auríferas.¹⁴⁰

Com isso, os primeiros anos do século XVIII foram marcados por uma série de medidas da Coroa no sentido de tornar mais eficiente o controle sobre a região onde se desenvolvia a mineração. Nesse contexto, em 1709 foi criada a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, a qual foi desmembrada em 1720 para dar origem à capitania de Minas Gerais, aputando grande parte do território capixaba.¹⁴¹ O Setecentos se inicia para a história do Espírito Santo com a primeira corrida do ouro

¹³⁷ Sobre o aspecto militar cf. MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. **Revista de História**, n 154, vol. 1, p. 267-295, 2006. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/rh/>>. Acesso em 13 dez 2010. Quanto aos aspectos administrativo e financeiro da relação entre Brasil e Portugal durante o século XVIII, cf. NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1983.

¹³⁸ TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 38.

¹³⁹ BOXER, 1963, p. 50.

¹⁴⁰ REIS, Fabio Paiva. **Conseqüências da descoberta do ouro na capitania do Espírito Santo**. Monografia (Graduação) – Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008. p. 24.

¹⁴¹ SOUZA, Ricardo Luiz de. Os sentidos do povoamento: aspectos da ocupação territorial de Minas Gerais. **Revista de Ciências Humanas** – Universidade de Taubaté (UNITAU), Taubaté, v. 1, n. 1, p. 01-19, 2009. p. 15.

da Idade Moderna ocorrendo em seu sertão. Intrigante é o fato de tal processo não resultar numa grande guinada positiva para o cenário econômico da capitania.

Para muitos autores, inclusive, a descoberta do ouro agravou ainda mais os problemas da capitania, a qual passou a figurar como uma espécie de barreira natural para a defesa das minas frente às ameaças de invasões estrangeiras. De acordo com tal via de interpretação, as ações da coroa em relação ao Espírito Santo foram prejudiciais e decisivas para a configuração do cenário local. Corroborando com essa idéia, Leal indica que,

[...] com a descoberta do ouro em Minas Gerais a Coroa portuguesa achou por bem, por ser o Espírito Santo uma defesa natural contra a possível cobiça estrangeira das novas riquezas encontradas, proibir qualquer abertura para o interior da capitania. O Espírito Santo passou a funcionar exclusivamente como uma trincheira de defesa do interior mineiro, evitando qualquer medida ou ação progressiva que atraísse a cobiça estrangeira, que prejudicasse a mineração nas Minas Gerais ou que facilitasse o contrabando do ouro. Proibiu qualquer entrada ou penetração para o interior, assim como toda e qualquer ação colonizadora e fixação de habitantes em terras além do litoral [...].¹⁴²

José Teixeira de Oliveira é ainda mais enfático ao tratar do descobrimento das minas, afirmando que, para o Espírito Santo, a vizinhança das minas viria constituir empecilho à “[...] penetração e ao desenvolvimento das suas atividades para o interior [...]”.¹⁴³ Ligada a tal discussão, também é muito recorrente a utilização do conceito de *barreira verde* para definir o território capixaba como uma proteção natural às minas.¹⁴⁴ Como se observa, imputa-se às medidas da Coroa em relação ao Espírito Santo a culpa para o não aproveitamento do ambiente propício então gerado. Mas essa discussão deve ser guiada com prudência.

Logo no início do século XVIII as tentativas de encontrar novas minas através do rio Doce eram inclusive incentivadas pelo governo-geral. É isso que se observa em 1700, quando José Cardoso de Oliveira recebeu índios e foi nomeado capitão-mor

¹⁴² LEAL, 2008, p. 517.

¹⁴³ OLIVEIRA, 2008, p. 183-185.

¹⁴⁴ Cf. BITTENCOURT, 1987; ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Graal, 1984; FARIA, Jacinta de Lourdes de. **Conflitos e participação da sociedade civil na instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce**. 2004. Tese (Pós-graduação) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2004;

das entradas pra desbravar os sertões do Espírito Santo em busca de ouro.¹⁴⁵ Dois anos depois, o provedor da fazenda Francisco Monteiro de Morais e o capitão-mor Francisco Ribeiro de Miranda, empreenderam jornadas com o aval do governador-geral D. Rodrigo da Costa.¹⁴⁶

É fato que não demorou muito tempo até que essa postura se modificasse. Em 1704 vieram ordens expressas do governador-geral para que todos que se encontrassem na região das minas se recolhessem à Vila de Vitória sob o argumento de que nações estrangeiras ameaçavam invadir o Brasil, tornando necessária a preparação dos moradores locais.¹⁴⁷ Também foi significativa a ordem advinda em 1710 de D. Lourenço de Almada, então governador-geral, o qual adverte ao capitão-mor:

Tenho notícia que várias pessoas intentam abrir caminho pelos sertões dessa capitania para por eles passarem às minas, e como Sua Majestade [...] tem mandado por repetidas e apertadas ordens se não consinta abrir-se semelhantes caminhos, ordeno a Vossa Mercê que em recebendo esta faça toda a diligência por saber se se [sic] deu princípio ao tal caminho e quando assim tenha sucedido o mandará Vossa Mercê logo fechar e prender as pessoas compreendidas nessa culpa, as quais remeterá Vossa Mercê a este Governo Geral para se castigarem como Sua Majestade manda [...].¹⁴⁸

Tomando como ponto de partida essas determinações, criou-se uma tendência, bastante difundida na bibliografia local, de filiar às ordens da Coroa e do governador-geral os principais entraves ao fortalecimento da economia do Espírito Santo. Mas, antes de tudo, é preciso ponderar que desde a década de 1690 o ouro vinha sendo encontrado em diferentes regiões do sertão. Nesse sentido, entre as seguidas descobertas de ouro após 1693 e aquela determinação de 1704, visando limitar a interiorização, há um espaço de mais de uma década. Parece ser tempo mais do que suficiente para qualquer esforço deliberado e expressivo por parte da população local no sentido de se aproveitar das possibilidades de exploração aurífera. Além disso, há que se considerar que Rio de Janeiro e Bahia, por exemplo, também sofreram restrições legais da Coroa quanto à abertura de caminhos em direção a

¹⁴⁵ FREIRE, Mário Aristides; ACHIAMÉ, Fernando; NEVES, Reinaldo Santos. **A capitania do Espírito Santo**: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822). 2. ed. Vitória, ES: Flor&cultura: Cultural-ES, 2006. p. 160.

¹⁴⁶ OLIVEIRA, 2008. p. 184-185.

¹⁴⁷ Ibid., p. 185.

¹⁴⁸ CARTA do governador-geral Luiz César de Menezes escrita na Bahia em 1710. In: OLIVEIRA, 2008. p. 192.

oeste, o que não resultou num empecilho à interiorização.¹⁴⁹ Também é notável o fato de somente em 1709 ter sido criada a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, separando oficialmente do Espírito Santo a região das minas.

Mesmo com as tentativas da coroa no sentido de ampliar o controle sobre as regiões auríferas, diversas regiões encontraram maneiras de se aproveitar do cenário gerado pela mineração. Foi uma época marcada pela acentuada interiorização e pela integração econômica de diversas regiões.¹⁵⁰ O povoamento do interior estava ligado tanto à atividade extrativa quanto à formação de novas áreas produtivas visando o abastecimento. Grupos de São Paulo, São Vicente, Rio de Janeiro, do Norte e do Reino lucravam com os cabedais resultantes do comércio com as Minas. Sérgio Buarque de Holanda inclusive supõe que negócios altamente rentáveis, como o comércio e o contrabando, foram mais importantes que a extração do ouro em si para povoar aqueles sertões.¹⁵¹

Assim, condições para o aproveitamento das oportunidades derivadas da mineração existiam, mesmo com as medidas da coroa. Nesse sentido, interessante seria entender o porquê do Espírito Santo não ter se aproveitado mais intensamente do nicho gerado pela descoberta do ouro, ao contrário do que ocorrera com outras capitanias. São Vicente, por exemplo, dinamizou ainda mais a prática do comércio interno e as articulações com outras regiões, fato que se somou a um crescimento demográfico superior a 400% neste período.¹⁵² Essa articulação com as áreas mineratórias propiciou a acumulação de verdadeiras fortunas nas mãos dos

¹⁴⁹ ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Territorialidade em Minas Gerais Durante a Crise do Sistema Colonial**. Trabalho apresentado no III Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2006. Disponível em: <www.anppas.org.br>. Acesso em 6 mar. 2009. p. 08.

¹⁵⁰ ARAÚJO, Luiz Antônio Silva. **Contratos nas Minas Setecentistas: o estudo de um caso João de Souza Lisboa (1745-1765)**. 2002. Disponível em: <<http://cedeplar.ufmg.br/seminarios>>. Acesso em 27 ago. 2009.

¹⁵¹ Cf. HOLANDA, 1977. Tomo I, vol. 2.

¹⁵² MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 2000.

comerciantes daquela capitania, que abastecia as minas com gêneros alimentícios, gado e escravos, numa importante teia mercantil.¹⁵³

No Rio de Janeiro, as mudanças geradas pelo período da mineração, tal como a ampliação dos mercados a serem abastecidos, transformou-a num importantíssimo entreposto, tendo em vista o seu papel no escoamento do ouro e no abastecimento das Minas com víveres, escravos e outros itens. A intensa ligação com a região mineradora contribuiu de maneira central para que, no decorrer do século XVIII, os negócios mercantis superassem os agrários, transformando a praça carioca no porto por excelência da região das minas.¹⁵⁴ Necessário frisar que, paralelamente a tudo isso, ocorria o deslocamento do centro político e econômico do norte para o centro-sul, notadamente para o Rio de Janeiro.

Para o Espírito Santo os resultados não foram tão expressivos como o foram para as regiões vizinhas. Parece residir no século XVII, e não no XVIII, a raiz dessa discrepância. Conforme já foi descrito neste trabalho, entre as últimas décadas do Quinhentos e as primeiras do Seiscentos ocorreu uma espécie de reflorescimento da economia local, a exemplo do que também se configurava em São Vicente e no Rio de Janeiro. Mesmo considerando as oscilações habituais, o século XVII foi de fortalecimento para as economias dessas duas capitanias, o que lhes deu base para usufruir das oportunidades advindas da mineração.

O Espírito Santo, por sua vez, após um início de século animador viu sua economia dar mostras de fraqueza a partir da década de 1630, o que se agravou nos anos seguintes, a ponto da capitania ser vendida em 1674. A concentração de esforços na busca pelas minas não surtiu o efeito esperado, embora as bandeiras estivessem no caminho certo ao desbravarem a região oeste. Enfim, a descoberta do ouro ocorreu num momento de extrema fragilidade da economia espírito-santense. Faltou à capitania, no contexto do descobrimento das minas, a estrutura necessária para se

¹⁵³ BLAJ, Ilana. Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana. **Revista Brasileira de História**, vol. 18, n. 36, p. 281-296, 1998. p. 284.

¹⁵⁴ PESAVENTO, Fábio. **Um pouco antes da Corte**: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos. 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. p. 34; FRAGOSO, 2001. p. 69.

aproveitar mais intensamente das oportunidades então criadas, fazendo negócios com a região mineradora, sejam eles diretamente ligados ao ouro ou não. Tal estrutura precisava contar com lavouras mais extensas, produção maciça de alimentos, proprietários capitalizados, ligação mais intensa aos principais eixos mercantis da colônia, uma densidade populacional maior, entre outros fatores. Mas isso não ocorreu.

1.6 A CAPITANIA DA COROA

Francisco Gil de Araújo deixou claro ao comprar a capitania do Espírito Santo em 1674 que desejava encontrar o ouro em sua nova possessão. Mas deve estar claro que o donatário não se limitou à busca por esmeraldas.¹⁵⁵ Sintetizando os feitos de Araújo, Leal indica que ele “[...] promoveu o soerguimento econômico do Espírito Santo, incentivando a agricultura, trazendo novos colonos e pagando [parte dos] débitos da capitania [...]”.¹⁵⁶ De acordo com Saletto, Araújo estimulou a produção de açúcar com o fornecimento de crédito aos donos de engenhos e plantadores de cana e a atração de famílias de fora da capitania através da doação de terras.¹⁵⁷ Como se observa, a presença de um donatário fez soprar ventos diferenciados sobre o Espírito Santo.

Mesmo reconhecendo os esforços do donatário para a revitalização da economia local, o fato é que ele não pôde vê-la chegar ao grau de prosperidade que desejava. Em 1685, com o falecimento de Francisco Gil Araújo, o seu filho Manuel Garcia Pimentel o sucedeu na donataria. É provável que ele nunca tenha pisado no solo espírito-santense, ficando novamente o Espírito Santo sob os cuidados de capitães-mores.¹⁵⁸ Em 1711, com a morte de Pimentel, a capitania passou para as mãos de Cosme Rolim de Moura, que a vendeu à Coroa em 1718 pelo mesmo valor pago por ela em 1674.¹⁵⁹

¹⁵⁵ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 doc. 80 e 79.

¹⁵⁶ LEAL, 2008, p. 517.

¹⁵⁷ SALETTO, 1998, p. 88.

¹⁵⁸ DAEMON, Basílio Carvalho. **História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo**. Vitória: Typ. do Espírito Santense, 1879. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 7 jul. 2009.

¹⁵⁹ OLIVEIRA, 2008, p. 195.

A aquisição, pela Coroa, das capitâneas particulares, paralela à criação de novas *capitâneas reais*, se enquadra na série de reformas político-administrativas do império português implementadas durante o século XVIII. As antigas capitâneas hereditárias foram sendo gradativamente revertidas à coroa, de modo que, quando a sede do vice-reino passou a ser no Rio de Janeiro, em 1763, todas as capitâneas do Estado do Brasil (exceto a de São Vicente, que sobreviveu como donatária até 1791) estavam sob a autoridade do rei.¹⁶⁰

O Espírito Santo foi anexado à coroa por meio de compra em 1718. A compra da capitania, limítrofe à região das minas, era estratégico para o interesse português de resguardar aquela região. Não por acaso, o exame da documentação do AHU relativa ao período revela a constância do tema da segurança local. Logo em 1722 o capitão-mor Antônio de Oliveira Madail informa sobre o miserável estado das fortalezas, que estavam cheias de ruínas, e sobre a falta de munições.¹⁶¹ Três anos depois, Dionísio Carvalho de Abreu, seu sucessor, trata da mesma necessidade, expondo o risco da proximidade à baía do Rio de Janeiro, sempre visitada por navios estrangeiros. As fortalezas seriam, em seu ponto de vista, indispensáveis frente ao risco das invasões de corsários, daí a necessidade de repará-las.¹⁶² Em vez de se transformar em caminho do ouro, a capitania era vista como possível *descaminho* do mesmo.

A tendência reformista quanto à organização do império vinha sendo uma realidade desde a descoberta do ouro no Brasil. Tal postura se tornou ainda mais intensa na segunda metade do Setecentos, a partir da chegada do marquês de Pombal ao posto de primeiro ministro lusitano (1750-1777).¹⁶³ O empenho da Coroa se concentrava no anseio de *modernizar* a administração, tornando mais eficiente a

¹⁶⁰ AVELLAR, Hélio de Alcântara. **História Administrativa e Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: FENAME, 1970. p. 161.

¹⁶¹ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 12 doc. 46.

¹⁶² As fortalezas então existentes e que necessitavam de reparos eram: São Francisco Xavier, São João, N. S. da Vitória, N. S. do Carmo e do fortim de São Tiago. Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 02 doc. 15 A.

¹⁶³ FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. 2. ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. p. 160.

atuação dos seus agentes e órgãos, tanto na Europa quanto no ultramar. Em outras palavras, era preciso fazer com que as colônias lhe gerassem mais lucro.¹⁶⁴

Personificadas na figura de Pombal, essas mutações do aparato administrativo tiveram ressonâncias para além da época pombalina, refletindo de maneira diferenciada nas diversas regiões do império português. Considerando somente o cenário brasileiro, várias medidas emanadas de Portugal nessa época interferiram na configuração do nosso cenário, tais como: transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, reforço e reordenação do aparato militar colonial, mudanças quanto à cobrança de impostos, nova legislação relativa às regras testamentárias e de transmissão de bens, etc.¹⁶⁵

Pertencer à coroa não significou, contudo, a renovação do interesse da monarquia lusitana pelo Espírito Santo. Os capitães-mores locais estavam subordinados ao Governo da Bahia. Quanto à justiça e ao foro eclesiástico, os espírito-santenses estavam sujeitos ao Rio de Janeiro.¹⁶⁶ Em 1732, porém, foi criada uma Ouvidoria própria para o Espírito Santo, tendo Vitória como cabeça da comarca e com abrangência também sobre Campos, São João da Barra e, mais tarde, sobre a Paraíba do Sul.¹⁶⁷ Mas a subordinação política em relação à Bahia persistiu, cessando somente no fim do século XVIII.

É de se imaginar os contratempos que essa miscelânea administrativa trouxe para o Espírito Santo. Do ponto de vista político, os primeiros anos após a incorporação da capitania à Coroa foram marcados por uma série de conflitos e queixas no ambiente local. Foram ocorrências que antes não eram tão comuns, tais como: queixa contra a venda de aguardente pelos jesuítas em 1725¹⁶⁸, má postura do capitão de

¹⁶⁴ CARDOSO, Ciro Flamarion S. A crise do colonialismo luso na América portuguesa. In: LINHARES, 1996, p. 102-123. p. 107-108; NUNES, Antonieta d'Aguiar. O marquês de Pombal e suas reformas no ensino. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**, Salvador, v. 101, p. 71-94, 2006. p. 79.

¹⁶⁵ MAXWELL, Kenneth. **Marques de Pombal: paradoxo do iluminismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

¹⁶⁶ OLIVEIRA, 2008, p. 201.

¹⁶⁷ NEVES, Getúlio Marcos Pereira. **Documentos referentes à recriação da ouvidoria do Espírito Santo em 1732**. [Vitória, ES?]: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003. p. 15-16.

¹⁶⁸ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 02 doc. 24 A.

infantaria Antônio de Lemos, que vinha cometendo vários crimes na capitania¹⁶⁹, delitos e abusos contra os moradores por parte do capitão-mor Antônio Pires Forsas¹⁷⁰, entre outras.

Do ponto de vista econômico, também houve conseqüências. A inexistência da *Junta da Fazenda* no Espírito Santo é uma demonstração disso. Se enquadrando no conjunto de reformas pombalinas, tais *juntas* administravam as finanças de cada capitania. Tratava-se de um órgão colegiado com 5 ou 6 membros, entre os quais o provedor (até então o principal administrador financeiro local) e o governador. Cada junta era independente, sendo responsável pela cobrança e distribuição da renda real, o que retirava considerável parcela de poder dos provedores, antes responsáveis por tais funções.¹⁷¹

Instrumento para aprimorar o sustento financeiro da colônia¹⁷², as juntas tiveram a importância de descentralizar da figura do provedor a administração das finanças, bem como a de imprimir certa padronização na captação e no emprego das rendas reais no espaço colonial. O problema está no fato do Espírito Santo, por estar subordinado administrativamente à Bahia, não ter recebido uma dessas juntas. Aqui, a tarefa continuava concentrada no provedor, o que certamente prejudicava tanto a arrecadação quanto aplicação das receitas. As deficiências se arrastaram no tempo, tanto que em 1800 o administrador local Antonio Pires da Silva Pontes enviou repetidos ofícios ao rei referentes à matéria.¹⁷³ Queixava-se o administrador dos inconvenientes resultantes da concentração de muitas das decisões importantes para o Espírito Santo na capitania da Bahia.

¹⁶⁹ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 02, doc. 38-30

¹⁷⁰ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 02 doc. 74 A

¹⁷¹ SILVA, André Mansuy-Diniz. Portugal e o Brasil: a reorganização do império, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie. (Org.). **História da América Latina**: a América Latina colonial. 2 ed. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. p. 478-504. p. 490-91; WEHLING, Arno. **Coleção História Administrativa do Brasil**: administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808). Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986. v. 6. p. 114. Disponível em <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso em 11 dez. 2010.

¹⁷² Sobre o tema da arrecadação e do sustento financeiro da capitania, cf. SILVA, Vera Alice Cardoso. O sustento financeiro da administração colonial. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 21, p. 209-221, jul. 1999.

¹⁷³ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 06, docs. 22 A, 38, 24 A, 28 A.

Voltamos ao ponto discutido no princípio do capítulo: a importância do capital mercantil para o fomento da exploração colonial. A aproximação da coroa portuguesa aos grupos que viviam do comércio já era uma realidade antes mesmo da conquista da América, saindo desses grupos grande parte dos recursos aplicados para a concessão de privilégios à nobreza e ao clero, elementos de sustentação da monarquia e de legitimação da expansão ultramarina. Mas essa importância da classe mercantil vai além, visto que ela também financiou a formação, na América, de uma aristocracia colonial de senhores de terra escravocratas, algo decisivo para a caracterização do Brasil e do Espírito Santo colonial.

Discutindo a questão, Stuart Schwartz¹⁷⁴ indica que no século XVI o açúcar brasileiro era um setor de investimento privado tanto no que diz respeito à produção quanto à comercialização. A participação de investidores cristãos-novos neste negócio era notável, o que gerava inconvenientes e oscilações em razão das ações da inquisição contra tais indivíduos. Desse modo, o sucesso da produção açucareira de uma capitania dependia da capacidade de atração desses capitais mercantis particulares.

A capitania do Espírito Santo sempre se debateu com a falta de capitais, embora tenha conseguido arregimentá-los com certa eficiência durante um determinado período, especialmente entre o fim do Quinhentos e início do Seiscentos. Nas décadas posteriores, houve o direcionamento da elite local para as *entradas* como empreendimentos econômicos, o que não mobilizou o investimento do capital mercantil. O século XVII foi o mais decisivo para a configuração local, visto que, por diversos fatores, o Espírito Santo não conseguiu acompanhar o ritmo de desenvolvimento das regiões vizinhas, estando impossibilitado de desfrutar mais efetivamente do ambiente gerado pela descoberta do ouro em seu sertão.

Ao passar para a posse real em 1718 os antigos problemas do Espírito Santo se agravaram. A capitania não conseguiu atrair uma maior mobilização de sua

¹⁷⁴ SCHWARTZ, Stuart B. Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal. **Tempo**, Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 12, n. 24, p. 201-223, jan.-jun. 2008, p. 206-207.

proprietária (a coroa) no sentido de ensejar o fortalecimento da economia local, devendo se originar de particulares qualquer iniciativa nesse sentido. O Espírito Santo foi subordinando a capitâneas vizinhas, o que retirou do plano local importantes prerrogativas administrativas.

Tal situação se modificou de forma concreta somente entre as últimas décadas do século XVIII e o início do século XIX. Naquele contexto, se materializaram diversos esforços no sentido de aumentar as ligações com Minas Gerais, restabelecer as ligações comerciais diretas com o reino, bem como otimizar a arrecadação fiscal no plano local.¹⁷⁵ Houve todo um cenário de recuperação da economia espírito-santense no fim do Setecentos, o que permitiu a diversificação da produção, a expansão da ocupação do território e o fortalecimento das ligações comerciais entre o Espírito Santo e as capitâneas vizinhas, notadamente o Rio de Janeiro. Naquela fase o império português se esforçava para mudar as diretrizes de seu funcionamento, ao passo que o Espírito Santo vivenciava em seu território a saída dos jesuítas, elementos centrais na formação histórica da capitania, tal como se demonstra a seguir.

¹⁷⁵ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 06, passim.

2 OS JESUÍTAS NO ESPÍRITO SANTO

No Espírito Santo uma das necessidades mais urgentes durante toda a colonização foi a conquista e a exploração efetiva de seu território. Isso permitiria a ampliação das atividades econômicas e, ao mesmo tempo, fincaria com mais intensidade a presença do colonizador. Se ainda no século XIX, o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire¹⁷⁶ se impressionou com a restrita interiorização da população local, essa insuficiência era ainda mais intensa nos séculos anteriores. Ainda assim, o Setecentos foi palco de um maior avanço da ocupação em direção ao sul e ao norte do Espírito Santo. Embora já existissem povoações nessas faixas litorâneas desde o primeiro século da presença portuguesa, a partir do século XVIII elas deixaram de serem focos isolados de ocupação e se integraram mais intensamente a Vitória.

Grandes propriedades já haviam aberto o caminho para a maior exploração da parte meridional da capitania durante o século XVII, mas foi no século seguinte o sul ganhou maior importância. A Vila de Guarapari se tornou mais freqüente nos registros, sendo constantemente atendida nos pedidos feitos ao rei. Em 1732 foram autorizadas melhorias para a igreja e um vigário para a Vila.¹⁷⁷ Um ano depois, nova solicitação atendida: a nomeação de Luís Teixeira de Carvalho Souto Maior para o posto de capitão-mor da Vila, com a finalidade de “[...] dar todo o favor e ajuda as justiças para a prisão dos delinqüentes [...]”.¹⁷⁸ Também no sul, aumentam os registros de pedidos e concessões de sesmarias durante o século XVIII, tal como se observa em Itapemirim¹⁷⁹ e Benevente.¹⁸⁰

Essa ocupação do Espírito Santo tem um componente muito importante: a relação com a presença dos jesuítas. Se ao final do século XVIII, havia apenas cinco vilas na capitania, três delas eram originárias de aldeamentos dos jesuítas: Guarapari, Benevente (Reritiba) e Nova Almeida (Reis Magos). Além delas havia apenas Vitória

¹⁷⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Vitória: Secretaria municipal de cultura, 2002. p. 16.

¹⁷⁷ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 02 docs. 75 e 76.

¹⁷⁸ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 02 doc. 82.

¹⁷⁹ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 04 doc 78, 76.

¹⁸⁰ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx 04 doc. 46 A.

e a Vila do Espírito Santo, os primeiros centros ocupados pelos colonos vindos de Portugal.¹⁸¹

No sul, além de Guarapari, havia a Vila de Benevente, a qual se originou do antigo aldeamento jesuítico de Reritiba, residência do padre José de Anchieta durante o século XVI.¹⁸² No norte do Espírito Santo, embora a expansão tenha sido bem mais lenta, é possível observar traços que apontam para uma exploração mais efetiva daquela faixa no Setecentos. Há poucas léguas¹⁸³ de Vitória, por exemplo, estava Reis Magos, que de aldeamento se expandiu até tornar a Vila de Nova Almeida no século XVIII. Em 1760 tal vila exportava para Vitória mil arrobas de algodão, mil e quinhentos alqueires de milho, trezentos alqueires de feijão, dois mil alqueires de farinha, três mil dúzias de tabuado, afora toras de jacarandá, canoas, gamelas, azeite de mamona, e peixe em grande quantidade.¹⁸⁴

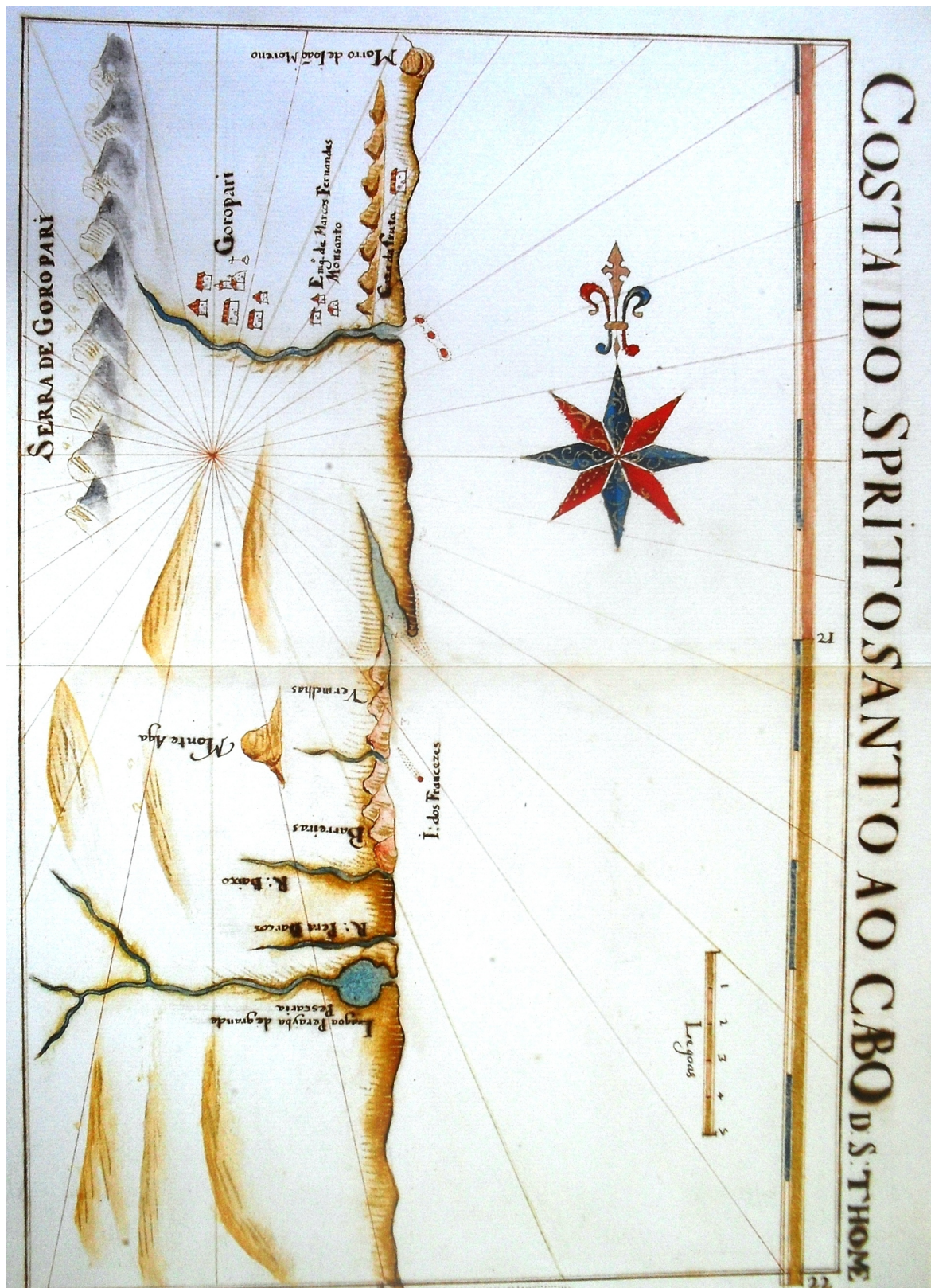
Um dos grandes problemas para a análise do passado espírito-santense é a falta de mapas históricos, com a qual a presente pesquisa também se debateu. De qualquer modo, as representações abaixo auxiliam na compreensão da ocupação da capitania do Espírito Santo. Trata-se de representações produzidas no século XVII:

¹⁸¹ SALETTO, Nara. Sobre a composição étnica da população capixaba. **Dimensões** - Revista de História da UFES, Vitória, n. 11, p. 99-110, 2000. p. 102.

¹⁸² LEITE, 2000, v. 1, p. 248-249.

¹⁸³ Léguas era a denominação de várias unidades de medidas itinerárias (de comprimentos longos) utilizadas em Portugal, Brasil e em outros países até à introdução do sistema métrico. As várias unidades com esta denominação tinham valores que variavam entre os atuais 4 e 7 km. As análises costumam fixar a medida de uma légua no Brasil colonial em 6 km.

¹⁸⁴ DAEMON, 1879.



Mapa 1 – Ocupação da costa sul do Espírito Santo em meados do século XVII.
Fonte: Acervo do Ministério das Relações Exteriores (Brasil).

As representações cartográficas intituladas *Costa do Sprito Santo ao Cabo d: S: Thome e Demonstração do Sprito Santo* e são datadas de 1666, pertencendo ambas ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. No primeiro mapa, observando no sentido sul até São Tomé, lêem-se os nomes: Morro de loão Moreno; Caza da fruta (Ponta da Fruta); Emg.^o de Marcos Fernandes Monsanto; Goropari (Guarapari); Serra de Goropari; Barreiras Vermelhas; Monte Aga; I: dos Francezes (ilha dos Franceses); R: Baixo (rio Baixo); R: Pera Barcos (rio para barcos); Lagoa Perayga de grande; Pescaria; Cabo de S: Thome.

Já o segundo mapa apresenta os seguintes nomes, do norte para a parte central: Ponta do R: dosse (ponta do rio Doce); R: dosse (rio Doce); Reis Magos (montes); Aldeya dos Reis Magos; Serra do Mestre Alauro (serra do Mestre Álvaro); Serras; Ponta do Tubarão; Emceada de Areya; R. Moruype (rio Maruípe); Pão dasucar; N: S: do Rozario (igreja); Villa Velha; N: S: da Pena (N. S. da Penha); Morro de loão Moreno; I: escaluada (Ilha Escaluada); Vigia; Barra do Porto do Sprito Santo. Quanto aos pontos específicos da ilha de Vitória, foram nominados: Villa; Vigia; Forte.

Para compreender melhor essa relação entre a ação dos religiosos e a ocupação do Espírito Santo se faz necessário observar os elementos que compõem o fenômeno da presença dos jesuítas na América portuguesa. O objetivo das próximas páginas será observar o processo de fortalecimento da Companhia de Jesus na capitania do Espírito Santo a ponto de tornar-se uma força econômica específica no plano local.

2.1 IGREJA E COROA: DA EUROPA A AMÉRICA

Além dos aspectos econômicos e sociais, a dimensão religiosa deve ser tratada como elemento de larga importância quando se analisa a conquista ultramarina dos países ibéricos. Para a Coroa portuguesa, o consentimento da Igreja era algo indispensável num projeto tão grandioso quanto à expansão marítima. Embora deva ser analisada com a devida prudência, a frase do rei D. João III no Regimento passado a Tomé de Sousa se enquadra bem nessa complementaridade de

interesses: “porque a principal coisa que me moveu a mandar povoar as ditas terras do Brasil foi para que a gente dela se convertesse à nossa Santa Fé Católica [...]”¹⁸⁵

A aliança estreita entre a cruz e a Coroa era uma das principais preocupações dos monarcas ibéricos. Por seu turno, a Igreja Católica, perdendo almas na própria Europa, abençoou e concedeu o aval para tais empreendimentos, certa de que se tratava de uma ótima oportunidade para levar a fé cristã a diferentes partes do mundo. Nesse sentido, não por acaso, em cada caravela, além de marinheiros, militares e mercadores, seguiam também religiosos.¹⁸⁶ Charles Boxer¹⁸⁷ aponta para a interdependência entre Igreja e Coroa no longo processo de conquista da América. Ele descreve essa complementaridade citando algumas bulas papais que autorizam a conversão de povos não cristãos e que legitimam a expansão marítima portuguesa já durante o século XV.

Como se observa, a Coroa contava com as bênçãos a Igreja para legitimar sua expansão ultramarina. Na prática, uma das mais notáveis formas de demonstração dessa associação entre Coroa e Igreja foi a atuação da Companhia de Jesus, ordem religiosa designada como principal responsável pela catequização no ultramar.¹⁸⁸ Criada na Europa da contra-reforma por Inácio de Loyola, tal Ordem chegou a Lisboa em 1540, apostando na intervenção pastoral através das chamadas “missões”.¹⁸⁹ O principal objetivo dos jesuítas era propagar a fé cristã, convertendo os infiéis e punindo os hereges. A sua prática possuía um tom anti-monástico, a qual não enxergava no enclausuramento dos mosteiros a melhor via para a expansão

¹⁸⁵ REGIMENTO passado a Tomé de Sousa. 1548. Disponível em: <<http://variasvariaveis.sites.uol.com.br/tome.html>>. Acesso em 14 jan. 2009.

¹⁸⁶ COELHO, António Borges. Os Argonautas Portugueses e seu Velo de Ouro. (Séculos XV-XVI). In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. Bauru. 2000. p. 89.

¹⁸⁷ BOXER, Charles R. **O império marítimo português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 44.

¹⁸⁸ ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. p. 81.

¹⁸⁹ PALOMO, Federico. **Fazer dos campos escolas excelentes: os jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1551-1630)**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2005. p. 15.

da fé católica. Tratava-se de uma atividade apostólica incisiva, que tomava a iniciativa de partir em busca do fiel.¹⁹⁰

Por ser fundada durante o século XVI, a Companhia de Jesus tinha suas normas e princípios moldados de acordo com o contexto e a prática religiosa de seus membros. Nesse sentido, a Companhia representava, na Igreja Católica, o espírito da modernidade, com suas contradições, inovações e dogmatizações.¹⁹¹ A ordem fundada por Loyola configurou-se como um empreendimento missionário coletivo, com afastamentos em relação a maioria das ordens monacais, nas quais o monge “[...] espera que o mundo chegue até a religião [...]”.¹⁹² Na verdade, os jesuítas tinham como seu objetivo primordial levar a fé a todos os cantos do mundo, se valendo para isso do fervor de uma ordem religiosa recém criada.

No Brasil os jesuítas chegaram em 1549. Sua função era rearticular o modo de incorporação das populações indígenas à ordem colonial, atendendo, dessa maneira, dois objetivos: expandir a evangelização entre os povos do ultramar e captar súditos (índios submissos) responsáveis pela garantia, ocupação e manutenção da terra conquistada.¹⁹³ Como explicitado anteriormente, o contexto conturbado das primeiras décadas da presença portuguesa na América exigia uma mutação quanto à colonização, da qual os jesuítas eram parte.

Para liderar o processo de implantação dos religiosos jesuítas no Brasil, foi escolhido frei Manuel da Nóbrega, o qual não atuou sozinho, recebendo importante auxílio de Tomé de Sousa e do próprio rei D. João III. Ele viveu no Brasil entre 1549 e 1570, sendo o mais importante jesuíta da América portuguesa no período. Tinha grande influência sobre a administração colonial, além de ser fundamental no estabelecimento de estratégias para a atividade missionária no Novo Mundo, tal

¹⁹⁰ EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 32.

¹⁹¹ ARNAUT, César; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. Estrutura de organização dos jesuítas (1539-1540). **Acta Scientiarum** – UEM, Maringá, n. 1, v. 24, p. 103-113, 2002. p. 103.

¹⁹² NEVES, Luiz Felipe Baêta. **O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978. p. 26.

¹⁹³ ALMEIDA, 2003, p. 81.

como se observa em seus diversos escritos.¹⁹⁴ Junto a ele vieram outros cinco jesuítas, dentre os quais Diogo Jácome e Leonardo Nunes,¹⁹⁵ por sinal os dois primeiros jesuítas a desembarcarem no Espírito Santo, em fins de 1549.¹⁹⁶

É sabido que entre os governadores-gerais, dois foram aliados fundamentais para os jesuítas: Tomé de Souza (1549-1553) e Mem de Sá (1556-1570). As intervenções de ambos, mas principalmente as do segundo, constituíram parte importantíssima para o trabalho dos religiosos. Arbitrar os conflitos com os colonos e castigar os índios relutantes e hostis à catequese eram apenas algumas dessas intervenções.¹⁹⁷ Os esforços iniciais dos jesuítas não foram nada fáceis e justificam a necessidade de atuação das autoridades políticas em determinadas questões. Uma das maiores intempéries então vivenciadas foi a inconstância dos nativos, sobre a qual Afonso Brás afirma:

[...] son muy mudables, y parece a los hombres imposible poder éstos venir a ser buenos christianos: porque aconteció ya batptizar los christianos algunos, y tornarse a huyr para lo gentiles, y andan después allá peores que dantes, y tórnanse a meter em sus vícios, y a comer carne humana.¹⁹⁸

Fabrizio Santos¹⁹⁹ também trata dessa questão relatada por Brás. Segundo ele, a própria organização social dos principais grupos indígenas que habitavam o litoral contribuiu para dificultar a catequese. Aspectos como as guerras inter-tribais, o sacrifício dos prisioneiros em rituais antropofágicos, tanto quanto os costumes associados ao corpo e à sexualidade, criavam sérios obstáculos à implantação da religião cristã e dos costumes europeus. Havia ainda a mobilidade geográfica dos nativos em busca por áreas mais férteis ou fugindo dos colonos, ávidos por escravizá-los, quebrando a rotina da atuação dos padres.²⁰⁰

¹⁹⁴ Grande parte desses escritos de Manuel da Nóbrega foi agrupada por Serafim Leite em suas clássicas obras, tais como: "**Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil: 1538-1553**". São Paulo, 1954". e "**Novas cartas jesuíticas de Nóbrega a Vieira**". São Paulo: Ed. Nacional, 1940".

¹⁹⁵ EISENBERG, 2000, p. 64.

¹⁹⁶ OLIVEIRA, 2008, p. 61.

¹⁹⁷ LEITE, 2000, v. 2, p. 143-150.

¹⁹⁸ BRÁS, Afonso. Carta aos padres e irmãos de Coimbra (1551). In: In: LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil: 1538-1553**. São Paulo, 1954. p. 274-275.

¹⁹⁹ SANTOS, Fabrício Lyrio. Aldeamentos jesuítas e política colonial na Bahia, século XVIII. **Revista Brasileira de História**. [online]. n. 156, 2007. Disponível em:

<<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php>>. Acesso em 14 nov. 2009.

²⁰⁰ SALETTO, 1998. p. 88.

A postura inicial para cristianizar os índios consistia na pregação como via para o convencimento e a conversão. Elementos da cultura indígena e músicas eram alguns dos artifícios utilizados para tornar o processo mais atraente aos olhos dos gentios. Mas as almas conquistadas pelos jesuítas muitas vezes perdiam-se em curto tempo, tal como notara Afonso Brás. Isso também estava claro para Manoel da Nóbrega, o qual escreveu sobre grande parte dos nativos cristianizados: “crêem em nós como crêem em seus feiticeiros”.²⁰¹ Problemas como estes levaram os inicianos a uma tentativa de guinada nos rumos da catequese.²⁰²

Dessa maneira coube a Mem de Sá instituir a política de aldeamentos inspirada nas idéias de Manoel da Nóbrega.²⁰³ Este religioso arquitetou a criação de aldeias ou reduções indígenas, onde a população de diferentes povoados nativos seria reunida, objetivando submetê-los a uma rotina permanente de aprendizado dos ensinamentos cristãos. Os missionários teriam a incumbência de reunir os indígenas, com auxílio de medidas do governador-geral, e forçá-los a viver de acordo com a cultura cristã, convencendo-os a se converterem ao cristianismo.²⁰⁴ Nesse sentido, em 1558 Mem de Sá promulgou três importantes medidas concernentes ao assunto:

1) que nenhum de nossos confederados ousasse dali em diante comer carne humana; 2) que não fizessem guerra, senão com causa justa, aprovada por eles e os de seu conselho; 3) que se juntassem em povoações grandes, em forma de repúblicas, levantassem nelas igrejas, a que acudissem os já cristãos a cumprir com as obrigações de seu Estado, e os catecúmenos à doutrina da fé; fazendo casas aos padres da Companhia (de Jesus) para que residissem entre eles, a fim da instrução dos que quisessem converter-se.²⁰⁵

Os aspectos listados no terceiro ponto referem-se claramente às aldeias. As *povoações grandes* seriam os aldeamentos jesuíticos, que deveriam possuir uma estrutura quase auto-suficiente, de maneira a limitar a necessidade de seus habitantes deixarem tal espaço. Lá havia igreja, casas, espaços para instrução e, apesar do texto não fazer menção, terras para plantação e criação de animais.

²⁰¹ LEITE, 2000, v. 1, p. 452.

²⁰² SALETTO, 1998, p. 88.

²⁰³ Ibid., p. 89.

²⁰⁴ EISENBERG, 2000, p. 21; SANTOS, 2007. [online]

²⁰⁵ PEIXOTO, Afrânio (org.). **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do padre Joseph de Anchieta, 1554-1594**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933. p. 171.

Importante frisar também que, para a Coroa, cada aldeia representava um local de concentração de súditos seus, os quais estariam prontos para “cumprir com as obrigações de seu Estado”. Nara Saletto resume sua visão sobre as aldeias, expondo uma opinião com a qual se coaduna neste trabalho:

elas eram o complemento da “sujeição”, substituindo as “alianças” dos primeiros tempos, em especial no que se refere à defesa. A expansão da colonização exigia mais do que simples “alianças”, pois os aliados, mais ou menos livres, não forneciam a estabilidade e a segurança desejadas pelos portugueses [...]. Os aldeamentos deveriam então oferecer proteção a uma parte dos indígenas, aos quais caberia participar da defesa da colônia e prestar outros serviços, como os aliados haviam feito. [...] Nessa política, o papel dos jesuítas era fundamental: garantir a existência das aldeias, governar [sic] os índios e cristianizá-los [...].²⁰⁶

No geral, com os aldeamentos, ampliava-se o controle sobre as populações indígenas, limitando o seu contato com sua cultura e costumes nativos. Além disso, os aldeamentos serviam aos colonos como reserva de mão de obra para as mais diversas atividades. E se em princípio as aldeias concentravam-se próximo às cidades e vilas, a necessidade de buscar mais índios no sertão para habitá-las, deslocou a presença dos missionários para além das proximidades dos povoamentos já estabelecidos pelos colonos.²⁰⁷

Chegando ao Brasil, diversas cartas redigidas pelos próprios jesuítas constavam seus esforços para a conversão dos gentios, disciplinamento dos cristãos e combate às idéias dos hereges, tal como indicou o padre Afonso Brás em 1551 para o caso do Espírito Santo:

Hazemos cada dia la doctrina a los esclavos desta villa, que son muchos [...]. Nuestro Señor quiera por su infinita misericórdia aver piedad de tantas almas perdidas, y van en tan apartadas y olvidadas de su Criador [...]. Aved, Hermano mios, compassión desta gente tan bruta [...].²⁰⁸

Documentos oriundos da Coroa portuguesa demonstram que os esforços dos jesuítas eram reconhecidos. A carta de D. João III enviada ao Brasil em 1554 corrobora tal idéia:

²⁰⁶ SALETTO, 1998. p. 92.

²⁰⁷ POMPA, Cristina. **Religião como tradução**: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Bauru: EDUSC, 2003. p. 310-319; SANTOS, 2007.

²⁰⁸ BRÁS, Afonso. Carta aos padres e irmãos de Coimbra (1551). In: In: LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil**: 1538-1553. São Paulo, 1954. p. 274-275.

O Fruto, que os Padres de Jesus com sua doutrina, virtude e com exemplo fazem em toda cousa do serviço de Nosso Senhor, e salvação das almas é tão grande, que se deve muito estimar, granjear, e favorecer sua Companhia, e conservação, e porque os que estão nessas partes [no Brasil] tenho entendido, que vão obrando, e obram os mesmos efeitos, pareceu-me devida cousa encomendar-vo-los muito [...].²⁰⁹

Como se observa, o rei de Portugal estava satisfeito com a ação dos inicianos, pois fazia gosto em favorecer a Companhia de Jesus, além de desejar a vinda de ainda mais religiosos da dita Ordem para o Brasil. A associação entre coroa e jesuítas parecia seguir agradando a ambos, dando mostras de que tal proximidade perduraria por um bom tempo.

2.2 O SUSTENTO DA COMPANHIA DE JESUS

De acordo com Paulo de Assunção²¹⁰, a própria coroa figurava como maior benfeitora da Companhia em Portugal, garantindo suporte material e financeiro para suas atividades. Ele aponta ainda que várias ordens monásticas, desde o tempo das Guerras de Reconquista, vinham recebendo favorecimento dos reis lusitanos, inscrevendo-se os jesuítas neste contexto a partir do século XVI. Essas contribuições aos jesuítas tornaram-se ainda mais vultosas na medida em que lhes foram imputadas duas tarefas de realce para o funcionamento do Império português: a catequese no ultramar (no Oriente e na América) e a consolidação da fé católica nos próprios limites lusitanos.

Este fato explica os inúmeros benefícios recebidos pela Companhia de Jesus junto ao poder régio, mesmo tendo esta surgido bem depois de outras ordens religiosas. Tais benefícios corresponderam inicialmente à vinculação de mosteiros e terras aos primeiros colégios fundados, além de subvenções em suprimentos e dinheiro.²¹¹ Monarcas como D. João III e seu sucessor D. Sebastião agraciaram os jesuítas do século XVI também com isenções no pagamento de taxas, escravos, especiarias,

²⁰⁹ CARTA de D. João III enviada ao Brasil em 1554. In: ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos**: o cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004. p. 153.

²¹⁰ ASSUNÇÃO, 2004. p. 92.

²¹¹ SANTOS, 2007. [online]

ornamentos sacros e outros bens e privilégios. Muitas terras eram inclusive repassadas de outras ordens para a posse dos jesuítas.²¹²

As contribuições de particulares (esmolas, doações e heranças) também foram muito importantes desde o início das atividades jesuíticas. O problema é que tanto estas quanto as doações régias tinham variações em seus montantes, o que muitas vezes prejudicava a ação da ordem. De acordo com Fabrício Lyrio Santos, ao se dar conta dessas variações no apoio da Coroa e dos particulares, os jesuítas “[...] decidiram assumir um papel ativo na economia, transformando-se, eles próprios, em produtores e administradores da renda que acreditavam ser necessária para sua sustentação”.²¹³

Chegando ao Brasil em 1549 os jesuítas contaram, tal como em Portugal, com o patrocínio da Coroa para desenvolver suas atividades. Em seus escritos Serafim Leite defende a necessidade dessas doações frente à grandiosidade dos objetivos jesuíticos e às dificuldades dos habitantes da colônia para lhes oferecer doações e esmolas.²¹⁴ Tratando este assunto, Assunção aponta que o benefício mais comum nesses primórdios era a doação de terras para a subsistência dos religiosos.²¹⁵ O próprio D. João III determinou alvarás de mantimentos em benefício dos jesuítas logo após sua chegada ao Brasil, os quais deveriam ser custeados pelas Fazendas das capitanias e incluíam alimentos e algum dinheiro.²¹⁶

No decorrer dos séculos XVII e XVIII, com o avanço da colonização, as doações de particulares se tornaram mais consolidadas. Paralelamente, a renda gerada pela produção das propriedades jesuíticas tinha um movimento crescente, diversificando os meios de obtenção de renda da ordem no Brasil. Naquele contexto os jesuítas já haviam acumulado terras, fazendas, engenhos e propriedades urbanas. Essas posses, por seu turno, convertiam-se em aluguéis de imóveis, rendimentos a juros, criação de gado, venda de açúcar, remédios, etc.²¹⁷ O fato é que sem pagar

²¹² ASSUNÇÃO, 2004. p. 98.

²¹³ SANTOS, 2007. [online]

²¹⁴ LEITE, 2000. v. 1. p. 107-108.

²¹⁵ ASSUNÇÃO, op. cit., p. 152-153.

²¹⁶ Ibid., p. 155.

²¹⁷ Ibid., p. 187; SANTOS, 2007. [online].

impostos nas transações com Portugal e as Ilhas do Atlântico, os jesuítas conseguiam adquirir grande parte das suas necessidades no Brasil. Além disso, ainda tinham a possibilidade de escoar sua produção com preços mais baixos que os produtores comuns.

As comunidades jesuíticas poderiam ser sujeitos jurídicos dos direitos e bens destinados às instituições apostólicas a ela dependentes, sendo que tais bens não poderiam ser utilizados de modo algum em proveito dos membros da ordem. Sobre a questão escreveu Inácio de Loyola: “Devemos evitar com diligencia até a aparência de fazer negócio e tirar lucro”. Apesar da prudência requerida, Loyola reconhece a necessidade dos negócios: “Os bens econômicos da Companhia devem ser considerados como bens próprios de Jesus Cristo [...]. Sem eles nossos ministérios espirituais dificilmente podem ser realizados.”²¹⁸ Desse modo, de acordo com os preceitos jesuíticos, a força econômica alcançada pela Companhia não contradizia o voto de pobreza pregado pelo fundador Inácio de Loyola, visto que os rendimentos destinavam-se ao desenvolvimento dos colégios e à conseqüente expansão da missão catequética.²¹⁹

No ambiente colonial, entretanto, os colonos e demais ordens religiosas não encaravam tal cenário com naturalidade. As rivalidades geradas pelas posses e privilégios dos jesuítas eram muito comuns, sendo as isenções do pagamento dos dízimos dadas à Companhia o principal motivo das discórdias. Para os proprietários leigos, tais privilégios os colocavam em posição de desigualdade do ponto de vista de comercial. Da mesma maneira, para os arrematantes, o montante de dízimos coletados era menor que o ambicionado.²²⁰

As animosidades foram constantes até o momento da expulsão dos jesuítas, em 1759. Episódios que comprovam este quadro não são poucos, tais como demonstra

²¹⁸ LOYOLA, Inácio de. **Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares**. São Paulo: Loyola, 2004. p. 304.

²¹⁹ LEITE, 2000, v. 1, p. 109.

²²⁰ SANTOS, 2007. [online]

Joely Pinheiro para o caso de São Paulo, Maranhão e Rio de Janeiro.²²¹ As queixas dos colonos constantemente chegavam aos monarcas,²²² não passando o Espírito Santo ao largo desse clima. Em carta a D. João V, rei de Portugal, em 1725, por exemplo, o capitão-mor Dionísio Carvalho de Abreu se queixa sobre os inconvenientes aos cofres reais resultantes dos privilégios dos padres na venda da aguardente.²²³

Em resumo, o apoio da Coroa se fez presente desde o início da atuação jesuítica em Portugal. Tal comunhão de interesses e atitudes foi entendida para o ultramar com a expansão marítima e comercial lusitana, chegando ao Brasil em 1549. As doações e privilégios resultantes dessa associação funcionavam como uma espécie de reconhecimento pelos grandiosos esforços dos missionários para a conversão dos gentios. Ao mesmo tempo em que gerava controvérsias e rivalidades no ambiente do Brasil colonial, o auxílio da Coroa foi fundamental para que a Companhia de Jesus construísse um notável patrimônio na América portuguesa. Complementavam-se a este apoio as doações de particulares e a habilidosa administração dos religiosos, que ampliava constantemente as rendas geradas pelas suas propriedades.

Tal como descreve Serafim Leite²²⁴, os jesuítas tinham objetivos muito vastos, que incluíam construir colégios, igrejas e preparar missionários para atender cada vez mais estudantes. Trata-se de planos que seriam frustrados sem o emprego de grandiosos recursos, o que justifica a frase do mesmo autor, segundo a qual: "a mesquinhez é alheia ao espírito da Companhia". Como se vê, os jesuítas tiveram grande escalada de poder econômico, o que ocorreu paralelamente aos seus esforços ideológicos em prol da catequese.²²⁵ A complementaridade de interesses entre coroa e Companhia de Jesus e os benefícios concedidos por aquela foram

²²¹ PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. **Conflitos entre jesuítas e colonos na América Portuguesa – 1640-1700**. 2007. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas. p. 63.

²²² SANTOS, 2007. [online]

²²³ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 doc 36.

²²⁴ LEITE, 2000, v. 1, p. 107.

²²⁵ ALMEIDA, 2003. p. 81.

fundamentais nesse sentido, o que suscita a necessidade de tratar essa associação com especial atenção ao caso do Espírito Santo.

2.3 NO ESPÍRITO SANTO: CHEGAM OS JESUÍTAS

Além dos funcionários necessários, Tomé de Sousa, o primeiro governador-geral do Brasil, trouxe consigo, em 1549, seis religiosos da Companhia de Jesus enviados pelo rei, cujo papel se tornara crucial na conquista do Novo Mundo.²²⁶ Os jesuítas instalaram-se definitivamente no Espírito Santo em 1551. Simão Gonçalves e Afonso Brás foram os primeiros missionários.²²⁷ Em carta de 1551, Brás demonstrava otimismo quanto à conquista de novos fiéis: “*Grande es el fruto, que por la misericórdia del Señor se ha hecho y haze [...]. Quiera el Señor conservalos en sus buenos propósitos*”.²²⁸

Apesar das dificuldades para identificar os lugares onde os jesuítas empreenderam seus esforços iniciais, é possível descrever determinados aspectos dessa presença. O Espírito Santo afigurou-se numa das mais importantes capitanias para os jesuítas. Nesse sentido, são clássicas e muito citadas as frases de otimismo redigidas pelos religiosos durante as primeiras décadas de sua presença na capitania. Afonso Brás considerava a capitania “a melhor e a mais fértil de todo o Brasil”. Seu superior, Frei Manoel da Nóbrega também opinava ser a capitania “melhor coisa depois do Rio de Janeiro”.

Os empecilhos à catequese, tais como noutras capitanias, também estavam presentes no Espírito Santo. O exame das cartas jesuíticas revela esse quadro. O próprio Brás refere-se às dificuldades do emprego dos costumes cristãos, tanto pelos nativos quanto pelos colonos. Sobre estes últimos ele afirma: “*los jugadores permanecian mucho en estas tres Capitanias [Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo], y eran los peores de arrancar de sus vicios y malos costumbres*.” Já sobre os

²²⁶ OLIVEIRA, Marlon Anderson de. Entre a Coroa e a Cruz: a Igreja Colonial sob a égide do padroado. **Mneme – Revista de Humanidades. UFRN**, Caicó (RN), v. 9, n. 24, Set. 2008. p. 06. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>. Acesso em 08 fev. 2010.

²²⁷ OLIVEIRA, 2008. p. 107-108.

²²⁸ BRÁS, Afonso. Carta aos padres e irmãos de Coimbra (1551). In: LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil: 1538-1553**. São Paulo, 1954. p. 274.

indígenas: “*No oso aqui baptizar estos gentiles tan facilmen, aunque lo piden muchas vezes, porque me temo de su inconstancia y poca firmeza [...]*”.²²⁹

Às dificuldades acima citadas somam-se os intensos confrontos entre nativos e colonos no momento da chegada dos religiosos no Espírito Santo. Chegando à capitania, os jesuítas não tardaram em relatar o estado conturbado encontrado por eles. Em 1551 o padre Afonso Brás mencionou os índios escravizados, “que são muitos”, na capitania.²³⁰ Luiz de Grã, por sua vez, citou a grande cobiça dos colonos locais em escravizar os índios, o que desencadeava os diversos conflitos e dificultava a aproximação dos religiosos.²³¹ Já o padre Nóbrega descreveu o intenso costume dos próprios índios de venderem outros nativos como escravos no Espírito Santo.²³²

Da Vila de Vitória, onde se concentraram praticamente todos os esforços iniciais da catequese, partiu em 1562 a carta do jesuíta Brás Lourenço relatando o estado da Capitania. O padre se queixava da ausência de visitas de navios portugueses, culpando a falta de produção de açúcar por isso. Em consequência, os jesuítas instalados no Espírito Santo padeciam de várias necessidades para o exercício de suas funções religiosas, abrindo espaço para a persistência dos desentendimentos entre colonos e nativos. Ainda assim, os religiosos iniciaram a sua obra de catequese e doutrinação dos costumes.

Quase sempre muito empolgado com a catequese, Afonso Brás deu início, ainda em 1551, à construção de uma casa para os jesuítas na Vila de Vitória. Tratava-se de uma construção muito simples, “*coberta de paja, y sin paredes*”.²³³ De um modo geral, aliás, tudo era simples e humilde nesses primeiros tempos. As esmolas dos habitantes locais, bem como o auxílio de outras capitanias e da Coroa afiguravam-se fundamentais para a Companhia, mas incertas e insuficientes. As dificuldades

²²⁹ BRÁS, Afonso. Carta aos padres e irmãos de Coimbra (1551). In: LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil: 1538-1553**. São Paulo, 1954. p. 274.

²³⁰ Ibid., p. 275.

²³¹ CARTA do padre Luiz de Grã, do Espírito Santo (1555). In: LEITE, Serafim. **Novas cartas jesuíticas de Nóbrega a Vieira**. São Paulo: Ed. Nacional, 1940. P. 178.

²³² PREPOSIÇÃO do padre Nóbrega: se o pai pode vender a seu filho e se um se pode vender a si mesmo (1567). In: LEITE, 1940. p. 124.

²³³ BRÁS, (1551). In: LEITE, 1954. p. 274.

multiplicavam-se. Em carta de 1562, o padre Brás Lourenço lamentou a falta de itens básicos à sobrevivência e ao cumprimento de suas obrigações, tal como a farinha para as hóstias.²³⁴ Isso era muito grave, pois os inacianos tinham como incumbência não somente a catequese dos índios, mas também a administração dos sacramentos, a pregação aos colonos, o ensino, a visitação aos enfermos, além de outras obrigações.²³⁵

Junto àquela casa erguida a partir dos esforços iniciais de Afonso Brás fundou-se uma igreja, recebendo a invocação de São Tiago. Ambas as construções, casa e igreja, persistiram muito pobres até pelo menos a década de 1570.²³⁶ Esse primeiro estabelecimento era utilizado para ensino e residência dos padres. Nos documentos chamava-se ora de Colégio de Santiago, ora de Colégio dos Meninos de Jesus do Espírito Santo. Em 1556, após a chegada das Constituições da Companhia de Jesus ao Brasil, Nóbrega ordenou mudanças quanto ao funcionamento do local, tais como a proibição de as crianças nativas residirem junto aos padres, passando o local a funcionar como escola de ler, escrever e contar, também sob responsabilidade da Companhia.

Na verdade, de acordo com os registros da Companhia no Brasil, só havia três colégios em toda a Colônia nessa época: Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, sendo que este último só veio a tê-lo em 1576. Na organização jesuítica, Colégio significava mais do que escola, configurava-se na principal categoria administrativa e geográfica da qual dependiam as casas ou residências das aldeias mais próximas. Nesse sentido, o que existia no Espírito Santo do século XVI, apesar de ser chamada de Colégio, era na verdade a residência dos religiosos, dependente do Colégio do Rio, e utilizada para instrução dos meninos nativos. Tal como esclarece Serafim Leite, a construção em questão passou a ser Colégio de fato somente em 1654.²³⁷

²³⁴ CARTA do padre Brás Lourenço aos irmãos de Coimbra (1562). In: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. v. 1. p. 226.

²³⁵ LEITE, 2000, v. 1, p. 215.

²³⁶ *Ibid.*, p. 221.

²³⁷ LEITE, 2000, v. 1, p. 109, 227.

Os esforços iniciais dos jesuítas para a expansão da catequese no Espírito Santo são inegáveis. Como era de se imaginar, muitas foram as dificuldades nesse início de atividade missionária. A capitania, tal como descrito no capítulo anterior, passava por sérias perturbações nos meados do século XVI, tendo os padres da Companhia que se inserir nessa realidade e desenvolver suas atividades. Foi necessária a ação do governo-geral, notadamente através da figura de Mem de Sá, para fortalecê-los e ampliar a eficácia de seus resultados através da política de aldeamentos. Isso repercutiu com maior clareza na realidade local a partir da década de 1560, o que abriu espaço para o fortalecimento da economia do Espírito Santo no fim do século XVI, tal como descrito no capítulo anterior.

2.4 CONSOLIDANDO ALDEIAS

Nas duas últimas décadas do Quinhentos a situação geral dos jesuítas parece ter melhorado, tal como ocorrera com a Capitania de um modo geral. É isso que se depreende de falas como a de Fernão Cardim, que chegou ao Espírito Santo em 1584: “Os padres têm uma casa bem acomodada com sete cubículos, e uma igreja nova e capaz. [...] Vivem os nossos [jesuítas] de esmolas e são muito bem providos, e o colégio do Rio os ajuda com as coisas de Portugal [...]”²³⁸

Desde o século XVI, os jesuítas iniciaram a fundação de aldeias para reunião e catequese dos nativos em toda a colônia, inclusive no Espírito Santo. Aqui o aldeamento iniciou-se de um modo inusitado. Mesmo estando os índios sempre em contato com os colonos instalados em terras capixabas, foram necessários gentios de fora para iniciar tal processo. Nas páginas da bibliografia local, o episódio é mencionado de maneira recorrente. O padre Luiz de Grã conta tal fato com detalhes.

Vivia no Rio de Janeiro com sua gente um cacique aliado dos portugueses e muito conhecido e respeitado entre cristãos e gentios, chamado Maracaiguaçu (Gato Grande). Após muitos anos de guerras vitoriosas contra os tamoios, o cacique viu a sorte mudar. Acuado, mandou um filho ao Espírito Santo pedir transporte a fim de que pudesse aqui refugiar-se em 1555, alegando que ele, sua família e mais dos

²³⁸ CARDIM, 1939, p. 304.

seus queriam se tornar cristãos. Alcançando o seu objetivo, foram direcionados inicialmente para um sítio nas proximidades da vila da Vitória, onde atualmente se localiza a cidade de Serra.²³⁹ O próprio Vasco Coutinho enviou embarcações à Guanabara para buscar os índios maracajás (índios do gato) e os instalou no Espírito Santo.²⁴⁰ A aldeia por eles habitada recebeu o nome de Nossa Senhora da Conceição. Em 1560, o ajuntamento já estava organizado, com as construções concluídas, e recebia freqüentemente a visita de um padre jesuíta.²⁴¹ Estava fundada a primeira aldeia jesuítica do Espírito Santo em 1555.

Sob a liderança do padre Fabiano de Lucena, a Aldeia de Nossa Senhora de Conceição contava também, desde a década de 1560, com uma casa para os jesuítas quando ali visitassem.²⁴² Em 1564, o local sofreu com uma violenta epidemia de varíola, que, por sinal, também atingiu outras capitanias, tal como a do Rio de Janeiro.²⁴³ Como vários índios fugiam da epidemia, que também vitimou padres, foi preciso mudar a aldeia de lugar. Estima-se que lá havia nos anos de 1570 cerca de mil índios.²⁴⁴

Há meia légua da Aldeia de Conceição estava a de São João. Nara Saletto conta que Belchior de Azeredo, o mesmo citado no capítulo anterior, trouxe do sertão um grupo de índios temininós chefiados por Araribóia para formá-la. Certo é que em 1565 a aldeia já estava estabelecida, com igreja e casa para os jesuítas. Dois anos depois, lá havia 400 almas já batizadas.²⁴⁵ A aldeia de São João se mostrou estratégica para a Coroa do ponto de vista da defesa do território colonial. No auxílio prestado pelo Espírito Santo a Estácio de Sá na expulsão dos franceses da Guanabara, destacaram-se dois líderes: Belchior de Azeredo e o índio Araribóia, que comandou grande número de temininós saídos de tal aldeia para lutar ao lado dos

²³⁹ CARTA do padre Luiz de Grã, do Espírito Santo (1555). In: LEITE, Serafim. **Novas cartas jesuíticas de Nóbrega a Vieira**. São Paulo: Ed. Nacional, 1940. p. 180-181.

²⁴⁰ OLIVEIRA, 2008. p. 88.

²⁴¹ SALETTO, 1998, p. 93.

²⁴² LEITE, 2000, v. 1, p. 236.

²⁴³ Nesse sentido, verificar, entre outros: ALENCASTRO, 2000.

²⁴⁴ OLIVEIRA, op. cit., p. 96, nota 240.

²⁴⁵ SALETTO, 1998. p. 94-95.

portugueses.²⁴⁶ Antes de findar o século XVI, informou o padre Sebastião Gomes sobre a Aldeia de São João:

[...] haverá oitocentas almas cristãs; e como nesta Capitania se dá algodão mais que em nenhuma outra, quási todos veem à igreja vestidos. Dêstes cristãos se teem escolhido e examinado cento e quarenta, que recebem o Santíssimo Sacramento nas três páscoas do ano [Natal, Ressurreição, Espírito Santo] com tanta quietação, modéstia e lágrimas [...].²⁴⁷

Como se observa, eram duas aldeias notáveis aos olhos dos jesuítas e das autoridades, visto que, seja como reserva de mão-de-obra ou como aliados para a guerra, os índios aldeados eram muito importantes ao funcionamento da colônia. Havia outros pequenos ajuntamentos de índios, como se deduz de alguns escritos datados do Quinhentos, mas sem a mesma notoriedade daquelas duas.

As aldeias pioneiras da Capitania, São João e Conceição, situavam-se nas proximidades de Vitória, o que atesta a tendência jesuítica de se instalar próximos às principais povoações. Mas, como muitos índios faleciam e outros tantos voltavam para as matas, era necessário ir cada vez mais longe à busca de gentios para o aldeamento. Tendo ocorrido por volta da década de 1570 uma intensificação das entradas ao sertão, aumentou também o número de índios disponíveis para a catequese e para o trabalho nas lavouras.²⁴⁸

A catequese caminhava a passos largos. O início da expansão em direção ao sertão coincide com a chegada do padre José de Anchieta ao Espírito Santo. Em atuação no Brasil desde 1553, Anchieta foi importantíssimo para a construção do Colégio de São Paulo e para a expansão da obra missionária na Bahia e no Rio de Janeiro. Padre superior no Espírito Santo desde o fim da década de 1580, ele retirou-se na Aldeia de Reritiba, ao sul de Vitória, onde faleceu em 1597. O local, que mais tarde foi rebatizado e recebeu o nome de Benevente, atualmente corresponde à cidade de Anchieta.²⁴⁹

²⁴⁶ OLIVEIRA, 2008. p. 111; FREIRE; ACHIAMÉ; NEVES, 2006.

²⁴⁷ CARTA do padre Sebastião Gomes (1596), apud LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. v. 1., p. 241.

²⁴⁸ SALETTO, 2000. p. 103.

²⁴⁹ BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **A obra dos jesuítas no Espírito Santo**: (sinopse histórica). Viana, 1979. p. 49.

Reritiba espelha muito bem, aliás, os rumos tomados pela catequese na Capitania em sua expansão para novos pontos do território. Serafim Leite indica ser difícil precisar a origem desta Aldeia, fato que ocorreu provavelmente na década de 1560.²⁵⁰ Independente disso, foi após a chegada de Anchieta e durante o transcorrer do século XVII que Reritiba mais se desenvolveu. Perto dela, mais precisamente em Guarapari, os jesuítas também fundaram pequenos núcleos, consolidando a presença missionária na parte sul da Capitania. De acordo com José Amaral Filho²⁵¹, Reritiba foi uma das maiores aldeias criadas pelos jesuítas em toda costa brasileira. Não por acaso, dois dos primeiros e mais importantes jesuítas que se estabeleceram na Capitania, Afonso Brás e José de Anchieta, optaram pela Aldeia em questão para lhes servir como moradia definitiva após o encerramento de seus trabalhos de catequese.

Em 1610 o padre Jácome Monteiro descreveu sucintamente o que viu ao passar por Reritiba, Aldeia que vez ou outra figura nas fontes como Nossa Senhora da Assunção: “[...] Junta a este rio [também chamado Reritiba] está uma aldeia de gentio, que temos a nosso cargo, e terá perto de três mil almas, aonde nos fizeram mil festas por mar e por terra [...] esperando-nos uma légua antes da Aldeia [...]”²⁵² Já o padre Diogo Fernandes, primeiro Superior de Reritiba, andou durante oito meses pelo sertão e de lá voltou em 1600 com cerca de duas mil almas para a Aldeia.²⁵³ No momento em que o padre Monteiro escreveu sua Relação havia também outra Aldeia adquirindo importância no cenário capixaba, chamada Reis Magos.²⁵⁴

De Reis Magos saíram algumas centenas de índios catequizados para habitarem Aldeia de São Pedro, origem da atual cidade de Cabo Frio, no Estado do Rio de Janeiro. Tal fato ocorrera em 1617, quando grupos de estrangeiros, provavelmente

²⁵⁰ LEITE, 2000, v. 1, p. 247-248.

²⁵¹ FILHO, José Amaral F. **A Aldeia de Guarapari**. 2009. Disponível em:

<http://culturamaratimba.blogspot.com/2009_07_01_archive.html>. Acesso em 18 mar. 2010.

²⁵² MONTEIRO, Jácome (Pe.). Relação da Província do Brasil (1610). In: LEITE, 2000, v. 8, p.393-428, p.394.

²⁵³ LEITE, op. cit., p. 248, nota 250..

²⁵⁴ A região na qual se localizava a Aldeia estava ao norte de Vitória, na atual cidade de Serra, sendo elevada à categoria de vila por um alvará de maio de 1758, recebendo então a denominação de Nova Almeida. MONTEIRO, 1610. In: LEITE, 2000, v. 8, p.395.

holandeses e ingleses, que tentavam lá estabelecer-se, foram expulsos pelos portugueses.²⁵⁵ Novamente, nota-se a complementaridade entre Coroa e jesuítas. Estes, que haviam recebido terras para Aldeia de Reis Magos, retribuíram menos de uma década depois com o envio de nativos aliados para habitarem e protegerem uma região sob risco de invasão estrangeira.

Além das aldeias aqui citadas (Nossa Senhora da Conceição, São João, Guarapari, Reritiba e Reis Magos) há várias menções vagas à existência de outros aldeamentos. Eram na verdade pequenos ajuntamentos visitados pelos padres, não portando a mesma notoriedade das demais. Certo é que o século XVII consolidou as duas últimas aldeias, assim como o Colégio São Tiago, em Vitória, como principais centros da ação missionária no Espírito Santo. Ao sul da Capitania, Reritiba era local de partida e chegada para várias entradas ao sertão em busca de índios.²⁵⁶ Já na porção norte capixaba, tal posição era desempenhada por Reis Magos. Notável também pela produção agrícola, tal aldeia viu rumar muitos padres em célebres entradas rio Doce acima.²⁵⁷ O Colégio São Tiago, que o padre Afonso Brás já se esforçava para erguer em 1551, localizava-se em Vitória, no centro da Capitania, e completava essa distribuição territorial jesuítica pelas diferentes partes do Espírito Santo.

2.5 O SEISCENTOS: TEMPO DE EXPANSÃO

Como abordado anteriormente, a Coroa figurava como maior benfeitora da Companhia em Portugal, transferindo essa postura para o Brasil. Além dos benefícios recebidos do poder régio, na América os padres também contaram com as contribuições de particulares (esmolas, doações e heranças). Considerando que as doações tinham variações em seus montantes e dependiam em grande medida do contexto, algo prejudicial à ação da Ordem, os jesuítas decidiram assumir um papel ativo na economia, produzindo e administrando a renda que acreditavam ser necessária para sua sustentação.

²⁵⁵ LEITE, 2000, v. 6, p. 119-120.

²⁵⁶ SALETTO, 1998, p. 97.

²⁵⁷ LEITE, op. cit., 244-247, nota 255.

No capítulo anterior foi descrita a mudança de contexto vivenciada pelo Espírito Santo nos anos finais do século XVI. Se no momento da chegada dos inacianos, os confrontos com os índios praticamente afugentavam os colonos, originava-se então um ambiente de expansão da colonização, com uma sensível diminuição dos embates e conseqüente expansão da conquista do território. Para consolidar tais avanços e se aproveitar das boas relações com as autoridades e com os índios, os jesuítas instalados no Espírito Santo precisavam de melhores condições materiais, com fontes de renda mais estáveis e que possibilitassem feitos ainda mais grandiosos.

Era muito cedo, ainda naquele século, para que as propriedades e rendas dos jesuítas lhes gerassem todo o necessário a sua manutenção, mas com o ambiente favorável, ampliavam-se as doações, as esmolas e outros benefícios. Foi a partir da década de 1570, por exemplo, que significativas melhorias foram realizadas naquela casa e templo dos inacianos, o qual adquiriu notoriedade suficiente para abrigar os restos mortais de figuras como Vasco Coutinho e José de Anchieta, ainda no século XVI.²⁵⁸

Mesmo antes dessa época, é bom frisar, o anseio pela posse de terras entrou na pauta dos ditos religiosos. Um documento de maio de 1552 ajuda a constatar tal anseio. No registro em questão, Bernardo Sanches de La Pimenta, capitão-mor na ausência do primeiro donatário Vasco Fernandes Coutinho, reconhece a carta que Duarte Lemos havia passado aos jesuítas para que estes “[...] pudessem tomar toda a terra que lhes fosse necessária para casas e para mantimentos para a dita Casa [...]”, na ilha de Santo Antônio.²⁵⁹ O Capitão vai além e menciona que fora pedido a ele próprio, em nome da Casa de São Tiago, a doação de alguns montes de terra não utilizados na região de Jucutuquara, também na dita ilha. No próprio documento

²⁵⁸ LEITE, 2000, v. 1, p. 221.

²⁵⁹ A ilha de Santo Antônio foi doada por Vasco Fernandes Coutinho a Duarte Lemos em 1537, num ato confirmado legalmente em Lisboa no ano de 1549. Na década de 1550 a ilha recebeu o nome de Vila de Vitória, tornando-se sede da administração da capitania.

ele expõe sua decisão em relação a tal pedido de sesmaria: “[...] por ser serviço de Deus lhes dei as ditas terras [...]”.²⁶⁰

Assim, além das aldeias, ainda durante o século XVI os inicianos iniciaram sua difusão pelo território do Espírito Santo com o estabelecimento de fazendas com produção diversificada. A dinâmica local se assemelhava à existente em outras partes da colônia. Analisando a realidade do Rio de Janeiro, Márcia Amantino argumenta sobre as fazendas estabelecidas e controladas pelos jesuítas: [...] tratavam-se de gigantescas extensões de terras concedidas pelas autoridades coloniais através de doação de sesmarias e ampliadas posteriormente graças a compras e doações de particulares [...].²⁶¹ Assim como no Rio de Janeiro, no Espírito Santo algumas dessas possessões também eram grandiosas, contavam com muitos escravos e geravam notável produção agropecuária. Tais fazendas espelhavam uma marca habitual da ocupação do solo capixaba durante o período colonial: a proximidade a mares e rios com possibilidade de navegação.

As terras sob administração da Companhia de Jesus tinham uma importância econômica inegável na realidade do Espírito Santo. Se nas correspondências oficiais dos séculos XVII e XVIII imperavam as queixas e lamentações sobre o estado econômico da capitania, o mesmo não se pode dizer das fazendas dos jesuítas locais. As fazendas Muribeca e Araçatiba, ambas ao sul da capital Vitória, são as mais citadas quando se aborda a temática das possessões jesuíticas em terras capixabas, mas não as únicas. Itapoca e Carapina são outros exemplos de propriedades geridas pela Companhia de Jesus, embora menos lembradas pela escassa bibliografia relativa ao tema, talvez por serem menos constantes nos registros dos jesuítas. Também não podem ser esquecidas as roças cultivadas nos arredores das próprias aldeias, tal como relata Cardim sobre São João ao se referir

²⁶⁰ SESMARIA do colégio de Santiago na capitania do Espírito Santo (1552). In: LEITE, 1954. p. 299-300.

²⁶¹ AMANTINO, Márcia. Pombal e a expulsão dos jesuítas: um estudo de caso sobre as fazendas inicianas no Rio de Janeiro setecentista. In: CONGRESSO INTERNACIONAL UFES/UNIVERSITÉ PARIS-EST, 2007, Vitória. **Anais... Impérios, religiosidades e etnias**. Vitória: GM, 2007. p. 02.

às dádivas dos índios: “e não lhe faltam laranjas, nem outras frutas semelhantes com que as façam”, além de “perus, galinhas, leitões [...]”²⁶²

Parece ser o caso de haver, no decorrer do século XVII, um afastamento entre a situação da Capitania e a dos jesuítas. O fato é que desde a sua chegada ao Espírito Santo a atuação dos padres da Companhia esteve muito condicionada ao contexto local, mas no Seiscentos isso se modificou. Enquanto a economia local recuava, os jesuítas tiveram seus maiores avanços em termos de produção econômica naquele século XVII, tal como se demonstra a seguir.

Formada em meados do século XVII, a Fazenda da Muribeca era mais uma daquelas propriedades situadas não muito distantes do litoral. A fazenda estava situada no extremo sul da capitania, abrangendo inclusive parte do território do atual Rio de Janeiro.²⁶³ Referindo-se ao período no qual a Paraíba do Sul esteve sob jurisdição do Espírito Santo, durante o século XVII, Augusto de Carvalho aponta sobre a fazenda:

As [terras] de Muribeca, logo depois do total abandono do povoado de Santa Catarina das Mós²⁶⁴, começaram a ser senhoreadas pelos padres jesuítas. [...] Estas concessões eram feitas – de 1630 a 1674 – pelo governador da Capitania do Espírito Santo.²⁶⁵

Suas dimensões eram bastante consideráveis: nove léguas e meia beirando a costa e oito léguas e meia de interior pelo sertão. Situada nas proximidades da costa, mas longe da capital Vitória, Muribeca era em princípio o centro de todas as atividades rurais da Companhia de Jesus no Espírito Santo.²⁶⁶ Com o passar dos anos, entretanto, tal propriedade foi se especializando na criação de gado e na pesca. Um olhar sobre a sua produção permite observar que, se no ano de 1694 havia 1.639 cabeças de gado, em 1739 eram quase 2.000 mil cabeças.²⁶⁷

²⁶² CARDIM, 1939, p. 301.

²⁶³ LEITE, 2000, v. 1, p. 153.

²⁶⁴ Santa Catarina das Mós foi um povoado próximo à foz do rio Itabapoana.

²⁶⁵ CARVALHO, Augusto de. Apontamentos para a História da Capitania de São Tomé. [S.l.: s.n., 19--?], apud OLIVEIRA, 2008, p. 213

²⁶⁶ BALESTRERO, 1979, p. 67.

²⁶⁷ LEITE, 2000, v. 1, p. 154.

Os escravos acabavam figurando como peças fundamentais ao funcionamento de Muribeca. Serafim Leite²⁶⁸ nos conta que o padre Manuel da Fonseca, autor de notáveis escritos publicados em Portugal, era um dos padres a frente da Fazenda em 1757. Segundo o mesmo, tal padre residia em Muribeca pelo fato de objetivar elaborar uma obra consagrada especificamente aos escravos, a qual deixou inédita. O príncipe alemão Maximiliano de Wied-Neuwied, viajante que esteve no Brasil entre 1815 e 1817, observou e escreveu sobre Muribeca. Na época, as terras em questão não mais pertenciam aos jesuítas, mas o testemunho do príncipe elucida traços de outrora. No que concerne à escravaria, ele aponta que:

[...] Existem aí [em Muribeca], ainda, trezentos escravos negros, entre os quais, porém, não há mais de cinqüenta capazes [...]. O trabalho é bastante árduo para os escravos; consiste principalmente em derrubar as matas. Plantam-se mandioca, milho, algodão e um pouco de café [...].²⁶⁹

Fica implícito nos escritos do príncipe Maximiliano o problema da falta de reposição de escravos na fazenda, afinal ainda havia lá algumas centenas de escravos, mas poucos em condições de trabalhar. Parece ser o caso de uma escravaria formada, basicamente, por familiares do plantel herdado do tempo dos jesuítas, expulsos do Brasil em 1759. A utilização do termo *ainda* pelo viajante parece exalar o fato do número de cativos já ter sido maior que trezentos, aludindo aos prósperos momentos de Muribeca sob os cuidados dos jesuítas. Lá foi erguida pelos jesuítas, também no século XVII, uma Igreja com a invocação de Nossa Senhora das Neves.

Mesmo antes de 1759, porém, Muribeca já não figurava mais como centro de todas as atividades rurais da Companhia de Jesus no Espírito Santo. Questões como o constante alagamento das terras, fator dificultante para a agricultura, e a distância em relação à Vitória foram dividindo a importância de Muribeca com outras fazendas.²⁷⁰ E uma dessas propriedades que adquiriram notoriedade foi a fazenda de Araçatiba.

²⁶⁸ LEITE, 2000, v. 1, p. 155.

²⁶⁹ MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Nacional, 1940. p. 126.

²⁷⁰ LEITE, op. cit., p. 154, nota 268.

Distante cerca de 10 léguas da ilha de Vitória²⁷¹, Araçatiba também foi fundada no decorrer do século XVII, estando em pleno funcionamento durante o século XVIII.²⁷² A sua extensão costumava chamar a atenção dos observadores da fazenda, afinal, de acordo com a configuração territorial atual, ela ocuparia parte de três municípios do Espírito Santo: Viana, Guarapari e Vila Velha. Sobre a propriedade descreve o príncipe Maximiliano, o mesmo que visitou a antiga fazenda de Muribeca. Sobre a igreja, aponta o príncipe: “[...] descortinamos o grande edifício branco da fazenda de Araçatiba, com as suas duas torres pequenas, situada numa linda planura verde, ao pé do altaneiro morro de Araçatiba, montanha rochosa coberta de mata [...]”.²⁷³ Já sobre a fazenda ele prossegue: “[...] essa propriedade [Araçatiba] tem quatrocentos escravos negros e plantações muito extensas nas cercanias, especialmente de açúcar [...]. Araçatiba foi a maior fazenda que encontrei durante a minha viagem [...]”.²⁷⁴

Assim como no caso de Muribeca, novamente desperta atenção a quantidade de escravos observada pelo alemão. Para o caso de Araçatiba, entretanto, é possível empreender uma aproximação ao processo de avaliação dos bens dos jesuítas realizada em 1759, na ocasião da expulsão dos padres da Companhia. Bazilio Daemon²⁷⁵ descreve a avaliação dos bens da fazenda ocorrida em 1780. A variedade e a quantidade destes bens demonstram a opulência de tais terras. São varias relíquias religiosas, jóias, construções, imensas terras, ferramentas, gado e outros itens. Mas o que mais chama a atenção é o número de servos: havia um total de 852 trabalhadores, entre “escravos pretos, pardos e cabras”.²⁷⁶ Até poucos anos antes da avaliação, Araçatiba era administrada pelos jesuítas, com notória produção dos derivados da cana, tais como o açúcar, além de melado, aguardente e mel.²⁷⁷ A quantidade de escravos serve, inclusive, para demonstrar tal importância. Quando Maximiliano passou pela região, já no século XIX, o número de cativos era bem menor, atestando o mesmo processo vivenciado por Muribeca. Ou seja, a aparente

²⁷¹ MARQUES, Cezar Augusto. **Diccionario historico, geographico e estatistico da provincia do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878. p. 240.

²⁷² LEITE, 2000, p. 155.

²⁷³ MAXIMILIANO, 1940, p. 145.

²⁷⁴ *Ibid.*, p. 146.

²⁷⁵ DAEMON, 1879. [online]

²⁷⁶ BITTENCOURT, 1987, p. 36.

²⁷⁷ LEITE, op. cit., p. 156, nota 272.

prosperidade dando lugar a um quadro diferenciado após o afastamento dos jesuítas da administração.

Sobre outra fazenda jesuítica, a de Carapina, as informações também são escassas. A obra de Bazilio Daemon traz alguns dados sobre a questão ao falar da figura de Miguel Pinto Pimentel:

Neste ano [1614] faz Francisco Aguiar Coutinho doação do resto das terras que possuía em Carapina a Miguel Pinto Pimentel, que já era possuidor da sesmaria de Vicente Vaz, por compra que esta fora feita, como também possuía as de Gaspar do Couto por herança, terras essas que foram doadas por Vasco Fernandes Coutinho Filho, ficando assim Miguel Pinto Pimentel possuidor de todo o terreno compreendido em o distrito de Carapina; [...] Pimentel fundou ali uma fábrica e engenho de açúcar que prosperou, falecendo em 1644, depois de trinta anos de residência naquele lugar, deixando por sua morte todos os seus bens ao Colégio dos Jesuítas, que continuaram a lavrar o terreno e a fazer muitas obras [...].²⁷⁸

Como se observa, Pimentel possuía terras com considerável extensão. Sua propriedade equivalia à soma das fazendas de três proprietários: Francisco Aguiar Coutinho, Vicente Vaz e Gaspar do Couto. O aproveitamento da possessão por Pimentel também foi eficiente, visto que edificou “uma fábrica e engenho de açúcar que prosperou”. Ao morrer deixou seu notável patrimônio aos jesuítas. Prova de sua devoção, a doação também demonstra a escalada dos jesuítas quanto à expansão de suas propriedades e sua atuação no campo econômico.²⁷⁹ Carapina estava ao norte da ilha de Vitória, sendo limítrofe à mesma e situando-se antes da aldeia de Reis Magos. Lá foi mantido o engenho existente e erguidos uma igreja além de outras fábricas, tal como uma olaria. Mas os jesuítas não mais possuíam a propriedade quando foram expulsos dos domínios portugueses em 1759, visto que já haviam vendido a mesma há alguns anos antes, ao ver que “aqueles terrenos pouco rendiam”.²⁸⁰

De acordo com Serafim Leite, após se desfazer da fazenda de Carapina, a principal propriedade jesuítica de Vitória passou a ser a de Itapoca. Fazenda que se especializou na fabricação de farinha, Itapoca passou para as mãos dos jesuítas no

²⁷⁸ DAEMON, Basílio Carvalho. **História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo**. Vitória: Typ. do Espírito Santense, 1879. p. 106-107.

²⁷⁹ *Ibid.*, p. 118.

²⁸⁰ *Ibid.*, p. 119.

século XVIII. Localizava-se numa faixa de terra atualmente correspondente à cidade de Cariacica, próxima à capital. Era comum entre os jesuítas a instalação de propriedades na área urbana, não muito distantes de seus colégios. Elas teriam a incumbência de fornecer os itens básicos a sua manutenção, tais como hortaliças, frutas, granjearias entre outros.²⁸¹

Como se observa o século XVII foi o tempo no qual os jesuítas conseguiram constituir suas principais propriedades: Muribeca, Araçatiba e Carapina. A exceção foi Itapoca, a qual passou a figurar entre as propriedades do Colégio de Vitória a partir do século XVIII. Justamente no momento de maiores dificuldades para a economia da capitania de um modo geral, os jesuítas mais expandiram seu poderio econômico. O favorecimento à Companhia de Jesus por parte da Coroa já foi mencionado neste trabalho e certamente contribuiu para tal quadro. Possuindo terras a perder de vista, assim como uma abundante reserva de mão de obra (principalmente indígena), usufruindo de privilégios e isenções no que tange a tributos, além de esmolas e doações de fiéis, os jesuítas montaram um aparato produtivo invejável em terras capixabas.

A população e as autoridades locais, que durante os séculos XVI e XVII reconheciam a legitimidade das posses jesuíticas como uma recompensa pelas suas ações na catequese dos índios “inimigos”, mudaram de postura no decorrer do século XVIII. Tanto no Espírito Santo quanto no Império português de um modo geral os padres da Companhia de Jesus passaram a ter seus privilégios questionados. Até mesmo a Coroa, antes fiel defensora e patrocinadora das atividades da Ordem passou a questionar o seu status no interior de seus domínios, fato que culminou com sua expulsão em 1759. Além dos já imaginados prejuízos para a catequese, a expulsão criou uma situação nova pra o Espírito Santo, visto que uma importante força econômica local deixava a capitania e as suas fazendas. Cumpre observar daqui para frente como tal contexto se processou no Espírito Santo. Ou seja, como o capital mercantil lidou com essa realidade entre a segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX.

²⁸¹ LEITE, 2000, v. 6, p. 152.

3 NEGÓCIOS DO LUGAR: BENS E ESTRUTURA PRODUTIVA NO ESPÍRITO SANTO SETECENTISTA

Neste capítulo o trabalho chega à segunda metade do século XVIII. Os jesuítas, maior força econômica do Espírito Santo até então, não mais faziam parte da realidade colonial. Novos atores aparecem nas fontes, ao passo que a capitania também adquire traços mais consolidados acerca de sua participação no funcionamento da colônia. Cabe nesta parte do trabalho desnudar os principais traços da estrutura produtiva local, demonstrando quais elementos, em termos de produtos e pessoas, compõem tal estrutura. Nesse sentido, os inventários, disponíveis a partir dos últimos anos do Setecentos, serão os principais instrumentos para a realização de tal tarefa.

No Espírito Santo, o mais remoto dos inventários data de 1790. No total são 18 inventários até o ano de 1800, que servem de base para o entendimento tanto do fim do Setecentos, quanto das décadas anteriores. Parte-se aqui da idéia de que um inventário pode esclarecer elementos sobre toda uma vida produtiva. Dito de outro modo, somente a título de exemplo, um inventariado falecido aos 60 anos provavelmente já havia iniciado a acumulação de suas riquezas pelo menos três décadas antes. Nesse sentido, os inventários podem ter caráter retrospectivo para toda uma época antecedente a sua produção. Em outras palavras, eles revelariam não somente os traços materiais existentes no momento da morte dos indivíduos, mas todo um desenho de suas atividades e posses constituídas nas décadas anteriores.

Atualmente o inventário consiste no registro oficial do patrimônio deixado por pessoa falecida, do qual consta o tipo e o valor monetário dos bens acumulados ao longo da vida, bem como os créditos e débitos pendentes. Uma autoridade pública realiza o registro e o documento produzido tem valor para definir, em caráter final, o que caberá, por partilha, aos herdeiros, depois de honrados os débitos com o Estado e com credores particulares.²⁸² Isso não diverge da realidade do século XVIII, visto que

²⁸² Sobre os sentidos e funções do termo, cf. INVENTÁRIO. In: **Dicionário da língua portuguesa contemporânea**. Academia das ciências de Lisboa. Braga: Verbo, 2001. v. 2.

o formato, a estrutura e o sentido do inventário eram os mesmos da definição exposta. O próprio Código Filipino (1603) se ocupou da questão, estipulando que todas as pessoas livres e alforriadas teriam direito a um inventário quando da sua morte. Até mesmo as pessoas vivas, se consideradas dementes ou mentecaptas, teriam esse direito. Como sinal da importância concedida à prática, o Código estabelecia, no caso da existência de herdeiros menores de 25 anos, a necessidade da presença de um Juiz de Órfãos.²⁸³

Considerando a referida definição e a determinação do Código, seria lógico que cada adulto tivesse o seu inventário, o que demonstraria, para as pesquisas históricas, a composição das riquezas de um lugar de maneira praticamente exata. Na realidade, porém, apenas uma parcela da população era abarcada pela determinação. Aqueles que acumulavam algum patrimônio e o deixavam como herança, tendo cabedal suficiente para cobrir os custos do processo, eram os portadores de inventários.²⁸⁴

Ainda assim, mesmo não abarcando as posses de uma grande gama de indivíduos (escravos e ou livres e alforriados menos abastados), os inventários são importantes instrumentos para análise histórica, visto que fornecem uma amostra da composição da riqueza dos grupos mais abastados da terra. Através de tais registros é possível descobrir de que vivia o falecido, o que plantava, onde morava, quais objetos possuía em sua residência, quanto e a quem devia, entre vários outros aspectos.

Pesquisas realizadas em outras regiões da América portuguesa vêm trabalhando com uma quantidade variável de fontes. Se há estudos que compreendem centenas de inventários²⁸⁵, há também aqueles que manuseiam poucos registros. A

²⁸³ ORDENAÇÕES FILIPINAS (1603). Livro IV, Título LXXX. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/>>. Acesso em 12 fev. 2010.

²⁸⁴ MAGALHÃES, Beatriz Ricardina; SILVA, Vera Alice Cardoso. Evolução da economia e da riqueza na comarca do Rio das Velhas – Capitania de Minas Gerais, 1713-1763. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Diamantina: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D04.PDF>. Acesso em 07 jan. 2011.

²⁸⁵ Cf. FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; OSÓRIO, Helen. **Para além das charqueadas**: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande do Sul, segunda metade do século XVIII. Trabalho apresentado no III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/27.27.pdf>>. Acesso em 05 jan. 2011; MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. **A composição e a concentração da riqueza no termo de Vila do Carmo, século XVIII**.

quantidade de inventários disponíveis para o caso do Espírito Santo no fim do Setecentos (18) faz com que o presente estudo se enquadre no segundo grupo. Desse modo, durante o desenvolvimento da análise será preciso ter a cautela de observar quais elementos presentes nas fontes são plausíveis representações da dinâmica local e não meras exceções. O fato é que os 18 inventários encontrados entre 1790 e 1800 serão analisados de maneira a captar tanto as suas especificidades, quanto o conjunto de informações composto por eles, sempre tendo como objetivo a elucidação do cenário produtivo local entre a segunda metade do século XVIII e princípios do século XIX.

Vitória, Vila que encabeçava a comarca formada pela capitania do Espírito Santo, possuía, nas últimas décadas do século XVIII, um ar simples, sem a opulência de algumas das regiões vizinhas.²⁸⁶ Problemas antigos se arrastavam, tal como a baixa arrecadação local²⁸⁷ e os inconvenientes derivados da sujeição administrativa à Bahia.²⁸⁸ Ainda assim, apesar das dificuldades e do desnível em relação às zonas mais ricas da colônia, a dinâmica produtiva local não estava desligada do movimento da economia colonial. Tal como em praticamente toda a América portuguesa, a produção agrícola era importantíssima para a composição dos negócios, a mão-de-obra escrava estava presente de forma bastante disseminada e a produção açucareira era ostentada como símbolo de poder e opulência. Os inventários, bem como as fontes do AHU, demonstram ser Vitória e seu entorno as principais regiões produtivas da capitania, concentrando mais da metade da população da capitania.²⁸⁹

Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-6-a-6.pdf>>. Acesso em 14 jan. 2011; entre outros.

²⁸⁶ Somente para ficar em alguns exemplos, nessa época, Minas Gerais possuía pujante produção de gêneros para o abastecimento interno, e o Rio de Janeiro esbanjava força suficiente para abastecer os mercados internacionais com a sua *plantation* e absorvia grande parte da produção da colônia. Cf. MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal - 1750-1808. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [2005]; FRAGOSO, 1998. p. 121-123.

²⁸⁷ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 04 docs. 02,01.

²⁸⁸ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 03 doc. 68.

²⁸⁹ Somente para registro, entre 1780 e 1812 a população da capitania variou entre 15.600 e 24.000 almas. CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão e Creolização: A capitania do Espírito Santo, 1790-1815. In: FRAGOSO, João Luís... [et al.] (Orgs.). **Nas rotas do Império**: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português. Vitória: Edufes, 2006. p. 571-607. p. 572-573; Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 05 doc. 38.

Partindo para a análise dos inventários *post-mortem* disponíveis para o Espírito Santo, vejamos o caso de Joanna da Victória²⁹⁰. Embora não tenha sua idade informada, sabe-se que ela deixou 11 filhos já adultos, com idades variando entre 25 e 40 anos. Seu monte-mor, estava avaliado, no momento do inventário, em 1:470\$200 (um conto, quatrocentos e setenta mil e duzentos réis). Quarta maior riqueza entre os casos analisados, ela possuía 15 escravos, plantações de algodão, mandioca e banana, criação de gado, sítios, imóveis urbanos (incluindo um sobrado), entre outros bens. Tudo indica que moravam na ilha de Vitória, mas tinham como principal fonte de rendimento os negócios desenvolvidos em suas terras no entorno da Vila. Necessário mencionar que ela não detinha instrumentos que caracterizassem o beneficiamento de sua produção.

A família de Joanna parecia ter boas relações com as autoridades locais. O inventário aponta para o fato de ela dever 12\$400 (doze mil e quatrocentos réis) ao então capitão-mor José Ribeiro. A quantia não é das mais expressivas em comparação aos principais bens avaliados, mas instigou a pesquisa e proporcionou espaço para constatações interessantes. Seguindo no rastro da ligação entre a família da inventariada e as autoridades, foi constatado que Antônio Lopes Pereira, um de seus filhos, assumiu em 1811 o governo interino da capitania em razão da saída de Manoel Vieira de Albuquerque Tovar do cargo.²⁹¹ No ano seguinte José Cardoso Pereira, seu irmão mais velho, ocupava o posto de escrivão da ouvidoria.²⁹² Embora o governo do primeiro tenha durado apenas alguns meses e saiba-se pouco sobre a atuação do segundo, o fato é que a ocupação de ambos nos cargos demonstra a importância dessa família ligada aos negócios rurais no cenário local.

Outro inventariado, João de Barcellos Machado²⁹³, por sua vez, deixou para sua esposa e filhos bens que compreendiam, entre outros, 15 escravos e algumas cabeças de gado. O que mais chama atenção, entretanto, são alguns dos objetos listados, tais como alambique e tacho de cobre. Juntamente a outros artigos, esses dois itens configuram a produção de aguardente. Por sinal, nos inventários a

²⁹⁰ Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 02.

²⁹¹ DAEMON, 1879. [online]

²⁹² Ibid. [online]

²⁹³ Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 07.

fabricação do destilado era mais freqüente em relação à produção do açúcar, tendo em vista os maiores custos desta.²⁹⁴ Em seu sítio, Machado ergueu benfeitorias de modo a aprimorar sua produção, tais como senzalas e casas de madeira e telha. Por mais simplórias que algumas dessas benfeitorias possam parecer, o fato de constarem no inventário demonstra sua importância no contexto setecentista.

Em geral, a análise dos inventários aponta para diversos traços da configuração local. Os casos de Joanna da Victória e João Machado são apenas dois exemplos de atores que ajudavam a moldar a estrutura produtiva do Espírito Santo. A primeira era portadora de lavouras diversificadas, enquanto o segundo tinha como principal marca a produção de aguardente. Ambos eram escravistas, residiam em Vitória e desenvolviam atividades agrícolas e pecuárias no entorno da ilha. Mas não se deve imaginar que este seja o modelo único dos detentores de bens inventariados no período. Ao invés disso, a realidade encontrada abrigava toda uma complexidade de patrimônios e bens. Eram lavouras, escravos, produtos para a venda, dinheiro emprestado a juros, sobrados e casas nos meios urbano e rural, sítios com benfeitorias, etc. Nesse sentido, os próximos tópicos tratarão as informações levantadas, com foco em seu conjunto, buscando caracterizar o cenário então existente.

3.1 OS NEGÓCIOS RURAIS

Os inventários disponíveis revelam a importância das atividades agrícolas, com notável participação da mão-de-obra escrava, por sinal bastante disseminada no ambiente local. Dos 18 inventários encontrados para o período compreendido entre 1790 e 1800, em sete há lavouras entre os bens inventariados, o que aproxima os seus proprietários dos negócios ligados à terra. Além desses casos, necessário considerar aqueles inventários com ausência de lavouras, mas com terras ou mesmo engenhos dentre os bens arrolados, ligando praticamente todos os indivíduos, pelo menos em partes, ao mundo rural. Considerando somente as lavouras encontradas nos inventários analisados, a Tabela 2 discrimina tais itens e seus respectivos valores:

²⁹⁴ Cf. ANTONIL, Andre João. **Cultura e opulência do Brasil**: texto confrontado com a edição de 1711. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

TABELA 2 – LAVOURAS INVENTARIADAS (1790-1800)

	Indivíduos (as) com lavouras entre seus bens	Mandioca	Cana	Algodão	Banana	Milho	Arroz
1	Joanna da Victória	X		X	X		
2	Jacinto Cordeiro de Sá		X				
3	Margarida Monteiro	X	X	X	X		X
4	José da Silva Castilho	X					
5	Cândida Rosa		X	X	X		
6	Manoel Freitas de Sá		X				
7	Dona [?] dos Reis	X				X	
	Valor total	76\$800	66\$400	41\$000	6\$386	4\$000	1\$600

Fonte: Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1800.

Como se nota, a mandioca, a cana-de-açúcar e o algodão são os produtos mais constantes nas lavouras locais. Em termos de valores, o primeiro item, matéria-prima para a produção de farinha, chega a ultrapassar os outros dois principais, totalizando 76\$800 contra 66\$400 e 41\$000, respectivamente. Digno de nota também é o fato de somente em um inventário, o de Margarida Monteiro, haver a combinação entre a mandioca e a cana-de-açúcar. Isso demonstra que cada proprietário tinha um produto principal entre os alimentos cultivados, podendo ser este a cana-de-açúcar, a mandioca, ou outros, mas dificilmente esses dois ao mesmo tempo.

Continuando no exemplo, Margarida Monteiro possuía lavoura de algodão avaliada em 16\$000, além de suas plantações de banana (2\$886), arroz (1\$600) e a já citada de mandioca, no valor de 12\$000. A cana-de-açúcar totaliza apenas 2\$000, com um valor superior apenas ao do arrozal. Nesse sentido, descreveu o inventariante sobre as posses de Monteiro: “[...] um quartel de cana de pouco valor [...]”.²⁹⁵ O caso em questão é bastante representativo no sentido de ilustrar que a produção açucareira, embora inspire toda uma significação, inclusive no que diz respeito ao *status* aristocrático²⁹⁶, tinha que dividir espaço com outros itens, chegando ao ponto de perder espaço frente à mandioca nos inventários arrolados. Para auxiliar no

²⁹⁵ Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 10.

²⁹⁶ Sobre a questão do status ligado à produção açucareira, afirmou Antonil acerca dos senhores engenhos, posição ostentada pela maioria daqueles que cultivavam a cana-de-açúcar: “o ser senhor de engenho é título a que muitos aspiram, porque traz consigo o ser servido, obedecido e respeitado de muitos”. ANTONIL, 1982, p. 75.

entendimento do cenário da produção agrícola no Espírito Santo de então, a Tabela 3 apresenta os valores totais das riquezas inventariadas no período:

TABELA 3 - RIQUEZAS INVENTARIADAS DE ACORDO COM O MONTE-MOR

Posição	Inventariado	Monte Mor
1º	Dona [?] dos Reis ²⁹⁷	3:211\$008
2º	José Pedro Rangel	2:968\$591
3º	Cândida Rosa	1:714\$400
4º	Joanna da Victoria	1:470\$200
5º	João de Barcellos Machado	1:375\$806
6º	Jacinto Cordeiro de Sá	1:081\$940
7º	Manoel de Freitas Sá	848\$000
8º	José de Souza de Faria	805\$700
9º	Margarida Monteiro	743\$260
10º	Ignácio Pereira Barcellos	525\$000
11º	José da Silva de Castilho	369\$160
12º	Thereza de Jesus	338\$440
13º	Joanna	334\$200
14º	Antônio Rodriguez Atalaia	290\$000
15º	Manoel de Almeida Bandeyra	171\$488
16º	José Pinto	75\$695
17º	Ignácia Furtado de Mendonça	74\$000
18º	Ignês Pinta de Jesus	65\$740

Fonte: Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1800.

Comparando as 10 maiores riquezas levantadas a partir da análise dos inventários com a lista das lavouras inventariadas, nota-se que a maioria de tais indivíduos detinha lavouras entre os seus bens, fato que realça a importância da agricultura para a composição das riquezas locais. Analisando as exceções, encontramos dados que reforçam tal idéia. Este é o caso de José Pedro Rangel, dono do segundo maior patrimônio avaliado. Apesar de não possuir lavouras, Rangel detinha terras em três locais diferentes, que totalizavam 237\$280, sem falar nas benfeitorias do sítio denominado Campinho, no valor de 200\$000. Possuía também cinco escravos e uma senzala para abrigá-los.²⁹⁸ Entre as dez maiores riquezas encontradas, não ficou expressa a ligação às atividades rurais em apenas dois casos: José de Sousa Faria e Ignácio Pereira Barcellos. Nenhum dos dois possuía lavouras, terras ou

²⁹⁷ Um problema na conservação do inventário impede a leitura do nome completo da inventariada com maior valor de *monte-mor*.

²⁹⁸ Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 03.

benfeitorias que caracterizassem a dedicação a tais negócios, embora ambos contassem com escravos entre suas posses.

Via de regra, tal como postula Antonil, cultivar a cana era o grande objetivo da maioria dos produtores. Podemos observar nos 18 inventários 5 indivíduos ligados a essa atividade. Mas o canavial nem sempre servia à produção de açúcar. O já citado João de Barcellos Machado produzia aguardente, tal como caracteriza o seu inventário. O mesmo se diz de Jacinto Cordeiro de Sá, que contava com uma *casa de armação de engenho*, carros de boi para carregar a cana, 4 canaviais plantados, canoas para escoar a produção. Ele, porém, fazia aguardente e não açúcar. Cândida Rosa e Margarida Monteiro, por sua vez, também se dedicavam a essa cultura, mas não possuíam maquinário necessário para beneficiá-la. A primeira ainda tinha uma moenda, mas somente isso. O único engenho inventariado pertencia a Manoel de Freitas Sá, que possuía um terço de tal fábrica. Tinha também canavial e fôrmas para o fabrico do açúcar. Por ocasião do inventário, o engenho se encontrava bastante danificado, obtendo a avaliação de 1:000\$000 (um conto de mil réis), dos quais 333\$000 (trezentos e trinta e três mil reais) caberia à viúva Anna Rosa de Jesus.

Como se observa, os negócios ligados à cana eram importantes para a composição das riquezas, mas o manuseio da matéria prima era atividade de poucos. Em obra clássica sobre a temática, Antonil pontuou a necessidade da posse de bastante cabedal para a montagem e manutenção de um engenho. Era preciso a compra de instrumentos de trabalho, escravos, gado, contratação de oficiais com conhecimento sobre a produção açucareira, pagos por soldo, etc. Fazia-se necessário também boa relação de “estima e de crédito” com os mercadores e seus correspondentes na praça.²⁹⁹

Tal como fora discutido no primeiro capítulo, diante dos altos custos, o crédito fundamentou a organização da produção açucareira no Brasil. Durante o século XVI, investidores italianos, flamengos ou da própria metrópole tiveram participação fundamental nesse processo. Nos séculos seguintes, essa importância parece ter se

²⁹⁹ ANTONIL, 1982. p. 75-77.

reduzido, abrindo espaço para financiadores instalados na própria América.³⁰⁰ Em termos de valores, Stuart Schwartz explicita:

[...] estimava-se que [no fim século XVIII] um indivíduo podia adquirir um engenho e iniciar as operações com apenas um terço do capital necessário, obtendo o restante com comerciantes ou instituições emprestadoras [...]. A quantia emprestada era normalmente em torno de 400 a 800 mil-réis, mas havia até mesmo empréstimos de 4 contos de réis.³⁰¹

Mais do que montar o engenho era preciso custear as suas altas despesas e a expansão de suas atividades. Novamente Antonil indica que certos indivíduos, possuidores de cabedal, preferiam ser lavradores de cana a donos de engenhos, em virtude do endividamento que isso poderia causar.³⁰² Claro deve estar que o engenho possuía canaviais, mas também moía a cana de outros proprietários. No caso do Espírito Santo, há lavouras de cana entre pessoas não possuidoras de engenhos ou alambiques, tal como Margarida Monteiro.³⁰³ Assim, tanto ela quanto outros proprietários locais deveriam depender de terceiros para beneficiar sua produção. Obviamente que os custos destes eram bem inferiores aos dos donos de engenhos.³⁰⁴

A Tabela 4, retirada da obra de Enaile Carvalho, expõe o monte-mor dos indivíduos possuidores de engenhos e o capital de suas respectivas fábricas. A avaliação do valor de um engenho corresponde à armação e à casa do engenho, bem como ao açúcar em espécie e outros itens. Ainda assim, ficam de fora elementos importantes, como as ferramentas, os cobres, os carros de puxar a cana, os canaviais, as terras, os barcos para escoar a produção, além do mais caro: a mão-de-obra escrava. Nesse sentido, deve se relativizar a impressão de que o engenho era um investimento barato, tal como possa parecer a partir de um rápido exame da Tabela.

³⁰⁰ SCHWARTZ, 1988, p. 179.

³⁰¹ *Ibid.*, p. 179.

³⁰² ANTONIL, 1982, p. 76.

³⁰³ Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 10.

³⁰⁴ Sobre a questão dos produtores de cana que não possuíam engenhos, Cf. PEDROZA, Manoela. O mundo dos fundos, ou quem eram os vizinhos dos engenhos de açúcar no Rio de Janeiro colonial? (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, 1777-1813). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 58-83, jul./dez. 2009.

TABELA 4 – MONTE-MOR DOS PROPRIETÁRIOS DE ENGENHOS (1790-1821)

Ano	Inventariado	Capital do Engenho	Monte-mor
1795	Manoel Freitas de Sá	333\$000	848\$000
1801	Luzia Gomes Rangel	72\$000	1:314\$580
1801	Raphael Maxado Fraga	868\$400	9:533\$655
1802	João Pereira de Jesus	346\$760	1:410\$060
1804	Silvestre Fernandez Gato	213\$160	1:584\$310
1805	Antonio Correa de Andrade	390\$150	3:949\$540
1805	Clara Maria	419\$120	1:484\$828
1805	José Freire de Andrade	43\$560	1:674\$180
1810	Antonio Ribeiro de Lírio	103\$480	1:147\$730
1810	João Gonçalves da Costa	367\$720	4:077\$787
1812	Francisca Nunez do Amaral	75\$000	764\$100
1817	Francisco Jose de Lima	298\$480	3:323\$360
1819	Luciano Pereira Porto	575\$800	2:077\$172
1820	Manoel Ferreira dos Passos	128\$640	1:418\$007
1820	Manoel Nunez Ribeiro	196\$340	3:051\$030
1820	Antonio Pinto Pereira	427\$140	2:218\$066
TOTAIS		4:847\$417	39:876\$405

Fonte: CARVALHO, Enaile Flauzina. **Redes mercantis:** a participação do Espírito Santo no complexo econômico colonial (1790 a 1821). p. 134-35.

De acordo com a Tabela acima, fica clara a relação entre o *cabedal* descrito por Antonil e a posse de um engenho. Considerando os 16 casos acima listados, apenas 2 possuem um monte-mor inferior a 1 conto de réis. Explicitado está que ser dono de um engenho não era prerrogativa simples de ser alcançada. Na média apurada, os monte-mores dos proprietários de engenhos beiravam os 2:500\$000 réis. Isso torna gritante a diferenciação dos proprietários de engenhos, pois, no período entre 1790 e 1800, a média geral das posses girava em torno de 914\$000 réis. Além disso, de acordo com Enaile, entre o fim do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, apenas 10,8% dos inventários apresentavam riquezas entre 2:000\$000 e 5:000\$000 réis.³⁰⁵

Tornando a observar a Tabela 2, outro produto que se destaca é a mandioca. Ela aparece como item cultivado por 4 (quatro) dos 7 (sete) proprietários de lavouras

³⁰⁵ CARVALHO, 2010. p. 88.

identificados nos inventários. O valor de tais plantações inclusive ultrapassa o dos canaviais, totalizando 76\$800 réis. No Espírito Santo, ao contrário do que possa se imaginar de antemão, a produção de mandioca não era somente um subterfúgio, uma saída dos produtores frente à impossibilidade da produção açucareira. Dona [?] dos Reis, a proprietária do maior *monte-mor* local, não possuía plantações de cana, tampouco artigos e ferramentas que caracterizassem a fabricação de seus derivados. Quanto à mandioca, entretanto, não se pode dizer o mesmo. Suas plantações do produto somam 32\$000 réis, quase a metade do total de toda a mandioca inventariada.³⁰⁶ Também expressiva é a produção de Joanna da Victória, que possuía o quarto maior monte-mor e lavoura avaliada em 30\$000 réis.³⁰⁷

A importância da produção de alimentos, tal como a mandioca, não deve ser encarada como algo tão surpreendente. Maria Yedda Linhares³⁰⁸ é enfática ao afirmar que a economia aqui engendrada nos primeiros séculos, baseada na agricultura extensiva, tinha em sua reprodução a presença de três elementos cuja oferta precisava ser elástica: terras, homens e alimentos. Combatendo a idéia de que o Brasil viveu somente de açúcar em seus primeiros séculos, Linhares argumenta que a mandioca, tradicional cultivo das populações indígenas, foi incorporada aos hábitos alimentares de europeus e africanos. Nesse sentido, várias regiões da colônia, incluindo a Bahia, mantiveram elevado percentual de suas terras reservadas ao cultivo da mandioca, sendo o seu consumo também elevado.³⁰⁹

Francisco Carlos Teixeira da Silva³¹⁰ acrescenta que a produção de alimentos no Brasil era tocada principalmente por pequenos produtores escravocratas, o que ligava tal produção aos circuitos escravistas coloniais. Mais a frente, considerando a presença escrava na produção local, ficará clara a inserção do Espírito Santo nesse quadro. Por ora resta pontuar também que os produtores de alimentos não recebiam incentivos para investirem nessa prática, tendo os seus produtos subvalorizados,

³⁰⁶ Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 18.

³⁰⁷ Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 02.

³⁰⁸ LINHARES, Maria Yedda Leite. *Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII)*. **Relume Dumará**, v. 1, n. 2, p. 132-150, 1996. p. 134. Disponível em: <www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres>. Acesso em 19 dez. 2010.

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 135.

³¹⁰ SILVA, 1996, p. 52.

não pela coroa, mas pelos grandes proprietários. Por isso, conta Silva, o *sonho* de todo pequeno proprietário era produzir para exportação.³¹¹

O Gráfico 1 demonstra a distribuição dos produtos cultivados em termos de percentuais e valores em réis. Como é possível notar, após a cana e a mandioca, o algodão era o principal item, correspondendo a 21% do valor total das lavouras apuradas. Três dos sete inventários com lavouras contavam com algodão entre as suas plantações. Para tal produto vale a mesma configuração notada em relação à mandioca e à cana: o direcionamento de escravarias com extensão relativamente grandes para o seu labor.

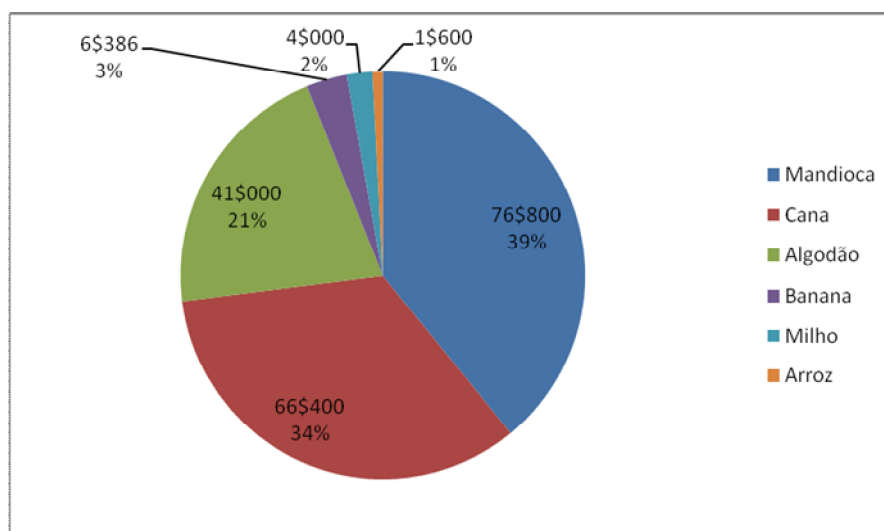


GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO DOS VALORES DAS LAVOURAS INVENTARIADAS

Fonte: Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1800.

A produção de algodão tinha destaque no Espírito Santo, mas não somente aqui. Na verdade, o século XVIII vivenciou a diversificação da produção agrícola brasileira, sendo a expansão do cultivo do algodão um dos principais traços daquele contexto. José Jobson Arruda³¹² indica que, na segunda metade do século XVIII, cresceu o volume e a variedade dos produtos produzidos e exportados pelo Brasil. Contribuiu

³¹¹ SILVA, 1996, p. 53.

³¹² ARRUDA, José Jobson de Andrade. A economia brasileira no fim da época colonial: a diversificação da produção, o ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão. **Revista de história**, São Paulo, n. 119, dez. 1988. Disponível em <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo>>. Acesso em 20 jan. 2011.

para isso a política agressiva desenvolvida pelo marquês de Pombal no sentido de fomentar a diversificação da produção local. Também não deve ser esquecido que fatores externos prejudicaram alguns dos concorrentes internacionais e favoreceram o Brasil, que contava, nessa expansão agrícola com uma multiplicação dos núcleos exportadores. O açúcar ganhava novas áreas, tais como Campos dos Goitacases e São Paulo. O tabaco ganhava força no Rio de Janeiro e na Bahia, ao passo que o algodão era cultivado de norte a sul.³¹³

É certo que o açúcar continuava como o principal produto de exportação da América portuguesa, mas agora estava acompanhado de perto por itens como couro, arroz, tabaco, cacau, café, mas principalmente o algodão. Nada menos que 24,4% do total das exportações eram compostos pela cultura algodoeira.³¹⁴ Novamente, portanto, o Espírito Santo dá mostras de sua ligação à estrutura econômica da colônia ao vivenciar em seu território a expansão das lavouras de algodão. Os escravos eram parte fundamental nessa dinâmica produtiva, tanto para o algodão quanto para os demais produtos. Levando esse fator em consideração, o próximo tópico tratará da questão com maior minúcia.

3.2 O BRAÇO CATIVO

O Espírito Santo era, em fins do século XVIII, aquilo que a bibliografia costuma chamar de *área não-exportadora*. Não estávamos ligados ao comércio internacional com a África e a Europa, residindo na cabotagem a principal forma de escoamento da produção local.³¹⁵ Mas esse fato não colocava a capitania à margem de uma das principais instituições da América portuguesa: a escravidão. Llana Blaj já alertara que, juntamente dos símbolos de prestígio e honrarias, a escravidão constituía o fundamento básico da sociedade colonial brasileira, com peculiaridades específicas em todas as regiões, quer exportadoras, quer voltadas ao abastecimento interno.³¹⁶

³¹³ CARDOSO, 1996, p. 115.

³¹⁴ ARRUDA, 1988. [online]

³¹⁵ Cf. LEAL, 2008, passim.

³¹⁶ BLAJ, Llana. Mentalidade e sociedade: revisitando a bibliografia sobre São Paulo colonial. **Revista de História**, São Paulo, n 142-143, 2000, p. 239-259. p. 243.

Obviamente que cada espaço tinha seus traços peculiares, não fugindo o Espírito Santo à regra. Aqui, certamente não existiu um cenário composto por diversos latifúndios explorados pelo trabalho de centenas de cativos. Stuart B. Schwartz, aponta que, em geral, nem mesmo os engenhos baianos se enquadram na imagem que comumente se faz da grande lavoura brasileira, tida como um imenso latifúndio com centenas de escravos trabalhando sob o controle unitário e patriarcal de um senhor.³¹⁷ Combate Schwartz uma visão bastante difundida na análise do passado escravista brasileiro, da qual Caio Prado Júnior é um dos principais expoentes. Afirma este último que:

[...] os três elementos constitutivos da organização agrária do Brasil colonial [eram]: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo. Estes três elementos se conjugam num sistema típico, a grande exploração rural, isto é, a reunião numa mesma unidade produtora de grande número de indivíduos; é isto que constitui a célula fundamental da economia agrária brasileira.³¹⁸

De fato, a grande propriedade, a ânsia pelo plantio da cana e a disseminação do trabalho escravo foram marcas da realidade colonial brasileira. O problema está em comprovar que esse era sistema típico de então. Seria a grande unidade produtora a célula fundamental da economia agrária colonial? Talvez isso fosse verdade para capitanias como Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco. Entretanto, a América portuguesa era muito mais que isso. Se até mesmo para o caso da Bahia Schwartz faz ponderações e recomenda cautela, faz-se necessário considerar as especificidades de cada região, demonstrando as configurações típicas de cada lugar. Isso vale para os mais diversos temas do passado colonial, inclusive para a escravidão.

Em Minas Gerais, maior centro escravista do Brasil no Setecentos e forte produtor de itens para o abastecimento, a maioria dos proprietários possuía de 1 a 5 escravos. Em alguns momentos esse patamar de até 5 cativos incluía 82,3% dos proprietários dos senhores em algumas regiões da capitania mineira.³¹⁹ O mesmo se

³¹⁷ SCHWARTZ, 1988, p. 364.

³¹⁸ PRADO JR., 1981. p. 122. Para verificar outros exemplos desse tipo de vertente, Cf. MELLO, 1988; FURTADO, 1980.

³¹⁹ LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da Posse de Escravos. In: _____; COSTA, Iraci Del Nero da. **Minas colonial: economia & sociedade**. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas: Pioneira, 1982. p. 31-55. p. 38.

pode dizer de São Paulo, tradicional produtor de alimentos, que apresentava números semelhantes no século XVIII.³²⁰ Tratando do Rio Grande do Sul, famoso por seu charque, Helen Osório indica que 75% dos senhores possuíam de 1 a 9 escravos.³²¹

Como se observa, nas zonas que se destacavam pela produção para o abastecimento interno essa fragmentação da posse de escravos parecia ser mais intensa. Trazendo essas discussões para o caso do Espírito Santo, a Tabela 5 apresenta a posse de escravos entre os indivíduos inventariados, além de outras variáveis:

TABELA 5 – ESCRAVARIAS NOS INVENTÁRIOS (1790-1800)

Posição do Monte Mor	Nome	Escravos	Monte-Mor	Valor total dos Escravos	Percentual
1º	Dona [?] dos Reis	23	1:714\$400	380\$000	22,17
2º	Joanna da Victoria	15	1:470\$200	1:035\$000	70,40
3º	João de Barcellos Machado	15	1:375\$806	802\$400	58,32
4º	Margarida Monteiro	10	743\$260	667\$760	89,84
5º	Jacinto Cordeiro de Sá	07	1:081\$940	435\$000	40,21
6º	Ignácio Pereira Barcellos	06	525\$000	525\$000	100,00
7º	José Pedro Rangel	05	296\$8591	261\$800	8,82
8º	Antônio Rodriguez Atalaia	05	290\$000	290\$000	100,00
9º	José da Silva de Castilho	03	369\$160	126\$000	34,13
10º	Cândida Rosa	02	3:211\$008	1:667\$000	51,92
11º	Manoel de Freitas Sá	02	848\$000	15\$960	1,88
12º	José de Souza de Faria	02	805\$700	137\$000	17,00
13º	Thereza de Jesus	02	338\$440	253\$000	74,75
14º	Joanna	01	334\$200	100\$000	29,92
15º	José Pinto	01	75\$695	12\$000	15,85
16º	Ignês Pinta de Jesus	01	65\$740	50\$000	76,06
17º	Manoel de Almeida Bandeyra	-	171\$488	0	-
18º	Ignácia Furtado de Mendonça	-	74\$000	0	-
Total		100	16:462\$628	675\$7920	-
Médias por Proprietário		6,25	914\$590	375\$440	41,05

Fonte: Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1800.

³²⁰ Cf. LUNA, Francisco Vidal. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 28, n. 01, p. 99-169, 1998.

³²¹ OSÓRIO, 2007, p. 04.

Um importante ponto a ser observado é a disseminação da posse de escravos no plano local. Nota-se que em apenas 2 dos 18 inventários não constam escravos. Desse modo, 88,8% dos inventários contam com escravos entre os bens arrolados, embora esteja claro que a maioria dos senhores conte com apenas alguns cativos. Analisando a propriedade escravocrata entre os inventariados do Rio de Janeiro (1790-1835), Manolo Florentino aponta para um percentual que beira os 90%, mesmo sendo a praça carioca portadora de um cenário bem diverso do Espírito Santo.³²² Novamente recorrendo aos escritos de Osório sobre o Rio Grande do Sul, nota-se que 87% dos inventários contavam com escravos.³²³ Tais constatações sugerem serem esses altos percentuais algo comum na colônia, seja em regiões agroexportadoras ou não.

Se o percentual de proprietários de escravos local pôde ser comparado ao de uma região exportadora, quanto ao tamanho das escravarias as comparações exigem um pouco mais de cautela. Como se pode deduzir a partir da Tabela 5, era comum a posse de cativos, porém a maioria das escravarias era composta por apenas alguns indivíduos, geralmente de 1 a 5 escravos. Tal índice era comum em regiões especializadas no abastecimento interno e não diretamente conectadas aos principais eixos mercantis do período colonial, a exemplo do que fora mostrado para os casos de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O Espírito Santo seria, com as devidas peculiaridades, mais um exemplo nesse sentido.

Os cinco maiores proprietários de escravos estavam envolvidos com a produção agrícola. Dona [?] dos Reis, proprietária de 23 cativos, produzia mandioca e algum milho, ao passo que Joanna da Victória, dona de 15 escravos, mesclava, entre outros, o algodão e a mandioca à pecuária. Desse modo, o que se observa de imediato é o fato das duas maiores proprietárias de escravos não serem produtoras de cana-de-açúcar, como poderia supor-se. Evidente que o corpo documental disponível não fornece base suficiente para postular uma escala de importância maior ou menor para a cana em relação aos demais itens. Ainda assim, o fato é que os dados demonstram a importância da mandioca como um alvo dos investimentos

³²² FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em costas negras**: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 28.

³²³ OSÓRIO, 2007, p. 04.

dos produtores locais e não somente como um complemento ao “produto-rei”: o açúcar. Talvez as duas proprietárias em questão não pudessem constituir um engenho, mas certamente poderiam cultivar a cana e abastecer moendas. Entretanto, escolheram a opção de não fazê-lo por motivos que fogem às possibilidades explicativas.

Considerando as escravarias dos 5 (cinco) inventários onde se observam indícios da produção açucareira ou de aguardente³²⁴, chega-se a uma média de pouco mais de 7 (sete) cativos por proprietário. Trata-se de um quantitativo bem diminuto em relação àqueles encontrados para os casos da Bahia e do Rio de Janeiro, com 65,5 e 35,9 escravos por engenho, respectivamente. Fazendo os mesmos cálculos para as lavouras de mandioca e algodão inventariadas, chega-se a uma média superior de escravos empregados em relação às atividades ligadas à cana. Mesmo se fosse retirada da análise a escravaria de Dona [?] dos Reis, produtora de mandioca com 23 escravos, o índice de cativos permaneceria maior que o dos canaviais e engenhos.

Os escravos estavam entre os principais bens arrolados nos inventários, sendo possuídos tanto por indivíduos que praticavam atividades agrícolas, quanto por aqueles que não o faziam. José Pinto, por exemplo, era um militar e detinha uma escrava, chamada Lívia, crioula de 60 anos. Talvez ela fizesse o trabalho doméstico, visto que não há no inventário de Pinto indícios de que realizasse outras atividades além da militar.³²⁵ Outros parecem ter recebido o cativo como herança, como no caso de Ignês Pinta de Jesus, falecida aos 25 anos e proprietária apenas de Antônio, um crioulo de 7 anos.³²⁶

Os valores atribuídos aos escravos variavam bastante, havendo cativos que custavam de 12\$000 réis a 140\$000 réis. Somente para efeito de comparação, há casas com telhados avaliadas em cerca 40\$000 réis³²⁷ e sítios que custam menos de

³²⁴ Eram eles: João de Barcellos Machado, Jacinto Cordeiro de Sá, Cândida Rosa, Margarida Monteiro e Manoel de Freitas Sá,

³²⁵ Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 01.

³²⁶ Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 06.

³²⁷ Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 07.

10\$000 réis.³²⁸ Via de regra, os homens em idade adulta eram os mais valorizados, mas a exceções também eram notáveis. Num mesmo inventário a escrava Romaria, com 28 anos, estava avaliada em 100\$000 réis, ao passo que Joaquim, de 25 anos, valia 88\$000.³²⁹ Tais discrepâncias fazem com que as escravarias tenham seu preço e peso no montante do inventário bastante variáveis.

Do ponto de vista da empresa colonial, eram mais ostentados pelos senhores os cativos em idade adulta. Mas o anseio nem sempre se concretizava, por uma série de entraves. O investimento necessário era alto, visto que aqueles eram os escravos mais caros. Além disso, o Espírito Santo não estava integrado aos principais circuitos mercantis a ponto de receber um grande número de navios negreiros nas últimas décadas do século XVIII. Considerando a idéia de Fernand Braudel, segundo a qual as rotas dos mercadores buscavam prioritariamente as regiões mais abastadas a fim de receber mais caro por suas mercadorias³³⁰, o fato é que no Brasil de fins do Setecentos e início do Oitocentos, os negociantes de escravos miravam principalmente no Rio de Janeiro.

Em 1811 Francisco Manoel da Cunha, funcionário da coroa, relatou ao conde de Linhares o estado dos negócios marítimos locais, apontando que,

[...] a capitania do Espírito Santo, antigamente tão florescente pelo comércio direto com a Europa e África, perdeu o seu brilhantismo. Algumas vezes as embarcações da capitania vão a Pernambuco e Rio Grande do Sul, mas a sua navegação ordinária é sempre ao longo das costas limítrofes do Rio de Janeiro e Bahia [...].³³¹

Tal como ilustra o relato de Cunha, havia certa dificuldade para trazer escravos africanos ao Espírito Santo, tendo em vista tratar-se de um investimento alto para os produtores locais. Além disso, os negócios marítimos locais não estavam tão ativos a ponto de atrair grandes levas de comerciantes de escravos. Diante do exposto, vejamos agora o Gráfico abaixo acerca da origem dos escravos inventariados:

³²⁸ Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 02.

³²⁹ Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 02.

³³⁰ BRAUDEL, 2009, v. 2, p. 145.

³³¹ CUNHA, Francisco Manoel da. Ofício que Manoel da Cunha dirigiu ao conde de Linhares sobre a capitania, hoje província do Espírito Santo, 26/02/1811. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, 1849. n. 12, p. 511-8. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br>>. Acesso em 19 dez. 2010.

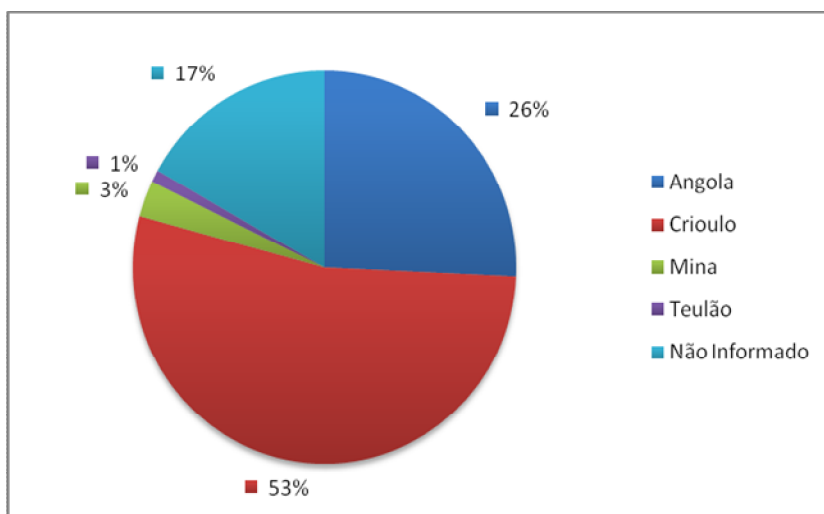


GRÁFICO 2 – ORIGEM DOS ESCRAVOS INVENTARIADOS

Fonte: Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1800.

Como se nota, pouco mais da metade dos escravos locais era formada por crioulos (escravos nascidos no Brasil). Excluindo-se o índice de 17% de cativos cuja origem não foi informada, a quantidade de crioulos salta para 63,8%. Considerando somente os africanos (angola, mina e teulão), há um percentual de 34,62%. Tais números demonstram haver um claro predomínio de escravos nascidos no Brasil, o que não elimina a importância dos cativos africanos encontrados. Tendo em vista o fato do contato direto entre a África e a capitania não ser tão intenso no período, seria muito interessante conhecer as rotas internas que trouxeram tais escravos para o Espírito Santo. Beatriz Mamigonian³³² também acentua a centralidade dessas rotas, indicando que o conhecimento das mesmas, sejam elas marítimas de cabotagem ou fluviais, complementaria os trabalhos acerca do tráfico atlântico e desnudaria elementos do tráfico interno. Subsidiada pelo trabalho de Joseph Miller³³³, Adriana Pereira Campos³³⁴ se ocupa do tema e discute alguns interessantes pontos sobre a chegada de africanos no Espírito Santo entre o fim do século XVIII e início do século XIX.

³³² MAMIGONIAN, Beatriz G. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. **Topoi**. Revista de História, Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ/7Letras, v. 5, n. 9, p. 33-53, 2004. p. 38-40.

³³³ MILLER, Joseph. A economia do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José. F. Sombra (Org.). **Angola e Brasil nas rotas do atlântico sul**. Bertrand Brasil, 1999.

³³⁴ CAMPOS, 2006, p. 582-583.

De acordo com Campos, os comerciantes do Rio de Janeiro buscavam escravos, desde a década de 1770, principalmente no porto de Luanda, de onde vinham os *angolas*. Os traficantes da Bahia, por sua vez, tinham negócios predominantemente com a costa da Mina, onde adquiriam os cativos *mina*. Ora, examinando o Gráfico 2, observa-se que, após os crioulos, os angolas formavam o principal grupo entre os escravos do Espírito Santo. Isso indica que os proprietários de escravos locais, diante da necessidade de ampliar suas escravarias e sem receber visitas de comerciantes de escravos vindos diretamente da África, recorriam aos traficantes cariocas para repor sua mão-de-obra.³³⁵

Prosseguindo com a análise, vejamos a Tabela abaixo:

TABELA 6 – ESCRAVARIAS E SUAS IDADES MÉDIAS

Posição do Monte-Mor	Nome	Idades				Média de idade por escravaria
		0-15	16-45	46-100	Idade não informada	
1º	Dona dos Reis	8	7	5	3	27,4
2º	José Pedro Rangel	1	3	1	-	35,8
3º	Cândida Rosa	-	2	-	1	24
4º	Joanna da Victoria	6	9	-	-	16,5
5º	João de Barcellos Machado	9	6	-	-	16,3
6º	Jacinto Cordeiro de Sá	1	5	1	-	33,2
7º	Manoel de Freitas Sá	-	-	1	1	70
8º	José de Souza de Faria	1	1	-	-	23
9º	Margarida Monteiro	3	2	5	-	33
10º	Ignácio Pereira Barcellos	2	3	1	-	25,8
11º	José da Silva de Castilho	1	1	1	-	34
12º	Thereza de Jesus	-	2	-	-	35
13º	Joanna	-	1	-	-	18
14º	Antônio Rodriguez Atalaia	3	2	-	-	15
15º	Manoel de Almeida Bandeyra	-	-	-	-	-
16º	José Pinto	-	-	1	-	60
17º	Ignácia Furtado de Mendonça	--	--	--	-	-
18º	Ignês Pinta de Jesus	1	-	-	-	7
	TOTAIS	36	43	16	5	25,6

Fonte: Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1800.

Nota-se que há quase um equilíbrio entre as quantidades de escravos adultos (43) e daqueles na faixa entre 0 e 15 anos (36). Do mesmo modo, chama a atenção o

³³⁵ CAMPOS, 2006, p. 587.

equilíbrio entre homens e mulheres. No período entre 1790 e 1800, inclusive, houve um predomínio de mulheres, com 54 escravas inventariadas frente a 46 escravos. Um rápido olhar sobre a Tabela 6 demonstra também a presença de escravarias com mais crianças do que adultos, ou mesmo com mais idosos do que adultos.

Ao que parece, os senhores tinham bastante dificuldade para repor sua mão-de-obra, estando muitas vezes dependentes da chamada *reprodução endógena* dos escravos como principal fonte de braços. Trabalhos diversos esmiuçaram a questão da família escrava no Brasil.³³⁶ Em geral, os principais estudos nesse sentido demonstram que o parentesco entre os escravos contribuiu para a manutenção do escravismo, amenizando a tensão das relações de poder no interior das senzalas. Mas além de amenizar tensões, as famílias escravas também forneciam cativos que, em fase adulta, seriam importantes para a estrutura produtiva do lugar.

Já foi dito aqui que as regiões com economias de abastecimento pressupõem uma maior participação, se não o predomínio das escravarias reduzidas. Sem capital para constituir escravarias grandiosas, os filhos de escravos acabam sendo o principal instrumento senhorial para a reposição de mão-de-obra. Obviamente que mesmo em locais voltados para a exportação e constantemente abastecidos pelo tráfico negreiro os filhos de escravos também compunham o cenário. Mas lá a natalidade era um complemento e não a principal forma de se obter cativos, tal como demonstram diversas pesquisas realizadas ou em curso no Brasil.³³⁷

3.3 MÚLTIPLOS NEGÓCIOS

Aos poucos o cenário local parece se desenhando. A produção agrícola se destacava, mas aparentemente sem um predomínio exacerbado da cana. A mão-de-obra escrava era importantíssima para o funcionamento dessa estrutura produtiva e para distinção social de uma elite menos provida de cabedais em relação às

³³⁶ Cf. FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Das cores do silêncio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

³³⁷ Cf. GRACA FILHO, Afonso de Alencastro; PINTO, Fábio Carlos Vieira; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. **Varia história**. [online]. 2007, vol.23, n.37. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

capitanias vizinhas. Mas não somente de agricultura e escravidão viveu o Espírito Santo Setecentista. Complementando-se a esses dois elementos, era preciso escoar a produção, trazer para a capitania os itens que não eram aqui produzidos, repor as escravarias (ainda que irregularmente) com africanos, bem como diversos outros negócios.

Para o Espírito Santo, pelo menos fim entre o fim do século XVIII e início do século XIX, a cabotagem foi o meio mais comum para as importações e exportações. O governador Silva Pontes³³⁸ já havia deixado isso claro em suas cartas, fato reforçado por Francisco Manoel da Cunha³³⁹ e apurado por Enaile Carvalho.³⁴⁰ Os inventários vez ou outra traziam embarcações entre os bens arrolados. Para aqueles que desenvolviam negócios rurais, a posse de tal item era importante para o escoamento da produção, pelo menos até o cais mais próximo. Este era o caso de Jacinto Cordeiro de Sá, proprietário de 7 escravos e produtor de aguardente, o qual possuía duas canoas grandes. O mesmo pode se dizer de Joanna da Vitória, que além de seus cativos e suas lavouras diversificadas, também detinha uma canoa grande. José da Silva de Castilho, produtor de mandioca e criador de gado, era outro que integrava essa lista.

Mas não somente aqueles que detinham lavouras eram proprietários de embarcações. Vejamos o caso de José de Sousa de Faria. Seu inventário não apresentou qualquer indício de atividade rural. Como imóvel havia uma morada urbana avaliada em 400 mil réis, alto valor de acordo com os parâmetros de então. Possuía dois escravos, dos quais apenas uma era adulta, a qual deveria estar alugada ou encarregada dos trabalhos domésticos.³⁴¹ Homem ligado ao mundo urbano, Faria possuía uma lancha, embarcação maior que uma canoa e, logo, com maior capacidade para o transporte.³⁴²

³³⁸ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 06 doc. 22 A.

³³⁹ CUNHA (1811), 1849.

³⁴⁰ CARVALHO, 2010. p. 44.

³⁴¹ Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 05.

³⁴² Sobre as diferenciações entre as embarcações João Fragoso explica que, embora não obedecam a padrões rígidos, lanchas, sumacas e bergantins costumavam transportar médias respectivas de 50, 100 e 200 toneladas. FRAGOSO, 1998. p. 168.

Caso desejasse alugar sua lancha para terceiros, poderia atracá-la no lance de cais pertencente à Cândida Rosa na Rua da Virgem da Piedade.³⁴³ A posse de cais por particulares, aliás, era uma realidade no ambiente local. Vila cercada por um canal que recebia as águas de vários afluentes, Vitória apresentava várias possibilidades para as atividades mercantis via navegação. O governador Rubim pontuou isso em suas memórias, classificando Vitória como “[...] excelente ancoradouro para muitas embarcações [...]”. Ele prossegue: “[...] em toda a vila se aporta em canoas e escaleres com a maior facilidade, onde atracam até sumacas [...]”.³⁴⁴

Sem recorrentes ligações comerciais diretas com a Europa e a África, coube ao comércio de cabotagem com as capitanias vizinhas providenciar o escoamento da produção local e a busca pelos gêneros aqui faltantes, inclusive cativos africanos, os quais vinham do Rio de Janeiro, tal como abordado anteriormente.³⁴⁵ As canoas, embarcações menores e mais comumente encontradas nos inventários, tinham a importância de levar aos cais de Vitória os gêneros produzidos às margens dos diversos rios que desaguavam na baía, tal como a região do rio Santa Maria, marcada pela presença de engenhos. As canoas deveriam ser requisitadas por muitos, afinal era um item que poderia ser adquirido na venda de José Joaquim da Luz e Cândida Rosa, a mesma que possuía um cais na Vila de Vitória.³⁴⁶

Morar próximo aos cais de Vitória, por sinal, deveria ser algo desejado por muitos. Lá chegavam os produtos vindos de fora da capitania e até mesmo de fora da América. Os itens variavam de enxadas e foices a tecidos das Índias e do reino. Em suas ruas irregulares e estreitas, Vitória abrigava moradas de diferentes tipos, dentre as quais, os sobrados possuíam maior destaque. Tais prédios eram casas com pelo menos dois pavimentos completos. O andar superior seria o mais nobre, no qual os proprietários costumavam morar. No piso térreo poderiam estar dependências como escritórios, oficinas, lojas ou mesmo acomodações para os cativos da casa. O

³⁴³ Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 15.

³⁴⁴ RUBIM, 1840. [online]

³⁴⁵ FLORENTINO, 1997, p. 46.

³⁴⁶ Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 15.

térreo, vez ou outra, era inclusive alugado a terceiros.³⁴⁷ Nem todos poderiam ter casas com mais de um pavimento, o que indica ser a posse de um sobrado fator de diferenciação significativo. Marcos Ferreira de Andrade³⁴⁸ indica ainda que tanto o sobrado quanto seu interior apresentavam sinais claros do caráter e do nível de riqueza acumulada pela família

A Tabela 3, apresentada no início do presente capítulo, enumera os monte-mores encontrados no Espírito Santo entre 1790 e 1800. Os valores dos 18 inventários variam entre 3:211\$008 réis e 65\$740 réis. Relacionando as riquezas dos inventários com a posse de sobrados, observa-se que entre os 6 indivíduos que possuíam posses acima de 1:000\$000 (um conto de réis), 5 deles detinham sobrados na Vila de Vitória. Os sobrados encontrados nos inventários mostraram-se sempre bem valiosos, localizando-se em ruas importantes da Vila, tais como as Ruas Pernambuco, do Colégio e da Praia.³⁴⁹ Nesta última, por sinal, Jacinto Cordeiro de Sá detinha um sobrado que valia 580\$000 (quinhentos e oitenta mil réis). Já o de José Pedro Rangel situava-se na rua que dá para a Fortaleza de Nossa Senhora do Monte do Carmo, avaliado em 1:000\$000 (um conto de réis).³⁵⁰ Somente para efeito de comparação, esse era o mesmo valor do único engenho encontrado nos 18 inventários do período. Além disso, somando o valor dos três sítios de José Pedro Rangel, o total não chega à metade do valor de seu sobrado.

A atuação desses indivíduos possuidores de sobrados na realidade local era variada. José Pedro Rangel era dono de escravos e sítios, nos quais se encontravam senzalas, o que indica o uso da mão-de-obra cativa em suas propriedades rurais. Sua renda também dependia do aluguel de suas duas casas urbanas na vila de Vitória, ambas na Rua Pernambuco. Joanna da Vitória, também

³⁴⁷ MARINS, Paulo César Garcez. **A vida cotidiana dos paulistas**: moradias, alimentação, indumentária. Disponível em: <<http://www.terrapaulista.org.br/arte/arquitetura/saibamais.asp>>. Acesso em 07 dez. 2010.

³⁴⁸ ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Família, fortuna e poder no Império do Brasil**: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850). 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. p. 97

³⁴⁹ Sobre as principais ruas da Vila de Vitória, Cf. BASTOS, Fabíola Martins. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidades**: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872. 2009, 204 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo. 2009.

³⁵⁰ Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 03.

possuidora de sobrado, tinha sua renda baseada principalmente na atividade rural. Pertencia a ela a segunda maior escravaria encontrada nos inventários. Geralmente tais indivíduos também apresentavam entre suas posses as casas de vivenda, as quais se localizavam em suas propriedades rurais e estavam avaliadas com valores inferiores aos sobrados. Dona [?] dos Reis, possuidora da maior fortuna dos inventários, era uma das que combinava a posse do sobrado a uma casa no campo.

As riquezas encontradas no Espírito Santo eram inferiores às de outras capitânicas, tal como a Bahia, estudada por Kátia Mattoso.³⁵¹ Lá os proprietários de sobrados detinham, normalmente, um monte-mor avaliado na faixa dos 2 aos 10 contos de réis. Em sua análise, a autora associa o nível de riqueza e os bens de cada indivíduo, o que demonstra haver, no caso baiano, uma espécie de padrão quanto aos itens possuídos por cada categoria de fortuna. E de fato isso procede, sendo válido também para o caso espírito-santense, embora sejam necessárias as devidas adaptações.

O fato é que os elementos de diferenciação social eram semelhantes entre as diversas regiões da colônia, como no caso dos sobrados. Mas as cifras dos negócios e posses locais não podem ser meramente comparadas com as de outras capitânicas. Aqui, as posses dos proprietários de sobrados no fim do século XVIII partiam de 1:000\$000 (um conto de réis), algo bem inferior aos índices da Bahia. Por isso, é necessário fazer aproximações prudentes para verificar os fatores que interferem na composição de tais índices. No caso dos sobrados, provavelmente as elites locais tiveram que adaptá-los e não os erigirem com a mesma pompa das regiões mais ricas da colônia, tal como observou Saint-Hilaire no século XIX.³⁵² Ainda assim, isso não retirou a significação social que os sobrados carregavam consigo.³⁵³

Embora os imóveis urbanos, nos quais se incluíam sobrados, representassem uma importante fatia dos monte-mores, totalizando 2:236\$220 (dois contos, duzentos e trinta e seis mil e duzentos e vinte réis), eles estavam abaixo dos valores

³⁵¹ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. da col.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org. do vol.). **História da vida privada no Brasil: império**. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, v. 2, p. 144-179. p.160-161.

³⁵² SAINT-HILAIRE, 2002, p. 40-41.

³⁵³ Cf. FRYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

concentrados pela posse de escravos, responsável pela maior parte da riqueza local: 6:757\$920 (seis contos, setecentos e cinqüenta e sete mil e novecentos e vinte réis). Os escravos estavam entre os bens inclusive daqueles que não estavam ligados às atividades rurais, podendo desempenhar variadas funções, além de serem alugados a terceiros ou mesmo utilizados para o pagamento de dívidas.

As dívidas, por sinal, também faziam parte do cotidiano local. Em praticamente todos os inventários constavam dívidas a receber ou a pagar, isso quando não havia os dois. Considerando ambas as possibilidades foi levantado nos inventários um valor de 2:212\$625 (dois contos, duzentos e doze mil, seiscentos e vinte e cinco réis). Trata-se de um número considerável tendo em vista que a soma de todas as riquezas inventariadas equivale a 16:462\$628. As somas a pagar concentravam mais da metade do valor total de dívidas inventariadas. Entretanto eram montantes pequenos, presente em diversos inventários e pagos no momento da partilha dos bens do falecido. Esse foi o caso de José Pinto, cuja fortuna era de 75\$695 réis, uma das menores, e devia 3\$150.³⁵⁴

As dívidas maiores também existiam. Somados, os valores devidos por João Barcellos de Machado totalizavam 284\$503 réis. O sargento-mor Ignácio de Loyola, por sua vez, devia 204\$000 réis à inventariada Joanna.³⁵⁵ Entre aqueles que tinham dinheiro a receber, nenhum tinha a prática de emprestar dinheiro como sua principal atividade. Na verdade tais indivíduos praticavam atividades como a agricultura, o comércio, o fabrico de aguardente, entre outros. Emprestar dinheiro deveria ser tanto um complemento de seus ganhos, quanto uma ação de significação social, visto que o empréstimo poderia ser visto como sinal de riqueza daquele com condições de retirar de seus rendimentos recursos para auxiliar outrem.³⁵⁶

Interessante observar que em nenhuma ocasião os valores devidos foram superiores ao do monte-mor, valendo tal regra para as dívidas de todos os tamanhos. Outro ponto a ser considerado foi o fato das maiores dívidas encontradas estarem entre aqueles que tinham mais posses e, logo, mais condições de arcar

³⁵⁴ Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 01.

³⁵⁵ Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 12.

³⁵⁶ MATTOSO, 1997, v. 2, p.166.

com o compromisso. O endividamento era algo generalizado na colônia, fazendo parte do cotidiano não somente no Espírito Santo. Analisando a região de Campos dos Goitacases, no Rio de Janeiro, Sheila de Castro Faria³⁵⁷ demonstrou esse padrão, pontuando que o caráter de endividamento era tão geral que mesmo indivíduos de extratos mais baixos, como artesãos, eram freqüentemente credores, às vezes por serviços realizados e não pagos.

A escassez de meios circulantes, algo marcante no período colonial, era um fator que contribuía para essa disseminação do crédito. De acordo com Magnus Pereira³⁵⁸, para driblar tal problema, circulava, ao lado das poucas moedas, uma infinidade de créditos. Isso permitia a circulação de todo tipo de mercadorias, movimentando o comércio dos dois lados do Atlântico e nas mais modestas regiões da América portuguesa, nas quais se inseria o Espírito Santo. Ele indica ainda que essa função fundamental do crédito abarcava todos os níveis sociais e lugares onde houvesse comércio.

Considerando essa importância do crédito para o comércio, nada melhor para observar a questão do que a lista de débitos de uma loja. Com a morte de Cândida Rosa, seu viúvo procedeu ao levantamento dos bens, incluindo tanto as mercadorias de sua loja quanto imóveis, escravos e diversos objetos. Entre dívidas e valores a receber constam os nomes daqueles que estavam com valores em débito junto à loja. A lista envolve 45 nomes, muitos dos quais cativos, tais como Joaquim, escravo do Vigário, que devia \$800 (oitocentos réis), e Vitória, escrava do Capitão Rodriguez, devedora de 1\$920 (mil novecentos e vinte réis). Libertos, bem como homens e mulheres livres também faziam parte desse rol, demonstrando quão grande era o grupo que dependia do artifício do fiado. Os valores devidos na loja costumavam ser pequenos, girando a maioria em torno dos mil réis, pouco mais ou menos que isso.

³⁵⁷ FARIA, 1998, p. 178-186.

³⁵⁸ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; BORGES, Joacir Navarro. Tudo consiste em dívidas, em créditos e em contas: relações de crédito no Brasil colônia; Curitiba na primeira metade do século XVIII. **Revista de História**, n 162, p. 105-129, jan./jul. 2010, p. 106. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo>>. Acesso em 09 jan. 2011.

Além das mercadorias, havia indivíduos que recorriam à loja para obter empréstimos, tal como fizeram 31 pessoas. Os valores também eram pequenos, tendo o maior dos empréstimos o valor de 14\$340 réis. Mas Cândida Rosa era também devedora de uma determinada quantia, por sinal a maior entre todos os inventários. Seus débitos somavam pouco mais de um conto de réis (1:047\$463 réis), mas foram devidamente abatidas, pois seu monte-mor totalizava 1:714\$400 (um conto, setecentos e quatorze mil e quatrocentos réis). As dívidas altas se explicam talvez pelos investimentos para sortir a loja com mercadorias destinadas à venda. Ora, o adiantamento de mercadorias aos comerciantes para posterior pagamento era mais um desdobramento do cenário geral de crédito disseminado e endividamento da colônia, no qual o comércio local também se inseria.

O Quadro 1 expõe algumas das mercadorias disponíveis na loja de Cândida Rosa e seu esposo, bem como seus respectivos valores. Tratava-se de itens bastante variados e que requeriam o abastecimento externo, seja de outras capitânicas ou mesmo de fora da América. A especialidade da loja em questão são os tecidos, dos quais uma minoria está citada abaixo. São peças de várias origens, inclusive da Índia, local que produzia panos muito admirados pelos portugueses.³⁵⁹ Mas isso não excluía produtos como utilidades domésticas, pólvora, folhas para foto, artigos de prata, vinagre, vinho do reino e até mesmo carne do Rio Grande:

Quantidade	Item	Valor total em réis
50	Cortados de tafetá de seda	45.450
09	Cortados de cetim de Macau branco	15.200
10	Cortados de cambraia branca	18.500
268	Varas de fitas largas	56.280
67	Varas de fitas cor de rosa	3.420
01	Pilha de chita da Índia	2.800
04	Lenços vermelhos	6.000
83	Pilhas de veste de novos	105.600
14	Varas de pano Rei	4.480
05	Pares de meias de mulher	2.400
03	Dúzias de navalhas de barba	3.600
01	Milheiro de anzóis	4\$800
01	Barril de pólvora	40.000
08	Copos grandes – valor: 1\$280	1.280

³⁵⁹ Cf. ANTUNES, Luís Frederico Dias. A influência africana e indiana no Brasil, na virada do século XVIII: escravos e têxteis. In: FRAGOSO, João Luís... [et al.] (Org.), 2006. p. 137-164.

Quantidade	Item	Valor total em réis
08	Libras de pimenta do reino – valor: 4\$800	4.800
04	Arroubas de carne do Rio Grande	12.000
01	Pipa de vinho do Reino	28.000
30	Medidas de vinagre	6.000
04	Alqueires de sal	4.000
30	Folhas de foto	2.100
01	Canoa	5.000
04	Colheres de prata	3.400

QUADRO 1 – PRODUTOS DA LOJA DE CÂNDIDA ROSA

Fonte: Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1800.

Pode parecer estranho o fato de uma capitania sem ligações diretas com outros continentes apresentar produtos do reino e até mesmo do oriente numa loja de Vitória.³⁶⁰ Entretanto, a ligação, através da cabotagem, com o Rio de Janeiro permitia ao Espírito Santo ter acesso aos produtos que lá chegavam vindos do outro lado do Atlântico ou mesmo dos diversos mercados regionais internos da América lusa. João Fragoso³⁶¹ acentua esse papel carioca de ponto de encontro de diferentes rotas a partir do século XVIII. Seu porto era fundamental para o comércio externo com as diferentes partes do reino, bem como um crucial entreposto na redistribuição interna de diversas mercadorias. Isso explica, por exemplo, a carne do Rio Grande disponível na loja de Cândida Rosa.

3.4 FINALIZANDO

O Espírito Santo colonial comumente é apresentado como uma capitania pobre, um empreendimento fracassado, discrepante das grandes regiões exportadoras escravistas. De fato, isso não deixa de ser verdade em alguns aspectos, mas suscita a necessidade de entendermos a configuração específica do lugar. Se não era um exemplo de esplendor entre o Setecentos e o Oitocentos, o Espírito Santo apresentava suas marcas próprias, cuja trajetória se tentou delinear neste capítulo.

³⁶⁰ Prova dessa falta de ligação direta pode ser observada nas queixas do governador Silva Pontes, nomeado para o Espírito Santo em 1797, o qual expressava em diversas cartas o seu desejo e os seus esforços no sentido de restabelecer tal ligação. Cf. Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 06 doc. 39 A; Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 06 doc. 22 A.

³⁶¹ FRAGOSO, João Luis Ribeiro. Mercadores e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do império português (séculos XVI e XIX). **História: questões & debates**. Curitiba, v. 19, n. 36, p. 99-127, 2002, p. 118. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article>>. Acesso em 17 dez. 2010.

A partir da análise de inventários concernentes ao fim do século XVIII, foi possível observar aquilo que se produzia no ambiente local, bem como o caráter dos bens possuídos, a importância da mão-de-obra escrava para a composição das riquezas, além dos negócios de caráter mais urbano.

O que se encontrou foi a disseminação da posse de escravos, seja para o uso em atividades rurais ou não, além da produção agropecuária de itens bastante utilizados para o consumo interno (mandioca, banana, carne, etc.) e para a exportação (cana e seus derivados, algodão, etc.). Nesse item o Espírito Santo acompanhou a estrutura geral de produção com base escravista da América portuguesa.

Por outro lado, de latifúndios foram encontrados somente indícios, embora se saiba que eles existiam, notadamente ao sul e à oeste de Vitória. No geral, o grosso da produção rural encontrada nos inventários saía de sítios, não devendo ser subestimada a importância de tais propriedades. Vale lembrar que a família de Joanna da Victória, cujos filhos ocuparam importantes cargos administrativos no Espírito Santo, era dona de um sítio e não de dilatadas propriedades. Nesse particular, a capitania do Espírito Santo reforça a hipótese de Schwartz quando questiona a tese geral de Caio Prado a respeito do tripé da produção brasileira, a saber, latifúndio, produção exclusivamente voltada para a exportação e escravidão. Outros lugares do Brasil floresceram com produção de alimentos, e isso a historiografia mais recente abunda de exemplos.

É verdade que o cultivo de produtos para o abastecimento interno podia ocorrer em grandes extensões de terra, tal como comprovam as estâncias gaúchas. No entanto, a capitania do Espírito Santo introduz a posse menos larga de terras como característica de base das riquezas locais. O que não significa, porém, grande distância do que se observa no restante da colônia lusitana. Elementos como a propriedade de terras e sobrados, escravos, disseminação do endividamento, entre outras marcas da sociedade colonial brasileira, também fizeram parte da realidade do Espírito Santo de então. Obviamente que isso se deu com as devidas peculiaridades, tanto que os parâmetros de riquezas e posses encontrados não podem ter suas cifras comparadas com as demais zonas da colônia. O caso dos sobrados locais discutidos no presente capítulo, cujos proprietários eram menos

abastados em relação aos da Bahia, é muito significativo no sentido dessas especificidades.

Chama atenção nos inventários analisados o fato de bens com pequeno valor também entrarem na partilha. Dito de outro modo, o fato é que além de plantações, terras e escravos, encontram-se nos registros em questão artigos como: *uma toalha velha em pano e outra toalha furada*³⁶². Os exemplos não são poucos: chapéus, facas, meias, lenços, entre outros, também eram avaliados. Novamente a Capitania do Espírito Santo pode elucidar elemento essencial na formação de riquezas. Diante das maiores dificuldades de crédito, a herança, mesmo a mais modesta, tornava-se alvo de partilha parcimoniosa. Isso demonstra o quanto era difícil acumular alguma riqueza no Espírito Santo colonial. Aqueles que morriam não conseguiam deixar grandioso patrimônio, ao passo que seus herdeiros precisavam realizar a partilha de objetos muitas vezes considerados ínfimos em relação aos bens mais valiosos.

Os dados encontrados geraram a necessidade de desnudar de que modo a realidade local se configurava em relação ao funcionamento da colônia entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX. Em relação ao conjunto formado por suas capitanias, a colônia já foi chamada de *quebra-cabeças*, de *arquipélago*³⁶³ de *mosaico*³⁶⁴, entre outros termos. Independente de qual seja o mais apropriado, o fato é que o Espírito Santo fazia parte dessa complexidade. Para conhecer isso mais a fundo, o próximo capítulo tentar captar qual o papel espírito-santense em meio à economia da América portuguesa.

³⁶² Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventário 13.

³⁶³ Cf. CARVALHO, José Murilo de. Federalismo y centralización en el Imperio brasileño: historia y argumento. In: Marcello Carmagnani (org.). **Federalismos Latinoamericanos: México/Brasil/Argentina**. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993, p. 54.

³⁶⁴ Cf. FRAGOSO, 1998.

4 O ESPÍRITO SANTO E SEUS ESPAÇOS ECONÔMICOS

4.1 DADOS SOBRE A ECONOMIA LOCAL

No capítulo anterior foram expostas algumas das principais marcas da estrutura produtiva local durante o século XVIII. Destacou-se a base produtiva no cultivo de gêneros diversificados tocado por mão-de-obra escrava crioula, com escravarias comumente menores que uma dezena indivíduos. Cumpre agora discutir outros aspectos que, elucidados, contribuirão para a melhor compreensão da economia colonial do Espírito Santo no período posterior à expulsão dos jesuítas em 1759. Antes mesmo da referida expulsão, entretanto, o relato do ouvidor Francisco Salles Ribeiro datado de 1754 revela traços da economia espírito-santense no período. A Tabela 7, exposta abaixo, apresenta algumas das características do rendimento de suas vilas no ano de 1752:

TABELA 7 – ARREMATACÕES DOS CONTRATOS REAIS NO ESPÍRITO SANTO EM RÉIS (1752)³⁶⁵

Vilas	Itens					Totais
	Subsídios	Aguardentes	Enrolamento do pano de algodão	Teares de tecer algodão	Outros contratos pequenos	
Vitória	500\$330	122\$000	40\$000	12\$340	22\$480	697\$150
Espírito Santo*	25\$000	25\$000	--	6\$980	--	56\$980
Guarapari	--	45\$640	--	--	--	45\$640
São João da Barra**	--	158\$000	--	--	--	158\$000
São Salvador de Campos **	--	474\$860	--	--	--	474\$860
Totais	525\$330	825\$500	40\$000	19\$320	22\$480	1:432\$630

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 04 doc. 17.

* Também denominada como Vila Velha.

** Vilas que compunham a região de Campos, atualmente pertencente ao Rio de Janeiro, e à época subordinadas à comarca do Espírito Santo.

Dando significativo salto temporal, encontramos em 1790 o relato do então capitão-mor do Espírito Santo, Ignácio João Monjardino. Em seus escritos constam informações ao rei de Portugal no sentido de elucidar o cenário local, apresentando,

³⁶⁵ Os dados das vilas de São João da Barra e São Salvador de Campos constam na Tabela 7, pois foram objetos da descrição do ouvidor Francisco Salles Ribeiro. Na verdade, entretanto, tais vilas estavam submetidas à comarca sediada em Vitória, o que não se estendia ao aspecto administrativo. Assim, incumbências como a arrecadação de tributos e a arrematação de dízimo não eram incumbências do governo do Espírito Santo, à época sujeito ao da Bahia.

entre diversos aspectos, alguns apontamentos acerca da economia, da população e do quadro físico do lugar. Baseando-se em tais dados, foi possível montar o Quadro das exportações da Vila de Vitória no ano de 1790:

Produto	Quantidade	Unidade de medida	Valor unitário em réis	Total
Varas de pano de Algodão	276.800	Vara	\$80	22:144\$240
Algodão aberto	5.100	Arroba	3\$000	15:300\$000
Açúcar	4.877	Arroba	1\$000	4:877\$000
Milho	8.000	Alqueires	\$200	1:600\$000
Arroz	3.000	Alqueires	\$240	720\$000

QUADRO 2 – EXPORTAÇÕES DA VILA DE VITÓRIA NO ANO DE 1790

Fonte: Informação do capitão-mor Ignácio João Monjardino sobre a capitania do Espírito Santo em 1790.

Tratam-se de extratos numéricos retirados de fontes com características diferenciadas entre si. No primeiro caso são utilizados contratos de arrematação de impostos, os quais representam estimativa da produção e, logo, projeção da tributação que será arrecadada. Já no segundo caso, temos um relato que, embora se refira às demais vilas, apresenta dados econômicos concretos somente para Vitória, cabeça da comarca. Apesar das discrepâncias, o exame das duas fontes permite vislumbrar alguns dos principais itens produzidos e seus valores, além de aproximar-se da realidade então vivenciada em termos de situação econômica.

Conforme fora indicado no primeiro capítulo, a arrematação de contratos era algo comum na América portuguesa. Com tal prática a coroa cedia a particulares a prerrogativa de cobrar impostos e direitos, poupando o trabalho e os custos de fazê-los em um território tão vasto quanto o Brasil.³⁶⁶ Lembrando que o dízimo, imposto equivalente à décima parte de toda a produção e rendimentos, não era arrecadado em favor da Igreja, mas sim do monarca, tido como Mestre da Ordem de Cristo.

As cifras apresentadas na Tabela 7 expressam os valores anuais de cada contrato. Tais instrumentos foram firmados em 1752, tendo validade pelo triênio que se

³⁶⁶ OSÓRIO, 2001, p. 110.

encerrou em 1754, ano do relato do ouvidor Francisco Salles Ribeiro.³⁶⁷ Desse modo, para chegar ao total arrecado no período, basta multiplicar os valores por três. Um ponto importante a ser considerado são as ressalvas que tais contratos trazem consigo quanto ao seu uso como fontes históricas. Teoricamente, os índices da Tabela equivalem a 10% do total produzido, tendo em vista se tratarem de dízimos. Mas o fato é que os números em questão revelam o valor da arrematação, representando a estimativa do total produzido, mas não o seu valor exato. Ainda assim, tais registros são importantes instrumentos para, ao menos, aproximar-se da produção total daqueles produtos. Stuart B. Schwartz sabe das limitações, mas reconhece a utilidade que esses documentos representam para o estudo do nosso passado colonial, tão carente de fontes:

Os contratos do dízimo são antes uma estimativa, feita por alguém bem informado, do valor da produção. O contratador tinha uma idéia aproximada da produtividade da região, mas não podia prever secas, inundações ou guerras. [...] Embora o dízimo não seja uma medida substitutiva da produção, é uma indicação do valor provável desta última, baseado na melhor estima de um observador interessado [o arrematante] e, como tal, é um índice razoavelmente bom da situação econômica.³⁶⁸

Abordando os dados apresentados na Tabela, chama a atenção o destaque da aguardente, tanto pelos seus valores quanto pela sua constância nas vilas locais. Na cidade de São Paulo, mais expressiva em relação a Vitória no que tange à produção para o abastecimento³⁶⁹, os valores de arrematação dos contratos oscilaram entre 52\$100 réis e 84\$000 réis entre os anos de 1766 e 1767,³⁷⁰ algo inferior aos índices da mais importante vila do Espírito Santo com seu contrato de aguardentes estabelecido em 122\$000 réis. Embora com menor expressividade, as câmaras das vilas de Guarapari e Espírito Santo também apresentavam seus contratos de aguardentes.

Na capitania, a produção e consumo do produto geraram correspondências trocadas com o reino. Numa delas o homem de negócios Domingos Bernardes solicitou ao rei

³⁶⁷ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 04 doc. 17.

³⁶⁸ SCHWARTZ, 1988, p. 154.

³⁶⁹ Cf. MONTEIRO, 1994; BLAJ, Ilana. **A trama das tensões**: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, FAPESP, 2002.

³⁷⁰ MOURA, Denise A. Soares de. Poder local e o funcionamento do comércio vicinal na cidade de São Paulo (1765-1822). **História**, São Paulo, v.24, n.2, p. 261-290, 2005. p. 277. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v24n2/a11v24n2.pdf>>. Acesso em 07 mar. 2011.

D. João V, em 1734, licença para descarregar 600 pipas³⁷¹ da bebida na Ilha dos Açores. Diante das enchentes ocorridas nas lavouras canavieiras da Ilha, relata Bernardes, a produção do gênero não supriria a demanda do lugar. O negociante utiliza alguns argumentos para realçar a importância da aguardente até mesmo para o processo de colonização: “aos vassalos da conquista se lhe segue utilidade grande; porque fazendo-se [sic] este gênero quase preciso para os negros que se costumam ocupar nas lavouras.”³⁷²

No Espírito Santo a produção de aguardente envolvia também os padres jesuítas. A análise de registros do século XVIII indica esse fato, apontando ser a fazenda jesuítica denominada Araçatiba, na vila do Espírito Santo, o principal centro dessa produção. Queixavam-se as autoridades da época sobre o fato dos ditos padres controlarem a navegação do rio Jucu, importante curso para o escoamento de gêneros agrícolas em direção a Vitória. Tal controle, ao mesmo tempo em que punha em posição de vantagem a comercialização do destilado pelos religiosos, dificultava os negócios dos demais produtores. O documento questiona ainda o próprio funcionamento do sistema colonial, que concede determinadas isenções de tributos à Companhia de Jesus, prejudicando “[...] os interesses da Fazenda Real [...]”³⁷³.

Discutindo aspectos ligados ao consumo etílico na colônia, Ricardo Luiz de Souza, indica haver certa dicotomia entre os grandes engenhos, dedicados majoritariamente ao açúcar, e as pequenas moendas, que, sem a aparelhagem e os capitais necessários à produção açucareira, voltavam-se para a fabricação de rapadura e cachaça, em sua maior parte destinadas ao mercado interno.³⁷⁴ Derivando-se disso, ocorreu uma espécie de especialização de algumas regiões na produção de aguardente entre os séculos XVIII e XIX, tais como Campos e algumas regiões de

³⁷¹ A pipa era uma unidade de capacidade líquida, comumente utilizada em Portugal para armazenar vinhos. Com a expansão marítima portuguesa e a crescente produção de aguardente em seus domínios, tal unidade passou a ser utilizada também para o produto. Em Portugal e no Brasil uma pipa equivalia a 500 litros. Cf. SPIX; MARTIUS. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. -. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1938. v. 2. p. 297.

³⁷² Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 02 doc. 94.

³⁷³ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 02 doc. 24 A.

³⁷⁴ SOUZA, Ricardo Luiz de. Cachaça, vinho e cerveja: da colônia ao século XX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 56-75, jan-jun. 2004. p. 57.

Minas Gerais e do Rio de Janeiro. Essa produção abastecia não somente os mercados locais, sendo utilizada também como moeda de troca no ativo comércio de escravos.³⁷⁵

Tal como se observa nos escritos de Domingos Bernardes e em outras referências, mais do que subsidiar o comércio de escravos, a aguardente funcionaria como uma espécie de agrado à mão-de-obra cativa. Em seus escritos Charles Boxer³⁷⁶ também reconhece essa dimensão da qual se revestia a bebida, coadunado com Câmara Cascudo: “No período colonial, a bebida usual era mesmo a cachaça, oferecida aos escravos como incentivo ao trabalho, vista como fortificante ou mesma dada como prêmio em ocasiões tidas como meritórias”.³⁷⁷ Mas seria um erro tratá-la como algo de consumo exclusivo dos escravos, visto que era item bastante difundido na América portuguesa. Foi a ela que Frei Vicente de Salvador aludiu no início do século XVII em sua *História do Brasil*: “Vinhos? De açúcar se faz muito suave, [...] embebeda como o de uvas [...]”.³⁷⁸

Já foi dito no capítulo anterior que os inventários da capitania sugerem ser a produção de aguardente mais comum que a do açúcar em fins do século XVIII. José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo (1753-1830), também conhecido como Monsenhor Pizarro, redigiu entre os séculos XVIII e XIX as muito citadas *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Em tal obra, refere-se também, e largamente, a outras capitanias. Sobre a “cultura da cana doce” no Espírito Santo aponta Pizarro: “[...] trabalhada para açúcar em 60 engenhos, e para aguardente em 66 fábricas semelhantes [...]”.³⁷⁹

³⁷⁵ Cf. LOBO, 1978; FRAGOSO, 1998; ANDRADE, Leandro Braga de. **Senhor ou camponês?** Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820:1850. 2007. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte;

³⁷⁶ BOXER, 1969, p. 172.

³⁷⁷ CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1983. p. 220.

³⁷⁸ SALVADOR, Vicente do. **História do Brasil**: 1500-1627. 5. ed. - São Paulo: Melhoramentos, 1967. p. 76.

³⁷⁹ PIZARRO E ARAUJO, Jose de Souza Azevedo. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820-1822. Reedição: Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. p. 23; Cf. também SAINT-HILAIRE, 2002, p. 15.

O fato é que a aguardente tinha seu lugar entre os variados produtos que, embarcados nas capitâneas, chegavam ao porto carioca no Setecentos. O Espírito Santo integrava essa dinâmica de modo substancial. Embora não tenhamos dados para os desembarques da aguardente local no Rio de Janeiro em fins do século XVIII, sabe-se que em princípios do Oitocentos estávamos entre os principais abastecedores do gênero na praça carioca. De acordo com os dados disponíveis nos arquivos da Biblioteca Nacional, analisados por Fragoso para o caso fluminense, e reinterpretados para o presente estudo, entre os anos de 1812 e 1817, do quantitativo total de aguardente desembarcada no Rio de Janeiro, a participação do destilado originário do Espírito Santo variou entre 11,2% e 21,1%.³⁸⁰

Tais índices trazem consigo alguns traços interessantes. Em 1812, por exemplo, mesmo com apenas 13 embarcações enviadas, o Espírito Santo foi o responsável por 15,7% da aguardente desembarcada no Rio de Janeiro. Enquanto isso, o norte fluminense, com quase dez vezes mais embarcações (116), representava 27,3% da aguardente lá desembarcada. De qualquer modo, estávamos à frente de centros como São Paulo e Cabo Frio no que tange ao produto em questão.³⁸¹ Assim, os relatos de indivíduos contemporâneos àquele período, neste caso Saint-Hilaire e Pizarro, encontram comprovação nos dados relativos às exportações recebidas pelo porto carioca.

Estranho é o fato da aguardente, importante em meados do século XVIII e nos primeiros anos do século XIX, não constar entre os itens exportados por Vitória de acordo com o levantamento de Monjardino. O fato dela não figurar no quadro das exportações suscita algumas possibilidades. Uma delas seria a queda da produção nas proximidades de 1790, o que retiraria a expressividade da bebida frente aos demais itens. Além disso, a sua fabricação e comercialização vez ou outra eram combatidos por meio de repetidas medidas restritivas da coroa. Mesmo com o poder real argumentando sobre os problemas do embebedamento na colônia, algumas obras que mencionam a questão afirmam que, para Portugal, a aguardente representava, antes de tudo, uma grande concorrente ao comércio metropolitano de

³⁸⁰ ENTRADAS de cargas no porto do Rio de Janeiro. **Gazeta do Rio de Janeiro**, 1812. In: FRAGOSO, 1998, p. 106-108.

³⁸¹ *Ibid.*, 106-108.

vinhos.³⁸² Nesse sentido, as variações quanto aos negócios ligados a tal bebida eram habituais, podendo interferir na produção, mas não a cessando.

4.2 DE ALGODÃO A ALIMENTOS

Mas não somente de aguardente viveu a economia local entre a segunda metade do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX. Artigo presente nas duas fontes citadas no princípio do capítulo, o algodão e seus derivados ocupavam importante lugar na estrutura produtiva local. Para a compreensão da expansão da cultura algodoeira no Espírito Santo e no Brasil, cumpre inicialmente lembrar o contexto de diversificação agrícola ocorrida na América portuguesa durante o período.

Com a chegada do marquês de Pombal ao posto de primeiro ministro em Portugal em 1750, modificam-se diversas estratégias e diretrizes do Estado. Quanto ao aspecto econômico, um dos mais notáveis traços foi o estímulo à diversificação da produção agrícola. De acordo com Fábio Pesavento, podia-se, com a diversificação da pauta de exportação, “[...] suprir a pequena indústria portuguesa com matérias-primas a baixo preço, reduzindo custos e aumentando a competitividade daquelas fábricas frente às inglesas”.³⁸³ Na prática, sementes e plantas eram enviadas de Portugal para serem aqui cultivadas, quando não se tratavam de espécies nativas. Além disso, bons preços eram pagos por tais itens, assim como era fornecido apoio técnico e isenção de impostos e taxas.³⁸⁴ Vera Ferlini resume o processo:

O estímulo à agricultura tornou-se o esteio da nova política econômica, com surpreendentes resultados no Brasil. Produtos para re-exportação pelo Reino (açúcar, cacau, tabaco), alimentos para a população metropolitana (arroz), e matérias-primas para as manufaturas (algodão, couros) enlaçam agricultura e indústria [...] A criação de companhias de comércio privilegiadas fechava o circuito, pois aproximava os espaços coloniais metropolitanos, redesenhando uma nova configuração para o Império Luso-

³⁸² TAUNAY, Affonso de E. **História das bandeiras paulistas**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, s.d. p. 29; COARACY, Vivaldo. **O Rio de Janeiro no século XVII**. Rio de Janeiro: Liv. Jose Olympio, 1944. p. 142.

³⁸³ PESAVENTO, Fábio; MONTEIRO, Sérgio. **Jogos coloniais: mudança institucional e desempenho econômico, o caso da diversificação agrícola no Rio de Janeiro – 1750-1800**. Trabalho Apresentado no XXXIV Encontro Nacional de Economia, Salvador, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A025.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2011.

³⁸⁴ Cf. WEHLING, Arno. O açúcar fluminense da recuperação agrícola do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro: RIHGB. v. 337, p. 7-18, out./dez. 1982; _____. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. **RIHGB**, Rio de Janeiro: RIHGB, v. 316, p.170-279, jul./set. 1977.

Brasileiro: ações conscientes e objetivas que tornaram Portugal ainda mais dependente do espaço colonial.³⁸⁵

Ferlini é clara quanto à finalidade do algodão: servir de matéria-prima para as manufaturas. Autores diversos já sinalizaram para a questão da expansão do produto no Brasil do século XVIII. De acordo com Ciro Cardoso³⁸⁶, num século marcado pela diversificação das culturas agrícolas, o algodão se fazia presente de norte a sul da colônia. No nordeste essa importância é sinalizada pelo artigo de Helder Macedo³⁸⁷, o qual aponta para a maior notoriedade adquirida a partir da década de 1770, quando tradicionais fornecedores do mesmo para o mercado inglês (Estados Unidos, Haiti e São Domingos) tiveram sua produção desestabilizada, abrindo espaço para o fortalecimento do Brasil como exportador de algodão.³⁸⁸

Tal como no caso da aguardente, a cultura algodoeira apresentava indícios de sua notoriedade nos inventários locais. Vimos no capítulo anterior casos como os de Joanna da Vitória e Margarida Monteiro, as quais estavam entre os maiores proprietários de escravos locais e detinham lavouras de algodão entre os negócios listados em seus respectivos inventários. Se é certo que fatores externos beneficiaram a produção da América, os dados encontrados para o caso do Espírito Santo demonstram que o algodão já tinha sua importância desde a década de 1750.

A Tabela 7 demonstra que, na Vitória de meados do século XVIII, as taxas sobre o enrolamento do pano de algodão e sobre teares destinados a tecelagem com a fibra já ajudavam a compor a arrecadação local. Entre 1752 e 1754, os valores anuais levantados com as arrematações dos negócios ligados ao beneficiamento do algodão somaram 52\$340 réis na vila de Vitória e 6\$980 réis na vila do Espírito Santo. Mesmo se tratando de montantes inferiores em relação aos observados para

³⁸⁵ FERLINI, Vera Lucia Amaral. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). **Anais do museu paulista**. v.17, n.2, p. 237-250, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em 10 mar. 2011.

³⁸⁶ CARDOSO, 1996, p. 115.

³⁸⁷ MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Índios e mestiços no sertão da capitania do Rio Grande do Norte** (séculos XVIII-XIX). Trabalho Apresentado no XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Trabalhos>>. Acesso em 09 mar. 2011.

³⁸⁸ Os Estados Unidos não conseguiram atender as necessidades crescentes da Revolução Industrial em virtude da guerra de Independência ocorrida no país a partir da década de 1770, a qual abalou sua produção. Já Haiti e São Domingos, por sua vez tiveram que se debater com as lutas de independência na última década do Setecentos.

a aguardente, chama atenção a presença de tais manufaturas no ambiente estudado.

Para a coroa, aqueles teares eram interessantes para produzir as vestimentas necessárias à população local ou mesmo para agregar valor às suas exportações. Embora não seja produção das mais expressivas, a presença dessas pequenas fábricas no ambiente em questão é algo revelador, notadamente se considerarmos que o Espírito Santo vez ou outra é apresentado como um centro sempre atrasado em relação às principais tendências e movimentos econômicos vivenciados pelo restante da colônia. Inegável a contribuição dos acontecimentos internacionais, a partir da década de 1770, para a expansão da cultura algodoeira, mas a dedicação a tais lavouras em solo espírito-santense já existia antes disso, incentivada, e não principiada, a partir do contexto externo.

O Quadro 2, elaborado a partir do relato de João Monjardino, demonstra salto impressionante quanto à produção do algodão pela vila de Vitória. Em 1790, foram exportadas 276.800 varas de algodão, vendidas a \$80 réis a unidade, produzindo rendimento total de 22:144\$240 (vinte e dois contos, cento e quarenta e quatro mil, duzentos e quarenta réis). Já o algodão aberto, comercializado a 3\$000 a arroba, rendeu 15:300\$000 (quinze contos e trezentos mil réis). Só para termos uma noção da expressividade desses dados, o açúcar era comercializado a 1\$000 réis, ou seja, três vezes mais barato que o algodão aberto. Como consequência, o algodão teve 5.100 arrobas exportadas, ao passo que o açúcar, tradicional cultura local, resultou na exportação de 4.877 arrobas.

Nesse período entre 1752 e 1790, anos tomados como referências para a tabulação dos dados discutidos, ocorreram diversas modificações na legislação imperial portuguesa em decorrência de reformas administrativas inauguradas por Pombal. Uma das mais importantes dessas medidas foi o Alvará de 1785, proibindo a existência de manufaturas têxteis na colônia brasileira. O documento real foi transcrito por Fernando A. Novais:

[...] Aumentando o número de fabricantes, diminui inevitavelmente o de cultivadores; aduzindo-se logo que diminuem também os braços para o desbravamento dos extensos domínios ainda incultos, deixando de prosperar as sesmarias, doadas aliás à condição de que se cultivem [...].

Ora, verdadeira riqueza são os frutos da terra, que se não obtém senão pelas fainas agrícolas ou mineradoras. [...] [Assim,] manda [o soberano] extinguirem-se todas as fábricas, manufaturas ou teares de galões, de tecidos ou de bordados [...]. Excetuando tão somente as fazendas grossas de algodão para uso dos negros e enfardamento de fazendas.³⁸⁹

De acordo com a argumentação de Novais, o desenvolvimento manufatureiro de Portugal ensejado na era pombalina não podia prescindir do mercado colonial. E o que se observava na época eram mostras, ainda que frágeis, de tendências ao desenvolvimento econômico autônomo da colônia em relação à metrópole. Isso ocorria tanto pelo desenvolvimento manufatureiro local, quanto pelo contrabando de determinados produtos para o Brasil, envolvendo quase sempre ingleses. O decréscimo das exportações para a colônia naquele contexto era o principal sinal desse fato, fazendo urgir medidas da coroa.³⁹⁰

De fato, essa e outras medidas se enquadram nos esforços portugueses para fortalecer a sua indústria, surtindo, no conjunto e em longo prazo, efeitos positivos.³⁹¹ A repercussão do referido alvará sobre a colônia deve ser observada com cautela, visto que muitos dos teares aqui existentes tinham uma produção bastante rudimentar, voltada principalmente para a demanda por tecidos grosseiros para escravos ou mesmo para as camadas livres inaptas para a aquisição dos artigos importados, justamente o que se permitia no alvará.³⁹² Ainda assim, é impossível negar que tal determinação por si só já limitava iniciativas no sentido de um maior desenvolvimento dos têxteis locais, algo iminente diante da expansão das lavouras de algodão.

Não são muitos os trabalhos que detalham a diversificação agrícola do século XVIII, o que gera dificuldades para a compreensão do desenvolvimento exato de cada uma das culturas agrícolas incentivadas no período. Ainda assim, seguindo as idéias de Warren Dean, sabe-se que o algodão, tal como o cacau, era coletado desde os

³⁸⁹ NOVAIS, Fernando Antônio. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII. **Revista de História**, n. 142, p. 213-237, 2000. p. 218. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo>>. Acesso em 18 dez. 2010.

³⁹⁰ NOVAIS, 2000, p. 218-219. Sobre o tema ver também: BRITO, Lemos. **Pontos de partida para a história econômica do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980; LIMA, Heitor Ferreira. **Formação industrial do Brasil: período colonial**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

³⁹¹ Cf. PEREIRA, Valter Pires. Vésperas da transferência. **Dimensões** – Revista de História da Ufes, Vitória, v. 4, p. 159-181, 1995.

³⁹² NOVAIS, op. cit., p. 230-231, nota 389.

primeiros séculos, não sendo, porém, sistematicamente e em grande escala plantado.³⁹³ Concentrando-se no caso de São Paulo, Sérgio Buarque de Holanda³⁹⁴ indica que já havia produção artesanal e doméstica de tecidos na capitania desde o século XVI. No século seguinte, acompanhando a difusão dos algodoais e dos rebanhos e ovelhas, essas atividades se intensificaram, tendo sua produção voltada principalmente para vestir escravos e índios aldeados. Já no decorrer do Setecentos, os tecidos daquela região eram inclusive vendidos em outras áreas da colônia.

No Espírito Santo de 1790 o algodão continuava processado e exportado, mas com menor valor agregado. Ou seja, se a produção dos teares de meados do século era importante propriamente para a vestimenta da população, na última década do século XVIII a cultura algodoeira servia para abastecer a demanda da exportação, algo em consonância inclusive com o alvará de 1785. Isso demonstra que os produtores locais lidavam com o cenário de valorização de tal artigo da maneira mais adequada possível: aumentando suas lavouras e municiando o anseio do mercado.

A produção de alimentos também se diversificou na segunda metade do século XVIII. Enaile Carvalho³⁹⁵ já havia lançado essa idéia ao analisar a virada para o século XIX, fazendo a devida ressalva: “[...] assevera-se que, não se trata de uma lavoura voltada apenas para a subsistência local, mas sim, destinada também aos mercados consumidores da colônia”. Novamente recorrendo aos escritos de Warren Dean,³⁹⁶ o fato é que, em Portugal, se fortaleceram as tentativas de aproveitar mais racionalmente, com o apoio da ciência, os recursos botânicos do império. Na segunda metade do século XVIII, as iniciativas científicas caminhavam paralelas a outras medidas oficiais de estímulo a produtores:

³⁹³ DEAN, Warren. **A botânica e a política imperial**: introdução e adaptação de plantas no Brasil colonial e imperial. Trabalho apresentado no Instituto de Estudos Avançados da USP, São Paulo, 1989. Disponível em: <www.iea.usp.br/artigos>. Acesso em 12 mar. 2011. p. 3.

³⁹⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. p. 250-253.

³⁹⁵ CARVALHO, 2010. p. 143.

³⁹⁶ DEAN, op. cit., p. 6, nota 393.

Foi abolida a exclusividade da exportação do tabaco anteriormente outorgada a Salvador. O arroz e o trigo, já aclimatados no Brasil, ganharam isenções de direitos na esperança de que pudessem suprir a metrópole, cuja produção era sempre deficitária. O cânhamo, que fornecia a melhor qualidade de cordagem para a construção naval, já introduzido sem sucesso múltiplas vezes no Brasil, finalmente vingou em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Agora a ciência e a atuação oficial funcionaram juntas.³⁹⁷

Filiando-se a tal contexto, expandia-se a produção local de alimentos. O milho, que juntamente ao feijão, à farinha e outros, pode ser considerado um alimento básico, estava entre os itens exportados pelo Espírito Santo em 1790, num total de 8.000 alqueires. Da mesma maneira estava o arroz, com seus 3.000 alqueires exportados e um rendimento de 720\$000 réis. Esse artigo, porém não é considerado um alimento básico, visto que, tal como se observa tanto na citação acima, quanto nos escritos Ferlini, os arrozais visavam suprir a metrópole, cuja produção era sempre deficitária.³⁹⁸ A partir da análise dos inventários, no capítulo anterior, notou-se que a produção de mandioca fazia parte do cotidiano local, embora não apareça na pauta de exportações de 1790. Parece tratar-se de um gênero utilizado primordialmente para o consumo local, tal como ocorria em grande parte da América portuguesa.

Esses esforços lusitanos para uma exploração mais racional dos recursos de seu império trouxeram levaram à diversificação da agricultura e ao fortalecimento dos negócios ligados à produção para a exportação. Tal processo adentrou no século XIX, sendo alvo de importantes ações das autoridades locais. Em 1800, por exemplo, o então governador Silva Pontes enviou ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho (conde de Linhares), sementes de árvores típicas do lugar, mostras de algodão, bem como cochonilhas³⁹⁹ para Antônio Martins Seixas, a fim de realizar estudos de botânica.⁴⁰⁰

³⁹⁷ DEAN, 1989. p. 7.

³⁹⁸ FERLINI, 2009, p. 242.

³⁹⁹ Tinta preparada a partir de um inseto com o mesmo nome, o qual vive e se desenvolve nas palmas de certos cactos, a cochonilha despertou o interesse dos Europeus, notadamente a partir do século XIX. Os tintureiros buscaram utilizá-la no tingimento de lã, algodão, linho e seda, entre outros fios.

⁴⁰⁰ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 06 doc. 22 A.

Analisando a lucratividade do comércio português na revenda ou reexportação de produtos brasileiros, José Jobson Arruda⁴⁰¹ fornece subsídios para que se conheça quais produtos eram mais valorizados na época. De acordo com seus estudos, o açúcar branco, por exemplo, apresentava em 1796 uma lucratividade de 41,7% para os portugueses. A aguardente, por sua vez, gerava um lucro de 51%. Nenhum dos dois itens, porém, tinha a lucratividade do algodão, com seus 64,58%. Interessante observar que alguns produtos em especial tinham lucratividade ainda maior, como o arroz, que apresentou no ano em questão 101,29% de lucro. Novamente, fica clara a ligação da produção do Espírito Santo às demandas do mercado do império português, dada a dedicação dos produtores locais a culturas agrícolas mais requisitadas e com maiores lucratividades.

Havia o fomento real no sentido de incentivar a diversificação da produção, mas muito ainda faltava à época da virada para o século XIX. Silva Pontes sinalizou para as dificuldades vividas por aqueles que não lidavam com artigos destinados à exportação: “[...] se vão passando com dificuldade os que não têm por objeto açúcar, anil, alambiques ou algodão [...]”.⁴⁰² A grande problemática então identificada pelo governador residia na falta de compradores, da própria capitania, para a produção local. No mesmo documento, suas palavras sobre a colheita são: “[...] será penoso dar consumo [...]”.

Ora, como se observa, a produção de alimentos se expandiu, gerando a necessidade de remeter as colheitas para fora do Espírito Santo, saída lógica diante das circunstâncias. Grande empolgação local foi gerada quando, em 1801, o bergantim denominado Vitória partiu da Capitania em direção ao Rio de Janeiro, de onde rumaria em comboio para Lisboa, levando os restos da colheita do ano anterior. Silva Pontes escreveu ao conde de Linhares para

[...] rogar que se sirva de proteger essa primeira tentativa de comércio direto, que já teve esta mesma capitania com a metrópole, e que com

⁴⁰¹ ARRUDA, 1988. [online]. Também podem fornecer subsídios sobre o tema: _____. **O Brasil no comércio colonial**. São Paulo: Ática, 1980; PRADO JR., 1981, entre outros.

⁴⁰² Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 06 doc. 22 A.

gravíssimo detrimento dela se interrompeu, não ficando mais testemunho da sua antiga existência [...].⁴⁰³

Novos ventos de fato pareciam soprar sobre a capitania. Como se nota, a expansão da produção de itens como o algodão, o arroz e o milho foi um importante componente para as transformações vivenciadas pela economia local a partir da segunda metade do século XVIII. Pelo que foi visto até aqui, deve estar claro que Vitória e seu entorno concentravam a maior parte da dinamicidade econômica local. A produção era variada e realizada predominantemente em sítios. A mão-de-obra escrava crioula, importante componente daquele contexto, distribuía-se em escravarias com poucos cativos. O principal destino das colheitas saídas da dita Vila era o porto carioca, sendo o restabelecimento do comércio direto com a Europa um fato que começava a se concretizar na virada para o século XIX.

4.3 CONHECENDO O NOSSO MOSAICO

Se Vitória era a mais importante das vilas locais, o norte do Espírito Santo vivenciava uma ocupação e exploração mais lenta. É verdade que há aproximadamente 6 léguas ao norte de Vitória estava a Vila de Nova Almeida, antigo aldeamento dos jesuítas, antes chamada de Reis Magos. A vila exportava para Vitória itens como algodão, milho, feijão, farinha, madeiras e pescado.⁴⁰⁴ Mas isso era pouco frente ao vasto território por desbravar.

As margens do rio Doce, possível ligação entre o Espírito Santo e Minas Gerais, estavam praticamente inabitadas ainda no início do século XIX. Os esforços da coroa passaram a ser mais sistematizados somente a partir do Oitocentos. Medidas como a doação de sesmarias, a construção de destacamentos, bem como a realização de expedições para o conhecimento daquela faixa do território foram algumas marcas do período.⁴⁰⁵ Os relatos de viajantes, em que pese as deficiências de tais testemunhos,⁴⁰⁶ atestam essa configuração. O naturalista francês Auguste de

⁴⁰³ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 06 doc. 39 A.

⁴⁰⁴ DAEMON, 1879. [online]

⁴⁰⁵ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 06 doc. 15; cx. 06 doc. 21 A; cx. 06 doc. 24 A, 33, 22, 28 A, 27.

⁴⁰⁶ Como qualquer tipo de fonte histórica, os relatos de viajantes apresentam seus problemas específicos. Suas informações devem passar pelo crivo de um estudo crítico para seu uso enquanto fonte à pesquisa histórica, visto que muitas opiniões que neles constam podem trazer consigo marcas

Saint-Hilaire, o qual esteve no Espírito Santo provavelmente entre 1816 e 1818, descreveu a região norte da capitania após Nova Almeida como um lugar pouco habitado, *pobre* em relação à Vitória: “[...] de tempo em tempo chegam barcos, e se carregam com farinha de milho e mandioca, mas em pequena quantidade”.⁴⁰⁷

As fontes do AHU deixam transparecer que a exploração de alguns produtos naturais, como toras de madeiras, era uma alternativa muito usual naquelas regiões, levando a inúmeras queixas de contrabando.⁴⁰⁸ Ora, esse tipo de exploração era algo típico das regiões ainda não colonizadas, sem a instalação de vilas e com uma restrita presença populacional. Desse modo, o retrato desenhado no norte do Espírito Santo durante o Setecentos, principalmente na região cortada pelo rio Doce, era o de um lugar praticamente inóspito, assemelhado em partes ao cenário encontrado dois séculos antes. Tal quadro comumente é associado à ferocidade dos índios habitantes daquela faixa, chamados de botocudos. Sua fama vinha desde os primórdios da colonização, quando assassinaram Fernão de Sá, filho do então governador-geral Mem de Sá, numa expedição ao rio Doce.⁴⁰⁹ Nas palavras de Vicente Salvador, “[...] o mataram às *frechadas*”.⁴¹⁰

Sem negar as dificuldades no contato com os gentios daqueles locais, o fato é que essa questão suscita alguns importantes aspectos. De acordo com Viviane Mosé⁴¹¹, os índios tupi, instalados ao longo da costa atlântica, diferenciavam-se dos diversos grupos indígenas coexistentes na mesma costa por seu maior contato com os portugueses. Tal discrepância tornou usual, pelo menos no século XVIII, designar genericamente como tapuia aqueles grupamentos indígenas menos integrados ou resistentes ao processo de colonização, adotando um modo de vida diferente do

típicas de um europeu que acabou de pisar num território totalmente diferente do que ele viu durante a vida inteira, misturando o visível ao invisível, o real ao fantástico. Cf. PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru: Edusc, 1999. CORREA, Sílvia Marcus de Souza. Evidências de história nos relatos de viajantes sobre a África pré-colonial. **Aedos**: Revista do corpo discente do PPG – História UFRGS. v. 3, n. 6, 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/aedos/article>>. Acesso em 14 fev. 2011.

⁴⁰⁷ SAINT-HILAIRE, 2002, p. 63.

⁴⁰⁸ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 06 doc. 33 A, 38 A.

⁴⁰⁹ Cf. SALETTO, 1998.

⁴¹⁰ SALVADOR, 1967, p. 173.

⁴¹¹ MOSE, Viviane de Souza. **A resistência tapuia na capitania do Espírito Santo**: dados sobre a formação das identidades capixabas. Vitória, ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2009, passim.

tupi. Partindo dessa noção, no Espírito Santo, à exceção dos tupiniquins e temiminós, a maior parte dos nativos não era tupi, mas sim tapuia, grupo composto localmente por índios goitacases, aimorés, botocudos e puris.⁴¹² Sérgio Buarque de Holanda⁴¹³ argumenta que esse *hiato tapuia* existente no Espírito Santo tornava a capitania uma exceção em meio a um litoral predominantemente tupi. Tal fato teria gerado dificuldades para a aplicação das medidas da coroa na capitania, resultando, mesmo após três séculos de colonização, na quase nula conquista do norte.

Mas é preciso atentar para o fato dessa dinâmica não ser uma exclusividade do norte. Tal como vimos no primeiro capítulo, na parte central da capitania os confrontos com os índios também geraram inúmeras dificuldades à colonização, motivando inclusive a fuga dos primeiros colonos da Vila do Espírito Santo para fundarem Vitória em 1551. No sul, os embates também foram sentidos, motivando uma expedição contra os goitacases, que chegou até foz do rio Paraíba, antiga divisa com a capitania do Rio de Janeiro, no ano de 1595.⁴¹⁴ Sobre os goitacases, afirmou Basílio Daemom: “[...] estavam ao Sul da capitania, e sempre em guerra [...]”.⁴¹⁵ E isso sem falar na revolta indígena de Iiritiba, ocorrida nas bandas do sul em 1742.⁴¹⁶

Em Itapemirim, ao sul da antiga aldeia de Reritiba, Saint-Hilaire narrou histórias sobre ataques de gentios aos portugueses.⁴¹⁷ Castelo, localidade localizada a oeste de Itapemirim e à época chamada de Arraial de Santa Anna, conhecida por haver nutrido nos portugueses esperanças de encontrar grandes quantidades de ouro,⁴¹⁸ também foi palco de confrontos entre portugueses e índios, neste caso os puris. Pedro Bueno Cacunda, nome mais citado nos relatos acerca da busca de ouro naquela região, escreveu em 1735 ao rei para pedir apoio financeiro e mais recursos humanos para “resistir ao encontro do gentio bárbaro”.⁴¹⁹

⁴¹² SALETTO, 1998, p. 83-84.

⁴¹³ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 4. ed. Ed. da Universidade de Brasília, 1963.

⁴¹⁴ SALETTO, op. cit., p. 96, nota 412.

⁴¹⁵ DAEMON, 1879. [online]

⁴¹⁶ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 03 doc. 22.

⁴¹⁷ SAINT-HILAIRE, 2002, p. 22-30.

⁴¹⁸ MARQUES, 1878, p. 207.

⁴¹⁹ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 02 doc. 83 A.

Enfim, o objetivo dessa argumentação é fugir do lugar comum. Ora, se o norte teve dificuldades para ser habitado e colonizado pelos portugueses em virtude dos embates com os indígenas, o sul também o teve. Havia tapuias no norte (botocudos), mas também no sul (goitacases e puris). A grande questão é descobrir o porquê da faixa meridional do Espírito Santo ter avançado mais rapidamente em relação ao norte em termos de exploração econômica. Considerando somente o século XVIII, lá estavam as localidades de Benevente (Reritiba), Guarapari e Itapemirim, importantes focos econômicos espírito-santenses. Havia também algumas grandes propriedades incrustadas naquela parte da capitania, as quais apresentavam marcas não encontradas nos limites da Vila de Vitória, tampouco no norte. Tal diferenciação suscita a necessidade de conhecer um pouco mais a fundo o cenário produtivo sulino.

No sul a produção de cana-de-açúcar permanecia preponderante, mesmo no contexto de diversificação agrícola em curso na colônia e atestado em Vitória. Vilma Almada⁴²⁰ já havia sinalizado para isso no caso do século XVIII:

Para o sul as fazendas de cana-de-açúcar se estendiam com certa regularidade até Benevente, ocupando depois regiões esparsas junto aos rios Itapemirim e Itabapoana, na fronteira com a província do Rio de Janeiro.

Isso demonstra que a conjuntura em questão não foi capaz de eliminar os canaviais do cenário da capitania. Deles saía matéria-prima, principalmente, para o açúcar e a aguardente, produtos cujo fabrico faziam parte da realidade espírito-santense no período. Em seu relato datado de 1790 o então capitão-mor do Espírito Santo, Ignácio João Monjardino, realça o maior peso da economia de Vitória, mas deixa claro que no sul a produção da cana-de-açúcar ocupava lugar preponderante. Observando a Tabela 7, nota-se que em Guarapari o único produto que havia sido objeto de um contrato arrematado foi a aguardente, um derivado da cana. É certo que o valor do contrato (45\$640 réis) é inferior aos índices encontrados para as outras vilas, mas o que se postula aqui não é uma comparação entre os pesos das economias do sul e do restante da capitania. Ao invés disso, a intenção é revelar as

⁴²⁰ ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Graal, 1984. p. 58.

marcas da estrutura produtiva sulina, destacando as especificidades em relação ao que fora observado no caso de Vitória.

Antes disso, cabe falar dos chamados indivisos, os quais compunham o cenário fundiário do Espírito Santo no século XVIII. Nas palavras de Silva Pontes, o indiviso:

é em si uma comunidade, ou parceiragem [sic], tão mal administrada, que traz a origem milheiros de litígios, uns de forças, outros de libelos, outros de embargos, e afinal de assassínios e devassas com que se devora a última substância uns dos outros.⁴²¹

Em geral, os indivisos eram propriedades sem uma demarcação de limites judicialmente definida. Tais terras geralmente eram possuídas por vários donos, aparentados ou não, as quais, ao longo dos anos, haviam sido objetos de transações como compra e venda, permutas e partilhas, etc. Com isso, elas tendiam a passar a ser propriedade de várias pessoas, perdendo-se as divisas originais e configurando novas fronteiras, demandando a realização de divisas legais.⁴²²

Não é difícil imaginar, desse modo, que esse quadro gerasse uma enormidade de conflitos, os quais motivaram o relato citado acima. As seguidas heranças, as vendas e outras dinâmicas fragmentaram as propriedades, contribuindo para o cenário de predomínio de pequenas posses fundiárias na Vila de Vitória. Em outra fonte fica patente que a questão dos indivisos era um problema mais dilatado na principal vila da capitania, ao contrário do que ocorria no interior. Nesse sentido, Silva Pontes lamenta a postura dos habitantes locais: “[...] estão disputando sobre indivisos uns com outros, em contínuo litígio, mas nunca deliberando-se [sic] a ir formar estabelecimento onde os matos estão sem dono e a abundância abandonada ao corpo do gentio.”⁴²³

Os proprietários de Vitória eram compostos por indivíduos instalados no Espírito Santo desde longa data. Se no século XVI, tal como foi visto no primeiro capítulo, o processo de conquista foi marcado pela constante renovação dos atores aqui inseridos, no século XVIII já estavam enraizados os grupos que preponderavam em

⁴²¹ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 06 doc. 33 A, 38 A.

⁴²² Cf. MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra**: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978.

⁴²³ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 07 doc. 06 A.

relação aos demais, tanto do ponto de vista político-administrativo quanto do econômico. É isso que se nota através da análise dos nomes de alguns dos proprietários que tiveram seus bens inventariados entre 1790 e 1800, assim como nas fontes do AHU. Sobrenomes como Monjardino, Ribeiro Pinto, Batalha, Pinto Homem de Azevedo e Furtado de Mendonça se sobressaíam entre tantos outros.⁴²⁴

Mesmo ciente de que as riquezas acumuladas por essas famílias nem se aproximam daquelas possuídas pelas principais famílias de capitâneas como a Bahia ou o Rio de Janeiro, é inegável que os elementos reguladores da economia colonial se faziam presentes no ambiente local: mercês, trocas de favores, utilização de cargos para obtenção de vantagens nos negócios, repetição de famílias nos cargos nomeados pelo rei, etc.⁴²⁵ Para usufruir ao máximo desses benefícios, estar em Vitória, ou o mais próximo possível dela, era fundamental. Isso ajuda a explicar essa preferência dos moradores pela vila, apesar dos inconvenientes dos indivisos e da disponibilidade de terras nas regiões interioranas. Ao longo da história, a economia teve variadas e complexas formas de balizamento, sendo necessário considerar que os homens nem sempre agem para defender seus bens materiais, mas também, e às vezes primordialmente, para preservar sua situação social.⁴²⁶

Assim, havia uma vastidão de terras no interior, porém poucos indivíduos estavam dispostos a empreender a tarefa. A doação de sesmarias nas regiões mais longínquas de Vitória visava corrigir tal cenário, resultando deste fenômeno o reforço da preponderância da faixa sul em relação ao norte. Na Vila do Espírito Santo, a caminho de Guarapari, foram concedidas sesmarias nas localidades de Itapoã e Barra do Jucu em 1749.⁴²⁷ Já na localidade de Itapemirim, situada entre Benevente (Reritiba) e a antiga fazenda jesuítica de Muribeca, no extremo sul, cabe apresentar a carta de sesmaria recebida por Domingos de Sousa Bueno em 1776. Com o

⁴²⁴ Cf. Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 05 doc. 02; Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 06, doc. 26, 38 A; Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 06 doc. 11; entre outros.

⁴²⁵ Cf. FRAGOSO, 2000, passim.

⁴²⁶ Cf. POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campus, 2000. p. 65-75.

⁴²⁷ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 03 doc. 75.

perdão pela extensão da citação, exponho abaixo um trecho da carta do vice-rei marquês do Lavradio:

Faço saber aos que esta minha carta de sesmaria virem, que atendendo a representar-me Domingos de Sousa Bueno, morador de Itapemirim, termo da vila de Guaraparim [sic], que ele suplicante há mais de doze anos, que estava fazendo nas margens do rio Itapemirim em o lugar, que vulgarmente chamam Areia, onde tem fundado engenho real de açúcar que havia dois anos, que o possuía com vários partidos de cana, as quais fabrica, e costeia o dito engenho, com cincoenta [sic] e tantos escravos, e currais de gado vacum, e cavalos pertencentes a mesma fábrica e como estava nessa posse paz e pacífica, e as terras em que estava estabelecido, estavam por devolutas, me pedia lhe concedesse por sesmaria uma légua de testada, de norte e sul, sendo por uma parte do rio meia légua e por outra parte meia légua [...]. E pedindo-me lhe concedesse a dita terra na forma requerida, e sendo visto o seu requerimento em que foi ouvida a comarca da Vila de Guaraparim [...], hei por bem dar de sesmaria em nome d'El Rei [...].⁴²⁸

Como se observa muito claramente, a atividade principal da propriedade, já ocupada por Domingos de Sousa Bueno, era o plantio e beneficiamento da cana. A existência de um engenho real⁴²⁹ na fazenda demonstra que o cabedal do proprietário não era dos menores. Nunca é demais relembrar a argumentação do capítulo anterior, segundo a qual os altos custos para a implantação e funcionamento de um engenho era fator dificultante aos produtores da cana, levando-os, muitas vezes a moer sua colheita em moendas de terceiros. Além de ter erguido um engenho, Bueno possuía mais de cinqüenta escravos, algo incomum se lembrarmos os dados discutidos para o caso de Vitória, onde a maior proprietária de cativos dispunha de uma escravaria formada por 23 indivíduos. A existência de gado vacum e de cavalos completa a lista de itens já possuídos pelo mesmo no momento da confirmação da sesmaria.

Outros dois pontos chamam a atenção na carta acima. O primeiro deles é o fato da sesmaria concedida seguir fielmente o desejo de Sousa Bueno, tanto em termos de extensão quanto de localização. Como se observa, metade da sesmaria estava numa margem do rio Itapemirim e a outra metade noutra margem, o que poderia lhe gerar inclusive rendimentos derivados das taxas de travessia, comumente cobradas àquela época. A explicação para esse fato pode estar no segundo ponto de realce encontrado na correspondência: *as terras em que estava estabelecido, estavam por*

⁴²⁸ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 04 doc. 78, 76.

⁴²⁹ Chama-se de engenhos reais aqueles instalados junto cursos de água, que servia de força motriz para a moenda e como escoadouro para a produção. A maioria dos engenhos, porém, era movida à tração animal, sendo denominados como trapiches.

devolutas. Isso reforça a idéia aqui postulada de que o cenário de indivisos era algo típico de Vitória e seu entorno, discrepando das demais regiões espírito-santenses.

Desse modo, a constituição de fazendas com grandes extensões de terra seria uma consequência quase natural desse estado de coisas. O interesse era recíproco entre sesmeiros e autoridades, o que facilitava as concessões. Importante observar que Domingos de Sousa Bueno pertença à família de Pedro Bueno Cacunda, famoso por suas diversas investidas em busca de ouro no arraial de Santa Anna. Assim, conclui-se que a família Bueno fez uma opção particular em relação à maioria das famílias mais abastadas: ocupar o interior sul e não Vitória. Para Pedro Bueno Cacunda, essa escolha trouxe-lhe alguns contratempos, realçados nos conflitos entre o mesmo e autoridades locais, sediadas quase sempre em Vitória.⁴³⁰

Itapemirim pertencia, no século XVIII, à Vila de Guarapari, estando a sede desta vila distante cerca de dez léguas de Vitória. Portadora do *status* de vila desde 1679,⁴³¹ Guarapari ganhou maior importância no decorrer do Setecentos, sendo modificado inclusive o tratamento dispensado pela coroa em relação à vila.⁴³² Em carta de 1789, o capitão-mor Ignácio João Monjardino⁴³³ elencou as rendas e despesas de Guarapari. Além dos rendimentos derivados das taxas de passagem pela vila, a única fonte de receita citada para aquele ano foi a arrematação do contrato de aguardentes. Da renda total de 224\$529 réis, um montante de 161\$666 réis equivaleu às aguardentes. A falta de contratos relativos a outros gêneros sugere que os derivados da cana eram protagonistas também nas lavouras de Guarapari.

A exploração das terras de Guarapari antecede a sua elevação à condição de vila em 1679. Ainda na transição do século XVI para o século XVII, naquele movimento de entrada de espanhóis e cristãos-novos na capitania e fomento da produção açucareira, Guarapari foi o destino de Marcos Fernandes Monsanto. Homem de

⁴³⁰ Cf. Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 02 doc. 80; Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 02 doc. 83 A.

⁴³¹ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 doc. 80 e 79.

⁴³² Algumas das medidas da coroa em relação a Guarapari durante o século XVIII podem ser observadas nas seguintes fontes: Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 02 docs. 75 e 76; Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 02 doc. 82.

⁴³³ MAPA de despesas e receitas da Vila de Guarapari, em 1789, escrito pelo capitão-mor Ignácio João Monjardino. Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Lisboa, cx. 03.

negócios oriundo de Madri, na Espanha, Monsanto investiu na construção de dois engenhos no sul da capitania: um em Guarapari e outro na Vila do Espírito Santo (Vila Velha).⁴³⁴ De origem castelhana, Monsanto teve que deixar o Brasil em 1641, pouco depois do fim da União Ibérica (1640) e da conseqüente perseguição e seqüestro dos bens daqueles que se mantiveram fiéis ao rei da Espanha, como no caso de Monsanto.⁴³⁵

Mas a história das terras de Monsanto e sua importância para Guarapari não se acabou em 1640. O Provedor da Capitania, Francisco de Borges Garção Stockler, escreveu em 1799, mais de um século e meio depois, que Marcos Fernandes Monsanto possuía na verdade dois engenhos de açúcar naquela vila. De acordo com Stockler, em 1641, quando o mesmo regressou para Castela, a coroa ordenou o confisco de seus bens. Mais tarde, as ditas propriedades foram arrematadas e passaram para as mãos de Fernando Dias Franco, que as deixou como herança ao reverendo Antônio de Siqueira Quental.⁴³⁶

Falecido em 1769, Quental possuía então expressivas posses. Eram duas as suas fazendas na Vila de Guarapari: a Fazenda de *Santa Bárbara* (também chamada de *Engenho Velho*) e o *Engenho do Campo*. A fonte que serviu como ponto de partida para a análise das referidas fazendas possuía grandes chances de se perder entre tantas outras, tendo em vista tratar-se de um tipo de reivindicação muito comum naquele corpo documental. Numa carta escrita em Santarém, na Bahia, e datada de setembro do ano de 1777, D. Leonor de Siqueira Quental afirmava ser filha do reverendo Antônio de Siqueira Quental. Na carta há a reivindicação dos bens de seu falecido pai, o que ela julgava e argumentava ser seu direito.⁴³⁷

Mas o testamento produzido por Quental suscitava um problema, que era o fato de instituir como único herdeiro o Coração de Jesus. Nesse sentido, ficava determinada a realização de missas, bem como a construção de uma capela e de uma corporação eclesiástica para formação de padres em suas propriedades em nome

⁴³⁴ SALVADOR, 1994, p. 76-77.

⁴³⁵ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01 doc. 17 A.

⁴³⁶ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo: cx. 06 doc. 07, 43.

⁴³⁷ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo: cx. 04 doc. 80; cx 05 doc. 35, 39.

de tal devoção.⁴³⁸ Acontece que uma lei de 1769 visando conter os exageros nos legados testamentais destinados à igreja, tornava nulo os testamentos que determinassem a construção de capelas, além de limitar o direito de estipular a realização de missas e festas religiosas, uma prática comum nos testamentos.⁴³⁹ Em resumo, a lei foi uma tentativa da coroa no sentido de coibir as heranças que privavam os parentes legítimos em favor de associações religiosas. Claudia Rodrigues⁴⁴⁰ indica que os testamentos continham somas exorbitantes em nome da fé, abarcando muitas vezes uma parte substancial ou até o total dos bens.

Por tudo isso, o testamento de Quental estava em conflito com a lei, algo sabido pelas principais autoridades locais. José Pinto Ribeiro, Ouvidor Geral do Espírito Santo em 1793, afirma que o herdeiro instituído, o Coração de Jesus, tornava o testamento inexequível. O ouvidor, embora conhecedor a lei, hesitava em decidir, até mesmo por fatores ligados à fé:

[...] O obstáculo de não se poder erigir uma nova congregação de homens nestes Domínios sem licença de V. Majestade e ao mesmo tempo a grandeza e a excelência do Herdeiro instituído com o Sacro-Santo nome de Coração de Jesus ser o predominante objeto da pia, santa e religiosa devoção de V. Majestade, me fizeram irresolver, remetendo todas as luzes da minha débil inteligência debaixo da justa e sábia deliberação de V. Majestade [...].⁴⁴¹

A suposta herdeira, D. Leonor, parecia ter dificuldades para provar a filiação, talvez por Quental ser padre. Além disso, outros herdeiros não haviam aparecido até o fim do século XVIII. Desse modo, as fazendas possuídas por Quental ficaram sob a tutela do governo local até a decisão do poder real. A indefinição acerca da herança se arrastou por anos. Na primeira década do século XIX a questão ainda não havia

⁴³⁸ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo: cx. 06 doc. 07, 43; CARVALHO, Jose Antonio. **O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982. p. 95.

⁴³⁹ ORDENAÇÕES FILIPINAS. Livro IV. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/>>. Acesso em 12 fev. 2010.

⁴⁴⁰ RODRIGUES, Cláudia. As leis testamentárias de 1765 e 1769 no contexto das reformas pombalinas no mundo luso-brasileiro. In: XIII Encontro de História ANPUH-RJ, 2008, Seropédica/RJ. **Anais...**, 2008.

⁴⁴¹ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo: cx. 04 doc. 80; cx 05 doc. 35, 39.

sido resolvida, fazendo com que o assunto chegasse a outras capitâneas, onde havia interessados em arrematar as propriedades.⁴⁴²

A idéia de vender as fazendas parecia encontrar certo coro entre as autoridades locais. Antonio Pires da Silva Pontes escreve algumas cartas nas quais trata especificamente das fazendas do falecido Quental. Ele pede providências sobre a questão, frisando a necessidade de se fixar novos estabelecimentos nas ditas terras. Silva Pontes reconhece os motivos da nulidade conferida ao testamento, mas lamenta os lucros que os cofres reais deixam de receber diante da impossibilidade de usufruir da fazenda ou dos escravos.⁴⁴³ Num ofício datado de 1802, Silva Pontes informa a D. Rodrigo de Souza Coutinho sobre as fazendas: “o Engenho Velho, onde desce um ribeiro com cachoeira, e o Engenho do Campo, que recebe água do rio Perocão e vale o dobro da primeira”.⁴⁴⁴

Impossível saber, através das fontes até então consultadas, se tal solicitação foi aceita. Aliás, os documentos seguintes do AHU nada mais elucidam sobre o destino das propriedades em questão. Certo é que, graças a referida lei e seus desdobramentos, foram produzidos alguns importantes documentos acerca das duas fazendas localizadas em Guarapari. Os inventários feitos em 1792 possibilitam a compreensão de muitos aspectos da realidade daquelas terras. Entre os mais variados bens, lá havia ouro, prata, louças, moveis, ferramentas etc. Mas chamava atenção as lavouras de cana e a extensão das escravarias. No Engenho Velho foi inventariado um total de 151 cativos, e no Engenho do Campo 263. Vejamos alguns números:

⁴⁴² Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo: cx 06 doc. 07, 43.

⁴⁴³ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo: cx 06 doc. 22A, 38, 24 A.

⁴⁴⁴ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo: cx. 06 doc. 40.

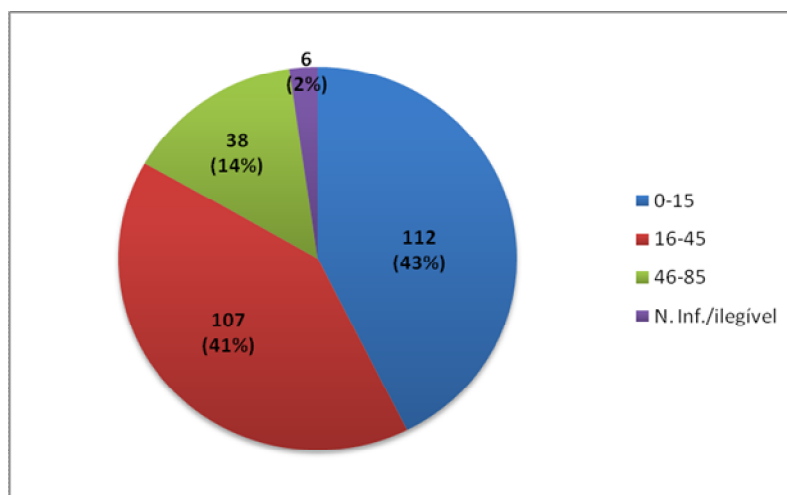


GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA ESCRAVARIA DO ENGENHO DO CAMPO

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo: cx 04 doc. 80; cx 05 doc. 35, 39.

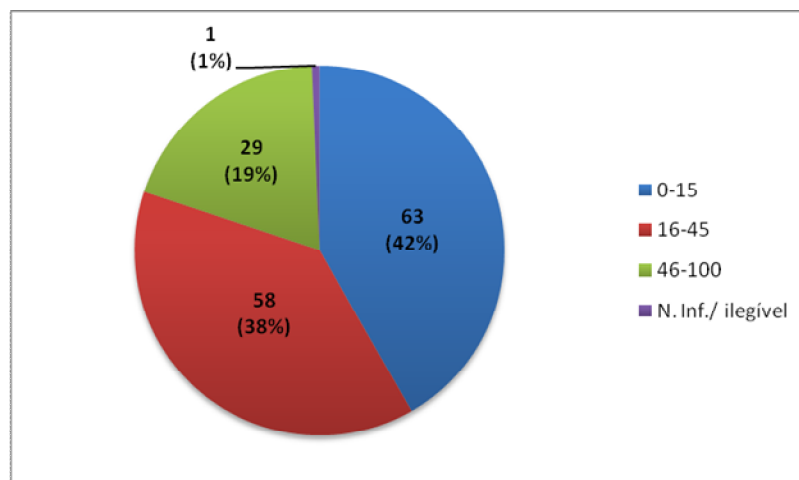


GRÁFICO 4 – DISTRIBUIÇÃO ETÁRIA DA ESCRAVARIA DO ENGENHO VELHO

Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo: cx 04 doc. 80; cx 05 doc. 35, 39.

Tratavam-se de propriedades com escravarias consideráveis. Se no caso daquela sesmaria concedida em Itapemirim a Domingos de Sousa Bueno, o quantitativo de 50 escravos já desperta a atenção, as centenárias escravarias apresentadas nos gráficos acima geram um impacto muito maior, notadamente se comparadas aos índices encontrados para os proprietários de Vitória (ver Tabela 5).

O que se nota muito claramente nos gráficos acima é o fato de, tanto no Engenho do Campo quanto no Engenho Velho, haver quase um equilíbrio entre os escravos que

tinham de 0 e 15 anos e aqueles em idade adulta (16-45). Para ser mais correto, há um ligeiro predomínio do primeiro grupo em relação aos adultos nas duas fazendas. Em Vitória, ao contrário, havia um predomínio, mas também ligeiro, dos escravos adultos (ver Tabela 6). Importante lembrar que, pelo menos, desde 1769, ano do falecimento de Quental, aquelas propriedades não eram abastecidas pelo tráfico negreiro.

A única maneira de aumento do número de escravos, neste caso, seria a existência de famílias entre os próprios cativos, sendo exatamente este o caso daquelas fazendas. Desse modo, no fim do século XVIII as terras do reverendo seguiam a tendência da capitania, que era a pouca ligação ao tráfico negreiro internacional. Lá parecia predominar reprodução interna de cativos, derivando disso algumas marcas típicas desse tipo de escravaria, como o equilíbrio entre os sexos e a existência de cativos de todas as faixas etárias.⁴⁴⁵

Para o caso aqui discutido, impressiona o fato da quase totalidade dos escravos ter uma ligação familiar como pelo menos um indivíduo da fazenda. Somente no Engenho do Campo eram 38 casais de esposos, o que abrange, logicamente, 76 escravos. Eles costumavam ter um alto número de filhos, não havendo espaço para exceções quanto a este aspecto: todos os casais de escravos do Engenho do Campo possuíam filhos. O tamanho das famílias variava, chegando ao extremo o casal formado por Felícia e José, o único africano identificado pelo inventário, os quais possuíam 12 filhos. No Engenho Velho os casais também eram muitos, tal como o formado pelos escravos Máximo, de 65 anos, e Eva, de 45. Eles tinham nada menos do que onze filhos.⁴⁴⁶

Havia famílias de escravos que já estavam nas fazendas há gerações. A família de Manoel dos Anjos e Tereza é um exemplo. Consta no inventário que seus familiares estavam no Engenho do Campo desde os tempos da União Ibérica (1580-1640). Em 1792 ele tinha 80 anos de idade e ela 70, estando ambos impossibilitados para o

⁴⁴⁵ Cf. MERLO, Patrícia M. da Silva. **O nó e o ninho**: estudo sobre a família escrava em Vitória/ES, 1800-1871. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. passim.

⁴⁴⁶ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo: cx. 04 doc. 80; cx 05 doc. 35, 39.

trabalho. Com onze filhos vivos e mais de trinta netos, o casal recebeu a alforria.⁴⁴⁷ A análise de tais dados permite inclusive a apreensão de interessantes aspectos de tais cativeiros, notadamente no que tange à temática da família escrava.⁴⁴⁸

Mas a opulência das ditas propriedades não residia somente em seus escravos, visto que na avaliação dos engenhos e seus acessórios, os sinais de riqueza também estavam presentes. As fazendas Engenho do Campo e Engenho Velho possuíam cada uma o seu engenho, estando os mesmos, juntamente aos seus acessórios (tachos, mesas, formas, gado, madeiras, cobres, etc.) avaliadas em mais de 2:000\$000 (dois contos de réis). E isso sem contar itens como os objetos das residências das fazendas, roupas, ornamentos, entre outros. Os acessórios em cobre, em especial, impressionam por seus altos valores, justificando a argumentação de Antonil⁴⁴⁹ sobre o caráter dispendioso de um engenho. Um tacho para reservar o líquido da moenda, por exemplo, foi avaliado em 63\$200 réis, preço superior ao de determinados escravos. De acordo com o inventário havia no Engenho do Campo algumas caixas com açúcar, totalizando 251 arrobas do produto branco e 18 arrobas de mascavo. Seu preço não foi informado, mas é certo é que tal produção já estava livre do dízimo. Também foram vistos cinco canaviais, totalizando 680\$000 réis. Quanto às terras, com duas léguas de frente, foi estipulado o valor de 400\$000 réis.⁴⁵⁰

Tratava-se enfim de fazendas com escravarias grandiosas, concentradas principalmente na produção no açúcar. Também havia notáveis lavouras de cana e a estrutura necessária para processá-las em engenhos movidos à água (engenhos reais), por sinal mais valorizados em relação aos movidos à tração animal. Propriedades desse tipo não eram incomuns no nordeste⁴⁵¹, tampouco no Rio de Janeiro⁴⁵², mas o eram no cenário colonial comumente descrito para o caso do

⁴⁴⁷ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo: cx. 04 doc. 80; cx 05 doc. 35, 39.

⁴⁴⁸ Sobre a temática da família escrava no Espírito Santo, consultar o trabalho de MERLO, Patrícia M. da Silva. **À sombra da escravidão: negócios e família escrava** (Vitória/ES, 1800-1830). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2003.

⁴⁴⁹ ANTONIL, 1982, p. 75-77.

⁴⁵⁰ Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo: cx. 04 doc. 80; cx 05 doc. 35, 39.

⁴⁵¹ Cf. SCHWARTZ, 1988.

⁴⁵² Cf. FLORENTINO, 1997; FRAGOSO, 1998.

Espírito Santo. Ainda assim, esses engenhos de Guarapari não podem ser tomados como mera exceção.

O francês Saint-Hilaire percorre praticamente toda aquela região, relatando os costumes, as características da fauna, da flora e da geografia, bem como as principais culturas agrícolas desenvolvidas. Ao deixar Muribeca, antiga fazenda dos jesuítas, chegou a Itapemirim. A produção açucareira parece ter chamado a atenção do naturalista, o qual registrou o envio, pelos agricultores, de açúcar branco ao Rio de Janeiro de forma independente daquele exportado em Vitória.⁴⁵³ Ainda no sul, a vila de Benevente também foi observada pelo francês: “Os colonos não colhem apenas o açúcar, que remetem para o Rio de Janeiro, mas também outros produtos da região, com abundância que dá para serem despachados à capital”.⁴⁵⁴

O relato acerca das duas regiões apresenta um ponto em comum: o escoamento da produção diretamente ao Rio de Janeiro sem passar por Vitória. Isso atingia em cheio a arrecadação local, tendo em vista as dificuldades para a tributação sobre essas embarcações carregadas de açúcar. Além disso, a exportação sem a intermediação de Vitória pode falsear os dados da produção naqueles locais, subestimando-os em virtude dessa falta de controle. O contrário também é verdadeiro, podendo ser aumentados os índices da exportação de açúcar em relação às 4.877 arrobas de açúcar partidas do porto de Vitória no fim do século XVIII (ver Quadro 2). O escoamento direto do sul do Espírito Santo para o Rio de Janeiro persistiu por longa parcela do século XIX. Se ainda no Oitocentos havia problemas quanto às estradas que ligavam Vitória àqueles locais⁴⁵⁵, isso era ainda mais intenso no século anterior.

Voltando à questão das disparidades regionais no interior da capitania, desenha-se assim o seguinte quadro no Espírito Santo setecentista: no norte, a existência de uma vastidão de terras praticamente inexploradas; na região de Vitória e seu entorno, o predomínio de pequenas propriedades com mão-de-obra escrava e

⁴⁵³ SAINT-HILAIRE, 2002, p. 26.

⁴⁵⁴ *Ibid.*, p. 32.

⁴⁵⁵ RELATÓRIO do presidente da província do Espírito Santo, Francisco Ferreira Correa em 1871. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo - APEES.

produção diversificada; o sul, por sua vez, era palco de alguns vultos de propriedades com extensas escravarias. E se Vitória apresentava tal quadro em virtude das especificidades históricas de sua ocupação, o mesmo pode se dizer dos distintos desenvolvimentos das faixas sul e norte da capitania.

A idéia de que a região sul do Espírito Santo teria funcionado como uma periferia agrícola do norte fluminense, enfim, como uma espécie de subterfúgio para a escassez de terras na região de Campos dos Goitacases⁴⁵⁶, é bastante difundida. De fato, a segunda metade do século XVIII foi palco de uma notável expansão das lavouras do norte da capitania vizinha. De acordo com Sheila de Castro Faria⁴⁵⁷, ao final do século o açúcar já era a principal riqueza de Campos, consolidando-se ainda mais no século XIX. Nesse sentido, o Monsenhor Pizarro e Araujo⁴⁵⁸ aponta que até o ano de 1769 havia na região 56 engenhos, passando para 168 entre 1770 a 1778, e chegando a 280 no ano de 1801. Autores como João Fragoso e Eulália Lobo⁴⁵⁹ são outros que frisam esse movimento de expansão açucareira de Campos.

Todas as análises citadas postulam Campos como a grande área produtora de açúcar do Brasil no século XIX, sendo a falta de terras um problema a partir de um dado momento. Ora, terras era o que não faltava no território espírito-santense, tomado por imensas faixas devolutas. Assim, a migração para os limites espírito-santenses seria a solução para os produtores ávidos para expandir suas lavouras. Com isso, o Oitocentos viu o sul do Espírito Santo ser povoado por famílias com capitais, escravos e os demais recursos necessários, muitas das quais oriundas do Rio de Janeiro. Aquela foi a época do predomínio dos *barões*, os quais concentravam largos poderes políticos e econômicos.⁴⁶⁰ Mas este foi um processo do século XIX, não valendo, portanto, para o Setecentos. Novamente nos

⁴⁵⁶ ALMADA, 1984, p. 75.

⁴⁵⁷ FARIA, Sheila de Castro. Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradias nos Campos dos Goitacases, sécs. XVIII e XIX. **Anais do Museu Paulista**, Nova Série, n. 1, p. 107-129, 1993. p. 107. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a10v1n1.pdf>>. Acesso em 02 mar. 2011.

⁴⁵⁸ Cf. PIZARRO E ARAUJO, 1945, p. 22-23.

⁴⁵⁹ Cf. FRAGOSO, 1998, passim; LOBO, 1978. passim.

⁴⁶⁰ ROCHA, Levy Curcio da. **Crônicas de Cachoeiro**. Rio de Janeiro: Gelsa, 1966. p. 41-49; Cf. VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. **A invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro**. Vitória, ES: UFES, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

aproximamos, aqui, à importância dos jesuítas para o desenvolvimento histórico da capitania.

A atuação de tais religiosos sempre teve uma ligação maior com sul do Espírito Santo em relação ao norte. No sul, há cerca de 15 léguas de Vitória, existiu por muito tempo a aldeia de Reritiba, a mais importante do Espírito Santo, abrigo de Anchieta e transformada em Vila de Benevente no século XVIII. No extremo sul, quase em Campos, estava Muribeca, primeira das grandes fazendas jesuíticas fundadas em solo espírito-santense. Havia também a fazenda de Araçatiba, situada entre Vitória e Guarapari, que encantou o príncipe Maximiliano no início do século XIX.⁴⁶¹

José Teixeira de Oliveira⁴⁶² já havia sugerido há algumas décadas que a transformação das aldeias jesuíticas em importantes vilas era algo que não deveria ser perdido de vista pelas análises históricas. E realmente não poderia, visto que desde o século XVI a colonização do Espírito Santo seguiu o rastro iniciado pelos jesuítas. Necessário notar que os dois exemplos aqui trabalhados, a sesmaria doada em Itapemirim e as fazendas de Quental, antecederam à expansão da agricultura fluminense. Em Campos, o Setecentos não foi cenário de qualquer movimento de expansão em direção ao Espírito Santo em busca de terras, sendo este um fenômeno do século XIX.⁴⁶³

Para a maior exploração econômica das regiões norte e sul do Espírito Santo se faziam necessários consideráveis capitais. Montar engenhos, fomentar a produção agrícola, adquirir escravos, entre outras ações, requeria uma disponibilidade de recursos não muito comum para a realidade espírito-santense. Já foi dito aqui que um dos maiores problemas vivenciados no processo de colonização da capitania foi a dificuldade em atrair capitais para o investimento na estrutura produtiva. Quando houve iniciativas concretas no sentido de custear algum empreendimento nas duas regiões interioranas em questão, elas não partiram de grupos sediados em Vitória,

⁴⁶¹ MAXIMILIANO, 1940, p. 145.

⁴⁶² OLIVEIRA, 2008, p. 216.

⁴⁶³ FARIA, 1993, p. 108.

mas sim de outras partes da colônia, ou mesmo de fora da América, como no caso de Monsanto, no século XVI.

Esse desenvolvimento autônomo, notadamente do sul, em relação a Vitória proporcionou fenômenos interessantes, sendo o escoamento da produção de açúcar de Itapemirim e Benevente (Reritiba) diretamente para o Rio de Janeiro o principal deles. Essa hipótese se fortalece ainda mais quando se atenta para o fato de tais regiões persistirem com açúcar, e não aguardente, num momento em que Vitória diversificava a sua produção agrícola. Assim, o Espírito Santo, com suas especificidades regionais, representaria um microcosmo do Brasil de então. As diferenças entre as formas de produção de cada região da colônia (nordeste, extremo sul, minas, etc.) materializavam-se na complexa configuração econômica da capitania espírito-santense.

João Fragoso molda a idéia de que a economia colonial compunha-se como um grande mosaico, constituída por formas de produção diferentes entre si, porém complementares e articuladas, ainda que desigualmente.⁴⁶⁴ O Espírito Santo estava integrado à dinâmica econômica da colônia e do império português, embora não uniformemente. A articulação interna entre as regiões norte, sul e Vitória ainda era precária na segunda metade do século XVIII: a primeira estava por explorar, a segunda tinha como marca a presença esparsa de grandes fazendas açucareiras, enquanto Vitória caminhava no sentido da diversificação de seus negócios. Talvez por essa precariedade, ainda seja tão difícil encontrar, para aqueles que procuram, uma identidade para o povo hoje chamado de capixaba.

⁴⁶⁴ FRAGOSO, 1998, p. 144-147.

CONCLUSÕES

Enfim, o século XVIII foi tempo de muitas mudanças no império lusitano. A descoberta do ouro em sua colônia americana fez o Estado português iniciar um movimento no sentido de aprimorar a administração de suas possessões ultramarinas, ampliando seu controle sobre as mesmas. Assim, novas instituições foram criadas, mudou-se a distribuição das capitanias, implantaram-se novos tributos, ao mesmo em que se modificou a forma de sua cobrança. As mutações se intensificaram e ganharam novas feições a partir da segunda metade do Setecentos, com a chegada do marques de Pombal ao posto de primeiro ministro de Portugal em 1750. Naquele momento a queda na produção aurífera gerou a necessidade de mais novidades na organização imperial, as quais Pombal não titubeou em implementar.⁴⁶⁵

Aquele era o tempo do Iluminismo, no qual uma série de novas idéias se espalhou por diversas partes do mundo, mas principalmente pela Europa. Quanto à política, independente dos debates sobre a melhor forma de governo, consolidava-se a premissa de que o Estado deveria ter quadros capacitados para otimizar a sua atuação. Tal como sinaliza Francisco Falcon⁴⁶⁶, o que se viu nos limites lusitanos foi a consolidação das bases do Estado, intensificando a centralização do poder através do aprimoramento de seus órgãos e ministérios subordinados. Estes, por seu turno, tiveram suas funções mais claramente delimitadas, conduzidos por uma burocracia leal e treinada intelectualmente. Se o absolutismo era atacado e perdia força, o mesmo não acontecia com o Estado, o qual crescia em suas mais diversas instâncias.⁴⁶⁷

Deixando Pombal o poder em 1777, muitas de suas medidas persistiram sendo adotadas pelo governo do império, consolidando a idéia de que o século XVIII era mesmo de reestruturação, com o Espírito Santo perfeitamente integrado a essa

⁴⁶⁵ Cf. BOXER, 1969, p. 265-284; Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 02 doc. 15 A.

⁴⁶⁶ Cf. FALCON, Francisco José Calazans. **A época pombalina**: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1993.

⁴⁶⁷ FALCON, Francisco José Calazans. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 1986. p. 12-19; FRANCO, Sandra Aparecida Pires. Reformas pombalinas e o iluminismo em Portugal. **Fênix** – Revista de História e Estudos Culturais. v. 4. Out./Dez. 2007. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>. p. 03.

dinâmica. No início do século XVIII a capitania se viu diante de uma situação bastante peculiar. Os sérios problemas econômicos locais, principalmente durante o século anterior, dificultaram, por parte dos espírito-santenses, o mais efetivo aproveitamento das oportunidades geradas pela exploração aurífera em curso a oeste de seu território. Tal como apontado no decorrer do trabalho, ao invés de se viabilizar como caminho do ouro, o Espírito Santo adquiriu, junto às autoridades, a alcunha de *descaminho*. Se a primeira metade do Setecentos foi marcada pelo aumento da preocupação da coroa em relação à segurança da colônia, no plano local isso se refletiu na expansão das fortalezas, no esforço para uma maior organização dos corpos militares, no envio de munições, etc.

Nos meados do século, quando Pombal chegou ao poder, novamente houve mostras da inserção do Espírito Santo nos rumos tomados pela configuração do Império. Isso foi exemplificado aqui pela instituição das novas regras testamentárias e seu desdobramento prático no caso da herança deixada pelo falecido reverendo Antônio de Siqueira Quental. Mas nenhuma das medidas pombalinas teve maior repercussão do que a expulsão dos jesuítas em 1759.

As questões econômicas sempre recebem grande peso quando se discute as motivações para o banimento da Companhia de Jesus dos domínios portugueses. De fato, tal aspecto não pode ser desprezado como elemento explicativo, afinal as grandiosas propriedades da referida ordem foram anexadas e leiloadas pela Real Fazenda, gerando consideráveis somas. Ainda assim, também devem ser considerados outros componentes para o exame da questão, quais sejam: divergências entre os jesuítas e a coroa quanto aos rumos da colonização, notadamente no que tange à fixação dos limites territoriais; oposição aberta entre jesuítas e *déspotas esclarecidos*, o que gerou um clima anti-jesuítico na Europa, de onde partiu a expulsão; bem como o anseio pombalino de submeter a Igreja ao Estado, o que passava pela diminuição do poder dos jesuítas.⁴⁶⁸

⁴⁶⁸ Cf. ASSUNÇÃO, 2004, p. 29-33; QUEVEDO, Júlio. **Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata**. Bauru, SP: EDUSC, 2000. Passim; DOMINGUES, Beatriz Helena. A disputa entre cientistas jesuítas e cientistas iluministas no mundo ibero-americano. **Numen: Revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 129-154, 1992. p. 130-135.

No Espírito Santo ficaram fazendas importantes: Araçatiba, Muribeca, Itapoca, além de notáveis posses urbanas, tais como casas de aluguel e o imponente Colégio de Santiago (ou São Tiago), atual Palácio Anchieta. O ensino também foi prejudicado, tendo em vista que se concentrava quase totalmente nos jesuítas os esforços sistematizados para a propagação da educação na capitania. Com tempo, as posses materiais dos inacianos se desagregaram. Aos leilões seguiram-se divisões de tais posses através de heranças e vendas, gerando reflexos observados inclusive por viajantes no século XIX.⁴⁶⁹

O fato das fazendas jesuíticas apresentarem muitos escravos, notáveis extensões, além de uma relativa diversidade de gêneros produzidos gerou a impressão de que a sua saída resultaria numa desorganização da estrutura produtiva local. É verdade que as suas fazendas vivenciaram a diminuição do número de cativos e deixaram de figurar nos registros como símbolos de opulência em meio ao cenário espírito-santense, mas isso foi contrabalanceado pela diversificação da produção local e a ampliação das exportações, ainda que muito timidamente em relação às capitanias vizinhas.

Não se quer dizer aqui que os jesuítas representavam um entrave, sendo sua saída a solução para impulsionar o desenvolvimento local. Havia na verdade todo um movimento de reformas na estrutura do império, incluindo-se nesse processo a expulsão dos jesuítas. Do mesmo processo também fez parte o incentivo à diversificação da produção colonial, tendo o Espírito Santo vivenciado essas duas dinâmicas. Assim, se a capitania deixou de contar com a ação dos inacianos e sua importância em termos econômicos, educacionais e, até mesmo do ponto de vista da ocupação do território, no mesmo contexto viu sua produção diversificar-se e ganhar novos rumos, rompendo um cenário que há tempos vigorava no plano local. Foi naqueles idos que tanto as capitanias vizinhas quanto a metrópole passaram a receber gêneros produzidos no Espírito Santo.

Outra marca daquele contexto, a preocupação com o preparo intelectual das elites políticas também encontrou lugar no Espírito Santo. Nomeado para o governo da

⁴⁶⁹ Cf. SAINT-HILAIRE, 2002; MAXIMILIANO, 1940.

capitania em 1797, Antônio Pires da Silva Pontes Paes Leme, era o exemplo típico do intelectual nascido no Brasil e formado em Coimbra. Ele possuía um conhecimento variado e a obstinação de tornar o Espírito Santo mais vantajoso aos olhos da coroa. Nesse sentido, em apenas quatro anos de governo, tocou em pontos que há muito urgiam: interiorização da capitania, fortalecimento da defesa, fixação de limites, ampliação dos negócios com outras regiões, entre outros. Mais do que isso, também elencou as potencialidades da flora local, sugeriu mudanças na legislação imperial, empreendeu esforços para a exploração mais efetiva de nossos rios, além de ter restabelecido os negócios entre o Espírito Santo e a Europa.⁴⁷⁰

A série de modificações vivenciadas pelo Espírito Santo na segunda metade do século XVIII se refletiu nas primeiras décadas do século XIX. Para Estilaque F. dos Santos, pela primeira vez, a administração local formulava um claro projeto de desenvolvimento regional, centrado em Vitória, mas com os olhos postos no desenvolvimento integral do território da capitania.⁴⁷¹ As pesquisas de Enaile Carvalho, Fabíola Bastos e Patrícia Merlo⁴⁷² também demonstraram esse momento que se configurou no início do Oitocentos.

A tais estudos se somam as memórias de alguns dos governantes locais, as quais também são bastante instrutivas nesse sentido. Em 1828, Ignácio Accioli de Vasconcellos mencionou o bom momento da agricultura, listando as principais culturas aqui presentes: “[...] com preferência se cultiva cana-de-açúcar, mandioca, algodão, milho, café, feijão, e arroz [...]”.⁴⁷³ Antes de Accioli já havia escrito Francisco Alberto Rubim, governador do Espírito Santo entre 1812 e 1819, sobre os avanços na exploração do território.⁴⁷⁴

⁴⁷⁰ Cf. PACHECO, Renato José Costa: Introdução. In: _____; LEAL, João Eurípedes Franklin; TALLON, Miguel Depes. **Pré-memória do governador Antônio Pires da Silva Pontes**. [Vitória?]: Ed. Instituto Histórico, 1999. p. 9-13. p. 9-10.

⁴⁷¹ SANTOS, Estilaque Ferreira dos. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do século XIX: a gênese do pensamento político capixaba. **Dimensões** - Revista de História da Ufes, Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, nº. 17, p. 47-68, 2005. p. 49.

⁴⁷² CARVALHO, 2010; BASTOS, 2009; MERLO, 2003.

⁴⁷³ VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. **Memória estatística da província do Espírito Santo no ano de 1828 por Ignácio Accioli de Vasconcellos**. Transcrição do manuscrito original por Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978. [sem paginação]

⁴⁷⁴ RUBIM, 1840. [online]

Assim, o século XVIII, em especial a segunda metade, foi um tempo de mudanças no império. Como em qualquer capitania, no Espírito Santo elas se processaram de modo específico, sendo impossível e arriscado definir se tais mudanças foram positivas ou negativas. De qualquer maneira, certo está que a nossa ligação com a coroa, embora nunca tenha cessado, se tornou mais intensa, ao passo que barreiras existentes a longo tempo foram rompidas. Intrigante e interessante foi notar que, mesmo internamente essa inserção apresentava diferenças regionais entre Vitória, o sul e o norte.

Tempo de expulsão dos jesuítas, o Setecentos foi também o tempo de renovo para a estrutura produtiva local, notadamente no caso de Vitória. Os símbolos e práticas típicos da realidade colonial, tais como a escravidão, a disseminação das dívidas e a significação social dos sobrados, persistiam firmes balizas para a caracterização daquela sociedade. O que mudou foi o caráter da inserção da capitania do Espírito Santo no *mosaico* colonial, a qual passou a integrar de modo mais efetivo a estrutura produtiva e comercial da colônia. Tal processo se concretizou de fato no decorrer do século XIX, quando o Espírito Santo tornou-se um dos maiores centros produtores de café do Brasil, algo que suscita a necessidade de maiores estudos.

REFERÊNCIAS

FONTES DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 01. Docs.: 04; 05; 17A; 26; 36; 50; 58; 59; 63A; 71; 79; 80; 81.

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 02. Docs.: 02; 15A; 24A; 30; 38; 74A; 75; 76; 82; 94.

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 03. Doc.: 68.

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 04. Docs.: 01; 02; 17; 46A; 76; 78; 80; .

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 05. Doc.: 38; 35; 39; 46.

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 06. Docs.: 07; 15; 16; 19; 43; 21 A; 22A; 24A; 21; 28; 38; 39 A; 40.

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Espírito Santo, cx. 12 doc. 46.

INVENTÁRIOS POST-MORTEM

Inventários *post-mortem* - 1ª Vara de Órfãos de Vitória, 1790-1821. Caixa 1, inventários: 01 a 18.

CARTAS E LEIS

BRÁS, Afonso. Carta aos padres e irmãos de Coimbra (1551). In: In: LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil: 1538-1553**. São Paulo, 1954. p. 274-275.

CARTA de D. João III enviada ao Brasil em 1554. In: ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

CARTA do governador-geral Luiz César de Menezes escrita na Bahia em 1710. In: OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

CARTA do padre Antônio Forte (1622). In: ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos**: o cotidiano da administração dos bens divinos. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

CARTA do padre Brás Lourenço aos irmãos de Coimbra (1562). In: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. v. 1.

CARTA do padre Luiz de Grã, do Espírito Santo (1555). In: LEITE, Serafim. **Novas cartas jesuíticas de Nóbrega a Vieira**. São Paulo: Ed. Nacional, 1940.

CARTA do padre Sebastião Gomes (1596), apud LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. v. 1.

CUNHA, Francisco Manoel da. Ofício que Manoel da Cunha dirigiu ao conde de Linhares sobre a capitania, hoje província do Espírito Santo, 26/02/1811. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, 1849. n. 12, p. 511-8. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br>>. Acesso em 19 dez. 2010.

GAZETA do Rio de Janeiro: 1812, 1813, 1814, 1817, 1822. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 - 1830). 2. ed. rev. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MAPA de despesas e receitas da Vila de Guarapari, em 1789, escrito pelo capitão-mor Ignácio João Monjardino. Arquivo Histórico Ultramarino – AHU – Lisboa, cx. 03.

MEIRA, Ambrósio de. Relatório para o rei de Portugal escrito em 1545, apud OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

MONTEIRO, Jácome (Pe.). Relação da Província do Brasil (1610). In: LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. v. 8, p.393-428.

NUNES, Leonardo. Carta aos padres e irmãos de Coimbra (1550). In: LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil: 1538-1553**. São Paulo, 1954.

ORDENAÇÕES FILIPINAS (1603). Livro IV, Título LXXX. Disponível em <<http://www1.ci.uc.pt/>>. Acesso em 12 fev. 2010.

PREPOSIÇÃO do padre Nóbrega: se o pai pode vender a seu filho e se um se pode vender a si mesmo (1567). In: LEITE, Serafim. **Novas cartas jesuíticas de Nóbrega a Vieira**. São Paulo: Ed. Nacional, 1940.

REGIMENTO passado a Tomé de Sousa. 1548. Disponível em: <<http://variasvariaveis.sites.uol.com.br/tome.html>>. Acesso em 14 jan. 2009.

SESMARIA do colégio de Santiago na capitania do Espírito Santo (1552). In: LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil: 1538-1553**. São Paulo, 1954. p. 299-300.

LIVROS, TESES E ARTIGOS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul, séculos XVI e XVII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição: o Espírito Santo (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

AMANTINO, Márcia. A expulsão dos jesuítas da Capitania do Rio de Janeiro e o confisco de seus bens. **RIHGB**, Rio de Janeiro, 170^a, n. 443, p. 169-192, abr./jun. 2009.

_____. Pombal e a expulsão dos jesuítas: um estudo de caso sobre as fazendas inacianas no Rio de Janeiro setecentista. In: CONGRESSO INTERNACIONAL UFES/UNIVERSITÉ PARIS-EST, 2007, Vitória. **Anais... Impérios, religiosidades e etnias**. Vitória: GM, 2007.

ANDRADE, Leandro Braga de. **Senhor ou camponês?** Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana: 1820:1850. 2007. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Família, fortuna e poder no Império do Brasil: Minas Gerais - Campanha da Princesa (1799-1850)**. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

ANTONIL, Andre João. **Cultura e opulência do Brasil: texto confrontado com a edição de 1711**. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982

ARAÚJO, Luiz Antônio Silva. **Contratos nas Minas Setecentistas: o estudo de um caso João de Souza Lisboa (1745-1765)**. 2002. Disponível em: <<http://cedeplar.ufmg.br/seminarios>>. Acesso em 27 ago. 2009.

ARNAUT, César; RUCKSTADTER, Flávio Massami Martins. Estrutura de organização dos jesuítas (1539-1540). **Acta Scientiarum** – UEM, Maringá, n. 1, v. 24, p. 103-113, 2002.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. A economia brasileira no fim da época colonial: a diversificação da produção, o ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão. **Revista de história**, São Paulo, n. 119, dez. 1988.

_____. **O Brasil no comercio colonial**. São Paulo: Ática, 1980.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios jesuíticos: o cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

AVELLAR, Hélio de Alcântara. **História Administrativa e Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: FENAME, 1970.

AZEVEDO, Jose Lucio de. **Épocas de Portugal econômico**: esboços de história. 3. ed. - Lisboa: Clássica, 1973.

BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **A obra dos jesuítas no Espírito Santo**: (sinopse histórica). Viana, 1979.

BARATA, Carlos Eduardo de Almeida; BUENO, Antonio Henrique da Cunha. **Dicionário das famílias brasileiras**. São Paulo: Arvore da Terra, 2001.

BASTOS, Fabíola Martins. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidades**: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872. 2009, 204 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo. 2009.

BITTENCOURT, Gabriel. **Formação Econômica do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

BLAJ, Ilana. **A trama das tensões**: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721). São Paulo: Humanitas, FFLCH-USP, FAPESP, 2002.

_____. **Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII**: o processo de sedimentação da elite paulistana. **Revista Brasileira de História**, vol. 18, n. 36, p. 281-296, 1998.

_____. Mentalidade e sociedade: revisitando a historiografia sobre São Paulo Colonial. **Revista de história**, São Paulo, n. 142-143, dez. 2000.

BOXER, Charles Ralph. **A idade do ouro do Brasil**: dores de crescimento de uma sociedade colonial. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.

_____. **O império marítimo português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002..

_____. **Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686.** São Paulo: Comp. Ed. Nacional: Ed. Univ. S. Paulo, 1973.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. v. 2.

BRITO, Raquel Soeiro de; MATTOSO, Jose. **História de Portugal.** Lisboa: Estampa, 1993. v. 4.

CALMON, Pedro. **Historia da Bahia: (das origens à actualidade).** Rio de Janeiro: Leite Ribeiro, 1927.

CAMPOS, Adriana Pereira. Escravidão e Creolização: A capitania do Espírito Santo, 1790-1815. In: FRAGOSO, João Luís... [et al.] (Orgs.). **Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português.** Vitória: Edufes, 2006. p. 571-607.

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da capitania de São Jorge dos Ilhéus.** Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.

CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e gente do Brasil.** 2. ed. São Paulo: Nacional, 1939.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. A crise do colonialismo luso na América portuguesa. In: LINHARES, Maria Yedda Leite. **História geral do Brasil.** 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 102-123.

CARVALHO, Enaile Flauzina. **Redes mercantis: a participação do Espírito Santo no complexo econômico colonial (1790 a 1821).** Vitória: Secult, 2010.

CARVALHO, Jose Antonio. **O colégio e as residências dos jesuítas no Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. Federalismo y centralización en el Imperio brasileño: historia y argumento. In: Marcello Carmagnani (org.). **Federalismos**

Latinoamericanos: México/Brasil/Argentina. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

CARVALHO, Laerte Ramos de. **As reformas pombalinas da instrução pública.** São Paulo: Saraiva, 1978.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1983.

COARACY, Vivaldo. **O Rio de Janeiro no século XVII.** Rio de Janeiro: Liv. Jose Olympio, 1944.

COELHO, António Borges. Os Argonautas Portugueses e seu Velo de Ouro.(Séculos XV-XVI). In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal.** Bauru. 2000.

DAEMON, Basílio Carvalho. Ano 1811. **História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo.** Vitoria: Typ. do Espírito Santense, 1879. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 7 jul. 2009.

_____. **História, descoberta e estatística da Província do Espírito Santo.** Vitoria: Typ. do Espírito Santense, 1879. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br>>. Acesso em: 7 jul. 2009.

DEAN, Warren. **A botânica e a política imperial:** introdução e adaptação de plantas no Brasil colonial e imperial. Trabalho apresentado no Instituto de Estudos Avançados da USP, São Paulo, 1989. Disponível em: <www.iea.usp.br/artigos>. Acesso em 12 mar. 2011.

Dicionário da língua portuguesa contemporânea. Academia das ciências de lisboa. Braga: Verbo, 2001. v. 2.

DOMINGUES, Beatriz Helena. A disputa entre cientistas jesuítas e cientistas iluministas no mundo ibero-americano. **Numen:** Revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 5, n. 2, p. 129-154, 1992. p. 130-135.

EISENBERG, José. **As missões jesuíticas e o pensamento político moderno: encontros culturais, aventuras teóricas.** Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. **A evolução da economia paulista e suas causas.** São Paulo: Ed. Nacional, 1937.

_____. **O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano.** 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1934.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Territorialidade em Minas Gerais Durante a Crise do Sistema Colonial.** Trabalho apresentado no III Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, 2006. Disponível em: <www.anppas.org.br>. Acesso em 6 mar. 2009.

FALCON, Francisco Calazans. Pombal e o Brasil. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal.** 2. ed. Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000.

_____. **A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada.** São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Iluminismo.** São Paulo: Ática, 1986.

FARIA, Jacinta de Lourdes de. **Conflitos e participação da sociedade civil na instalação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce.** 2004. Tese (Pós-graduação) - Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Viçosa, 2004;

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. Fontes textuais e vida material: observações preliminares sobre casas de moradias nos Campos dos Goitacases, sécs. XVIII e XIX. **Anais do Museu Paulista**, Nova Série, n. 1, p. 107-129, 1993. p. 107. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v1n1/a10v1n1.pdf>>. Acesso em 02 mar. 2011.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no nordeste colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. Uma capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822). **Anais do museu paulista**. v. 17, n.2, p. 237-250, 2009.

FILHO, José Amaral F. **A Aldeia de Guarapari**. 2009. Disponível em: <http://culturamaratimba.blogspot.com/2009_07_01_archive.html>. Acesso em 18 mar. 2010.

FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A economia do bem comum e a formação da elite senhorial do Rio de Janeiro no império português (séculos XVI e XVII). **Dimensões** – Revista de História da Ufes, Vitória, vol. 13, p. 14-27, jul/dez 2001.

_____. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: _____; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda (Org.) **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 29-73.

_____. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790 - 1830)**. 2. ed. rev. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. Mercadores e negociantes imperiais: um ensaio sobre a economia do império português (séculos XVI e XIX). **História: questões & debates**. Curitiba, v. 19, n. 36, p. 99-127, 2002.

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. **Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil: séculos XVI-XVII-XVIII**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

FRANCO, Sandra Aparecida Pires. Reformas pombalinas e o iluminismo em Portugal. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. v. 4. Out./Dez. 2007. Disponível em: <www.revistafenix.pro.br>.

FREIRE, Mário Aristides. Bandeiras e bandeirantes no Espírito Santo. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, Vitória, ano 17, n. 7, p. 03-11, 1934.

_____; ACHIAMÉ, Fernando; NEVES, Reinaldo Santos. **A capitania do Espírito Santo: crônicas da vida capixaba no tempo dos capitães-mores (1535-1822)**. 2. ed. Vitória, ES: Flor&cultura: Cultural-ES, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mocambos**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 17. ed. - São Paulo: Nacional, 1980.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Poder político e administração na formação do complexo atlântico português (1645-1808). In: _____; FRAGOSO, João Luís Ribeiro; BICALHO, Maria Fernanda (Org.) **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 287-315.

GRACA FILHO, Afonso de Alencastro; PINTO, Fábio Carlos Vieira; MALAQUIAS, Carlos de Oliveira. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento o caso de São José do Rio das Mortes, 1743-1850. **Varia história**. [online]. 2007, vol.23, n.37. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 14 jan. 2011.

GUIMARÃES, Janaina. **Todos mercadores e cristãos-novos**. Disponível em: <<http://www.revista.tempodeconquista.nom.br>>. Acesso em 14 mai. 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: Difel, 1977. Tomo I, vol. 2.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

JOHNSON, H. B. A colonização portuguesa do Brasil, 1500-1580. In: BETHELL, Leslie. (Org.). **História da América Latina: a América Latina colonial**. 2 ed. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. 241-282.

LAPA, Jose Roberto do Amaral. **O sistema colonial**. São Paulo: Ática, 1991.

LEAL, João Eurípedes Franklin. História do Espírito Santo: uma reflexão, um caminho. In: OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008. p. 503-521.

_____; TALLON, Miguel Depes; PACHECO, Renato. **Pré-memória do governador Antônio Pires da Silva Pontes**. [Vitória, ES?]: Ed. Instituto Histórico, 1999.

LEITE, Serafim. **Cartas dos primeiros jesuítas do Brasil: 1538-1553**. São Paulo, 1954.

_____. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. v. 1.

_____. **Novas cartas jesuíticas de Nóbrega a Vieira**. São Paulo: Ed. Nacional, 1940.

LINHARES, Maria Yedda Leite. Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII). **Relume Dumará**, v. 1, n. 2, p. 132-150, 1996. Disponível em: <www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres>. Acesso em 19 dez. 2010.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro** (do capital comercial ao capital industrial e financeiro). Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LOYOLA, Inácio de. **Constituições da Companhia de Jesus e normas complementares**. São Paulo: Loyola, 2004.

LUNA, Francisco Vidal. Estrutura da Posse de Escravos. In: _____; COSTA, Iraci Del Nero da. **Minas colonial: economia & sociedade**. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas: Pioneira, 1982. p. 31-55.

_____. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 28, n. 01, p. 99-169, 1998.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de. **Índios e mestiços no sertão da capitania do Rio Grande do Norte** (séculos XVIII-XIX). Trabalho Apresentado no XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Trabalhos>>. Acesso em 09 mar. 2011.

MAGALHÃES, Beatriz Ricardina; SILVA, Vera Alice Cardoso. Evolução da economia e da riqueza na comarca do Rio das Velhas – Capitania de Minas Gerais, 1713-1763. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 10, 2002, Diamantina: Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. Disponível em: <www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D04.PDF>. Acesso em 07 jan. 2011.

MAMIGONIAN, Beatriz G. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. **Topoi**. Revista de História, Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ/7Letras, v. 5, n. 9, pp. 33-53, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700-1836**. São Paulo: Hucitec: EDUSP, 2000.

MARINS, Paulo César Garcez. **A vida cotidiana dos paulistas: moradias, alimentação, indumentária**. Disponível em: <<http://www.terrapaulista.org.br/arte>>. Acesso em 07 dez. 2010.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal: desde os tempos mais antigos até o governo do Sr. Pinheiro de Azevedo**. 5. ed. Lisboa: Palas, 1978. v. 1.

MARQUES, Cezar Augusto. **Diccionario historico, geographico e estatistico da provincia do Espirito Santo**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer. **A composição e a concentração da riqueza no termo de Vila do Carmo, século XVIII**. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-6-a-6.pdf>>. Acesso em 14 jan. 2011

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A opulência na província da Bahia. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord. da col.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org. do vol.). **História da vida privada no Brasil**: império. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, v. 2, p. 144-179.

MAURO, Frédéric. Portugal e o Brasil: a estrutura política e econômica do império, 1580-1750. In: **História da América Latina**: a América Latina colonial. 2 ed. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. p. 447-476.

MAXIMILIANO, Príncipe de Wied-Neuwied. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Nacional, 1940.

MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa**: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal - 1750-1808. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [2005].

_____. **Marques de Pombal**: paradoxo do iluminismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MELLO, Christiane Figueiredo Pagano. As novas diretrizes defensivas e o recrutamento militar. A capitania de São Paulo na segunda metade do século XVIII. **Revista de História**, n 154, vol. 1, p. 267-295, 2006.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. **À sombra da escravidão**: negócios e família escrava (Vitória/ES, 1800-1830). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2003.

_____. **O nó e o ninho**: estudo sobre a família escrava em Vitória/ES, 1800-1871. 2008. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MILLER, Joseph. A economia do tráfico angolano de escravos no século XVIII. In: PANTOJA, Selma; SARAIVA, José. F. Sombra (Org.). **Angola e Brasil nas rotas do atlântico sul**. Bertrand Brasil, 1999.

MONTEIRO, John M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

MOSÉ, Viviane de Souza. **A resistência tapuia na capitania do Espírito Santo**: dados sobre a formação das identidades capixabas. Vitória, ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2009.

MOTT, Luiz. O Santo Ofício na capitania do Espírito Santo. **Dimensões** - Revista de história da UFES, Vitória, n. 11, p. 63-98, 2000.

MOURA, Denise A. Soares de. Poder local e o funcionamento do comércio vicinal na cidade de São Paulo (1765-1822). **História**, São Paulo, v.24, n.2, p. 261-290, 2005.

MOURA, Margarida Maria. **Os herdeiros da terra**: parentesco e herança numa área rural. São Paulo: Hucitec, 1978.

NEVES, Getúlio Marcos Pereira. **Documentos referentes à recriação da ouvidoria do Espírito Santo em 1732**. [Vitória, ES?]: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2003.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. **O Combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

NOVAIS, Fernando Antônio. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII. **Revista de História**, n. 142, p. 213-237, 2000.

_____ ; ARRUDA, José Jobson de Andrade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2 (21), p. 225-243, jul./dez. 2003.

_____. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1983.

NUNES, Antonieta d'Aguiar. O marquês de Pombal e suas reformas no ensino. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia**, Salvador, v. 101, p. 71-94, 2006.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo: Secretaria de Estado da Cultura, 2008.

OLIVEIRA, Marlon Anderson de. Entre a Coroa e a Cruz: a Igreja Colonial sob a égide do padroado. **Mneme – Revista de Humanidades. UFRN**, Caicó (RN), v. 9, n. 24, Set. 2008. p. 06. Disponível em: <www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais>. Acesso em 08 fev. 2010.

OSÓRIO, Helen. As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII). In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda (Org.). **O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 285-313.

_____. **Para além das charqueadas**: estudo do padrão de posse de escravos no Rio Grande do Sul, segunda metade do século XVIII. Trabalho apresentado no III Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Florianópolis, 2007. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/27.27.pdf>>. Acesso em 05 jan. 2011.

PACHECO, Renato José Costa: Introdução. In: _____ ; LEAL, João Eurípedes Franklin; TALLON, Miguel Depes. **Pré-memória do governador Antônio Pires da Silva Pontes**. [Vitória?]: Ed. Instituto Histórico, 1999. p. 9-13.

PALOMO, Federico. **Fazer dos campos escolas excelentes: os jesuítas de Évora e as missões do interior em Portugal (1551-1630)**. Lisboa: Fundação Calouste

Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Ministério da Ciência e do Ensino Superior, 2005.

PEDROZA, Manoela. O mundo dos fundos, ou quem eram os vizinhos dos engenhos de açúcar no Rio de Janeiro colonial? (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, 1777-1813). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 58-83, jul./dez. 2009.

PEIXOTO, Afrânio (org.). **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões do padre Joseph de Anchieta, 1554-1594**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1933.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; BORGES, Joacir Navarro. Tudo consiste em dívidas, em créditos e em contas: relações de crédito no Brasil colônia; Curitiba na primeira metade do século XVIII. **Revista de História**, n 162, p. 105-129, jan./jul. 2010.

PEREIRA, Valter Pires. Vésperas da transferência. **Dimensões** – Revista de História da Ufes, Vitória: n. 4, p. 159-181, 1995.

PESAVENTO, Fábio. **Um pouco antes da Corte**: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos. 2009. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

_____; MONTEIRO, Sérgio. **Jogos coloniais**: mudança institucional e desempenho econômico, o caso da diversificação agrícola no Rio de Janeiro – 1750-1800. Trabalho Apresentado no XXXIV Encontro Nacional de Economia, Salvador, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A025.pdf>>. Acesso em 12 jan. 2011.

PINHEIRO, Joely Aparecida Ungaretti. **Conflitos entre jesuítas e colonos na América Portuguesa** – 1640-1700. 2007. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.

PIZARRO E ARAUJO, Jose de Souza Azevedo. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820-1822. Reedição: Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

POMPA, Cristina. **Religião como tradução: missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial**. Bauru: EDUSC, 2003.

POSSAMAI, Paulo César. **O Cotidiano da Guerra: A Vida na Colônia do Sacramento (1715-1735)**. 2002. 350 f. Tese (Doutorado) – Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. 17. ed. - São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: Edusc, 1999.

PREVIDELLI, Maria de Fátima Silva do Carmo; SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. Notas interpretativas sobre a administração colonial portuguesa no Brasil. **Economia política do desenvolvimento**, Maceió, vol. 3, n. 8, p. 101-121, maio/ago. 2010.

QUEVEDO, Júlio. **Guerreiros e jesuítas na utopia do Prata**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

RAMINELLI, Ronald Jose. Ciência e colonização - Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. **Tempo**. Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, n. 06, p. 157-182.

REIS, Fabio Paiva. **Conseqüências da descoberta do ouro na capitania do Espírito Santo**. Monografia (Graduação) – Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

ROCHA, Levy Curcio da. **Crônicas de Cachoeiro**. Rio de Janeiro: Gelsa, 1966.

RODRIGUES, Cláudia. As leis testamentárias de 1765 e 1769 no contexto das reformas pombalinas no mundo luso-brasileiro. In: XIII Encontro de História ANPUH-RJ, 2008, Seropédica/RJ. **Anais...**, 2008.

_____. As reformas pombalinas e a transformação da prática testamentária no Rio de Janeiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL UFES/UNIVERSITÉ PARIS-EST, 2007, Vitória. **Anais... Impérios, religiosidades e etnias**. Vitória: GM, 2007.

RUBIM, Francisco Alberto. **Memórias para servir à História até o ano de 1817 e breve notícia estatística da capitania do Espírito Santo, porção integrante do reino do Brasil, escriptas em 1818 e publicadas em 1840 por hum capixaba**. Lisboa: Imprensa Nevesiana, 1840. Disponível em: <www.ape.es.gov.br>. Acesso em 15 jan. 2010.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce**. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2002.

SALETTTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas: o início da colonização no Espírito Santo**. 2. ed. - Vitória: Arquivo Público Estadual, 1998.

_____. Sobre a composição étnica da população capixaba. **Dimensões** - Revista de História da UFES, Vitória, n. 11, p. 99-110, 2000.

SALVADOR, Jose Gonçalves. **A capitania do Espírito Santo e seus engenhos de açúcar (1535-1700): a presença dos cristãos-novos**. Vitória: UFES: Departamento Estadual de Cultura, 1994.

_____. **Os magnatas do tráfico negreiro (séculos XVI e XVII)**. São Paulo: Pioneira: Ed. USP, 1981.

SALVADOR, Vicente do. **História do Brasil: 1500-1627**. 5. ed. - São Paulo: Melhoramentos, 1967.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade do setecentos. In: _____; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. (Org.). **Conquistadores e**

negociantes: histórias de elites no Antigo regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 225-263.

_____. **Na encruzilhada do império:** hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c. 1750). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos (Org.). **Todo bem que a velha tem:** o Brasil no pensamento diplomático português do séc. XVIII. Vitória: UFES, Programa de Pós-Graduação em História, 2005.

_____. Vias de comunicação, conquista territorial e colonização estrangeira no Espírito Santo do século XIX: a gênese do pensamento político capixaba. **Dimensões** - Revista de História da Ufes, Vitória, n. 17, p. 47-68, 2005.

SANTOS, Fabrício Lyrio. A expulsão dos jesuítas da Bahia: aspectos econômicos. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: Associação Nacional de História, v. 28, n. 55, p. 171-195, jan/jun 2008.

_____. Aldeamentos jesuítas e política colonial na Bahia, século XVIII. **Revista Brasileira de História**. [online]. n. 156, 2007. Disponível em: <<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php>>. Acesso em 14 nov. 2009.

SCHWARTZ, Stuart B. Prata, açúcar e escravos: de como o império restaurou Portugal. **Tempo**, Revista do Departamento de História da UFF, Niterói, v. 12, n. 24, p. 201-223, jan.-jun. 2008.

_____. **Segredos internos:** engenhos e escravos na sociedade colonial 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SÉRGIO, Antônio. **Antologia dos economistas portugueses:** século XVII. Lisboa: Livr. Sá da Costa Ed., 1974.

SILVA, André Mansuy-Diniz. Portugal e o Brasil: a reorganização do império, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie. (Org.). **História da América Latina:** a América Latina

colonial. 2 ed. São Paulo: Edusp; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1998. p. 478-504.

SILVA, Ana Rosa Cloclet. A Formação do homem-público no Portugal setecentista: 1750-1777. **Revista Intellectus**. v. 2, p. 01-31, 2003. p. 03. Disponível em: <www2.uerj.br/intellectus>. Acesso em 16 nov. 2010.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. Conquista e colonização da América portuguesa – 1500/1750. In: LINHARES, Maria Yedda Leite. **História geral do Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996. p. 15-78.

SILVA, Vera Alice Cardoso. O sustento financeiro da administração colonial. **Varia História**, Belo Horizonte, n. 21, p. 209-221, jul. 1999.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Cachaça, vinho e cerveja: da colônia ao século XX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 56-75, jan-jun. 2004. p. 57.

_____. Os sentidos do povoamento: aspectos da ocupação territorial de Minas Gerais. **Revista de Ciências Humanas** – Universidade de Taubaté (UNITAU), Taubaté, v. 1, n. 1, p. 01-19, 2009.

STELLA, Roseli Santaella. **Instituições e governo espanhol no Brasil (1580-1640)**. 2000. Disponível em: <<http://www.larramendi.es/i18n/catalogo>>. Acesso em 25 nov. 2010.

TAPAJÓS, Vicente Costa Cantos. **História administrativa do Brasil**: a política administrativa de D. João III. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília: FUNCEP, 1983-1984. v. 2.

TAUNAY, Affonso de E. **História das bandeiras paulistas**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, s.d.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. **Memória estatística da província do Espírito Santo no ano de 1828 por Ignácio Accioli de Vasconcellos**. Transcrição do manuscrito original por Fernando Achiamé. Vitória: Arquivo Publico Estadual, 1978.

VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. **A invenção do coronel: ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro**. Vitória, ES: UFES, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

WEHLING, Arno. **Coleção História Administrativa do Brasil: administração portuguesa no Brasil de Pombal a D. João (1777-1808)**. Brasília: Fundação Centro de Formação do Servidor Público, 1986. v. 6. p. 114. Disponível em <<http://books.google.com.br/books>>. Acesso em 11 dez. 2010.

_____. **Formação do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

_____. O açúcar fluminense da recuperação agrícola do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro: RIHGB. v. 337, p. 7-18, out./dez. 1982.

_____. O fomentismo português no final do século XVIII: doutrinas, mecanismos, exemplificações. **RIHGB**, Rio de Janeiro: RIHGB, v. 316, p.170-279, jul./set. 1977.

WRIGHT, Antonia Fernanda P. de Almeida; MELLO, Astrogildo Rodrigues. O Brasil no período dos Filipes. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de; AB'SÁBER, Aziz Nacib. **A época colonial**. 7. ed. - São Paulo: DIFEL, 1985. p. 176-189.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas: Autores Associados; Brasília: Plano, 2004.